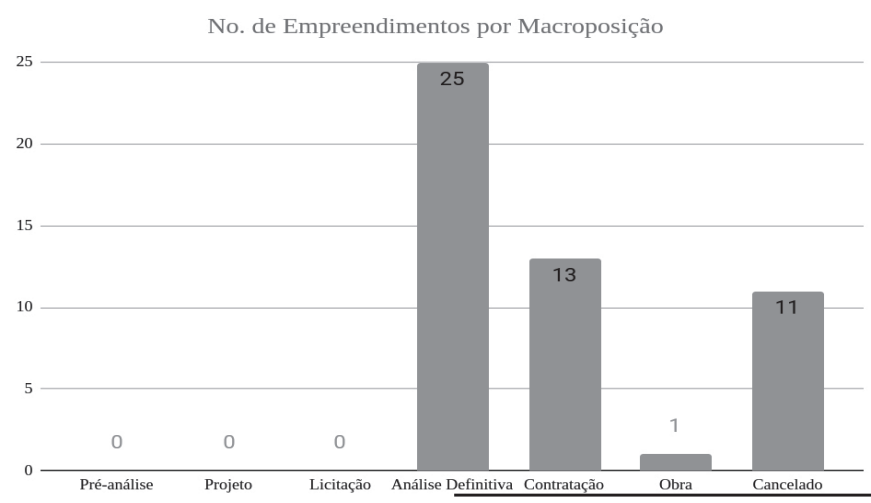
COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (COHAB MINAS)

CNPJ 17.161.837/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2020

A Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais - Cohab Minas, por meio de sua Diretoria Executiva, tem a satisfação de apresentar à sociedade o balanço das ações e resultados dos planos, projetos e programas da Companhia no exercício de 2020, elaborado em conformidade com as disposições legais e estatutárias. **1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:** A atual gestão da Companhia, que assumiu o mandato em abril de 2019 elaborou o planejamento estratégico para o período de 2019-2022, que passou a nortear a conduta e ações de gestores e equipes técnicas envolvidas, na busca permanente dos objetivos e resultados traçados com ampla participação e envolvimento dos empregados da Companhia. A rotina de monitoramento do planejamento estratégico estabelecido se tornou imprescindível aliada na manutenção do foco e do ritmo das realizações ao longo do ano de 2020 e, mesmo em contexto de teletrabalho em decorrência do cenário de pandemia vivenciado, foi possível manter grande parte das atividades e iniciativas programadas em pleno funcionamento. É importante destacar a identidade organizacional definida em 2019 a saber: • Visão: Ser, em 2022, uma empresa sem passivos e apta a cumprir as diretrizes governamentais. • Missão: Facilitar o acesso de famílias mineiras de baixa renda a moradia digna, por meio de soluções que garantam autonomia do cidadão com menor dependência do Estado. • Eixos: (i) Sanear Integralmente os Passivos; (ii) Transformar os ativos em soluções rentáveis; (iii) Desenvolver formas simples e não burocráticas de promover o acesso à habitação. • Pilares: (i) Manter-se independente dos recursos do tesouro; (ii) Reduzir os custos operacionais ao mínimo; (iii) Conquistar uma nova realidade na gestão de pessoas; (iv) Ser mais ágil, enxuta, eficiente e coerente com o contexto; (v) Governança e Compliance. • Valores: (i) Agilidade; (ii) Colaboração; (iii) Inovação; (iv) Integridade; (v) Respeito aos contratos; (vi) Responsabilização; (vii) Transparência; (viii) Uso racional dos recursos. As 5 iniciativas de planejamento estratégico em andamento em 2020 foram separadas em um dos 3 Eixos de atuação, sendo elas: Regularização de Empreendimentos, Novos Empreendimentos, Patrimônio Imobiliário, Qualificação da Carteira, Soluções Financeiras e a iniciativa Gestão Documental foi estruturada no Pilar: Ser mais ágil, enxuta, eficiente e coerente com o contexto. Os resultados serão apresentados nos demais tópicos deste relatório. Estão em fase de planejamento e/ou maturação as iniciativas: • Consultoria aos municípios: suspensa em 2020 devido ao período eleitoral, evitando riscos de infrações, sendo adiada a sua implantação para 2021, e • Voucher Habitacional: que passará pela avaliação ex ante da Fundação João Pinheiro, mediante contrato assinado em dezembro de 2020. A análise dos resultados dos Eixos e Iniciativas está sendo realizada conforme o modelo de governança instituído, que visa monitorar a evolução dos trabalhos e avaliar o desempenho por meio de ferramentas eficientes e reuniões periódicas de acompanhamento. O ciclo de governança prevê cinco momentos, quais sejam: 1. Diariamente os líderes, gestores e equipes dos eixos e iniciativas reportam o andamento de suas ações e responsabilidades por meio da ferramenta Trello; 2. Semanalmente são realizadas reuniões de acompanhamento com os líderes dos eixos e gestores das iniciativas com a equipe da Gerência de Planejamento da Companhia de forma a identificar soluções para entraves e reportar as realizações; 3. Mensalmente é realizada Reunião Gerencial, com a presença de todas as lideranças da companhia (diretores, gerentes, líderes e gestores) para apresentação do andamento dos eixos e das iniciativas para a busca de soluções para entraves e apresentar produtos concluídos no período; 4. Trimestralmente o desempenho dos líderes e gestores é avaliado por método 360º pela Gerência de Planejamento, possibilitando dar retorno aos gestores e reportar à DEX o desempenho individual de cada um e, por fim: 5. Semestralmente é realizada uma Reunião Gerencial Ampliada, com o mesmo objetivo da reunião mensal, mas contando com a presença de todos(as) os(as) colaboradores(as) da Cohab Minas, de forma a dar amplo conhecimento e compartilhamento das realizações de todos os eixos e iniciativas. Com o Planejamento Estratégico implementado e em execução, vem sendo possível avaliar a viabilidade da Cohab Minas e seu papel na política de habitação no Estado de Minas Gerais, bem como encontrar eventuais caminhos alternativos para cumprimento desse papel, criar métricas, usufruir de uma cultura de planejamento, finalizar as Iniciativas que se encontram em andamento com a entrega dos produtos pactuados, eventualmente abrir novas, conforme demanda e priorização da Diretoria Executiva da Companhia, na busca contínua de ferramentas eficazes ao acompanhamento, comunicação e envolvimento de todas as áreas e equipes. **1.1 INICIATIVAS DO EIXO: SANEAR INTEGRALMENTE OS PASSIVOS:** A Cohab Minas ao longo de sua existência vem acumulando pendências relacionadas aos programas e às políticas implantadas, problemas de difícil solução e também compromissos assumidos por gestões anteriores sem o devido cumprimento. Entende-se que para que a visão de futuro definida no planejamento estratégico seja cumprida, é necessário que a Companhia consiga dar soluções, podendo assim cumprir as diretrizes governamentais, sem gerar passivos maiores e mais graves que os existentes hoje. Desta forma, foi definido como um dos eixos, o objetivo de "Sanear integralmente os passivos". No âmbito do planejamento estratégico instituído, a Diretoria Executiva da Companhia definiu que o Eixo Passivos contemplaria Iniciativas voltadas para atuar, por meio de uma estrutura matricial pautada pela metodologia de gestão de projetos, na eliminação das pendências de temas sensíveis e complexos para a empresa. Neste contexto, a liderança do Eixo Sanear Integralmente os Passivos, juntamente com a Gerência de Planejamento, elaborou Termo de Abertura de Iniciativa – TAI para os passivos considerados mais relevantes pelo corpo operacional da empresa para o período. A Diretoria Executiva, após avaliação das propostas de TAI deliberou que a plataforma de planejamento da Companhia contemplasse, inicialmente, 3 (três) grandes Iniciativas: (i) Novos Empreendimentos, (ii) Patrimônio Imobiliário e (iii) Regularização de Empreendimentos. Em seguida, foram organizados Grupos de Trabalho para que cada iniciativa desenvolvesse seu respectivo Plano de Iniciativa. Esses Planos foram apresentados para a Diretoria Executiva que autorizou a realização das atividades previstas contemplando prazos, metas, recursos e produtos. A seguir são apresentados os resultados alcançados no ano de 2020 das três referidas Iniciativas do Eixo. **1.1.1 Iniciativa Novos Empreendimentos:** Considerando a ausência de recursos próprios, a falta de programas para viabilizar a produção de unidades habitacionais na esfera federal para atuação das Companhias de Habitação diretamente como agente financeiro e a ausência de alocação de recursos do Fundo Estadual de Habitação para a Cohab Minas nessa função programática, a partir de 2016 os esforços foram concentrados na obtenção de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS - Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, atuando dessa forma como Agente Promotor em parceria com a Caixa Econômica Federal. A partir de agosto de 2020, o Programa Habitacional do Governo Federal foi renomeado para "Casa Verde e Amarela", gerenciado pelo atual Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). O público-alvo deste Programa é, prioritariamente, de renda familiar de até R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), atuando a Caixa Econômica Federal - CAIXA como agente financeiro e cabendo à Cohab Minas, nesta modalidade, as atribuições de vistoriar e aprovar as áreas do empreendimento, levantar a demanda, elaborar os projetos, realizar a licitação, contratar a construtora, acompanhar as obras e entregar as unidades habitacionais aos mutuários.. As remunerações devidas à Companhia pela execução de tais atribuições são: 4% sobre o valor dos financiamentos concedidos, 2% para a legalização do empreendimento e de até 0,76% sobre o valor das edificações para projetos. Considerando os critérios do Programa do Governo Federal e alinhamentos mantido com a CAIXA, foram classificados como tecnicamente viáveis 50 empreendimentos, para os quais a Cohab Minas vem imprimindo esforços para viabilização, totalizando a entrega de mais de 2 mil unidades habitacionais. Vale ressaltar que os 50 empreendimentos trabalhados estão diretamente relacionados à performance de cada um, já que, mesmo dentro desse grupo, aqueles que eventualmente deixem de atender os avanços e cronogramas estabelecidos podem ser cancelados. Para gestão da carteira de 50 empreendimentos selecionados, em fevereiro de 2020 a Cohab Minas criou a Iniciativa de Novos Empreendimentos, que gerencia e monitora todos os trâmites entre Cohab Minas (Agente Promotor), CAIXA (Agente Financeiro) e a Prefeitura Municipal (Parceiro responsável pela viabilização e cumprimento de condicionantes do terreno no qual será implantado o empreendimento). Em abril a Diretoria Executiva da Cohab Minas aprovou a Resolução 391/2020 que regulamenta os critérios para cancelamento dos empreendimentos dessa carteira que não apresentem a performance necessária para conclusão das obras no horizonte estabelecido pela Resolução. No atípico ano de 2020, tanto a Iniciativa, como também a estrutura organizacional da Cohab Minas, tiveram que se adaptar, alterando a forma de trabalho e buscando soluções para a manutenção do fluxo de documentos e informações. As mudanças na forma de trabalho impactaram significativamente a condução da carteira dos Novos Empreendimentos em decorrência das alterações nos procedimentos vivenciados pela CAIXA, cartórios e prefeituras municipais. Este panorama afetou negativamente os cronogramas de planejamento estabelecidos. Para superar os desafios impostos pelo cenário, foram adotados recursos da tecnologia da informação para viabilizar o fluxo de informações e documentos necessários ao avanço da Iniciativa, o que vem se mostrando até mesmo mais eficaz do que os métodos tradicionais. Outros pontos de destaque em 2020 para a Iniciativa Novos Empreendimentos foram:• a Iniciativa assumiu a responsabilidade pelas tratativas relativas à doação de terrenos dos empreendimentos pelos municípios, que até então eram de responsabilidade da área de Patrimônio da Gerência de Habitação, o que demonstrou melhora nos encaminhamentos e soluções; • adaptação dos instrumentos processuais para a realização das licitações na modalidade eletrônica utilizando o Portal de Compras do Estado. • obtenção e atualização do Dossiê Jurídico Único - DJU junto à CAIXA. Durante o ano de 2020, a Cohab Minas iniciou a construção do Conjunto Habitacional Santa Catarina III, no município de Paraopeba, que é composto por 48 casas. A conclusão do empreendimento estava inicialmente planejada para setembro de 2020, mas a obra sofreu atrasos devido a problemas no fluxo de pagamento da Caixa e impactos decorrentes da pandemia, tais como a escassez de matéria prima e atraso em entregas por parte dos fornecedores. A obra está em fase final de acabamento e deve ser concluída no primeiro trimestre de 2021. No fechamento do ano de 2020, foram assinados os contratos dos empreendimentos de São Vicente de Minas e Nazareno, que serão registrados em cartório para possibilitar a emissão das ordens de serviços para início das obras em 2021. Pelos exemplos de atrasos expostos, a situação em dezembro de 2020 é similar à de dezembro de 2019, com 5 empreendimentos cujas ordens de serviços poderiam ter sido emitidas, mas devido à morosidade do processo burocrático, especialmente aqueles de responsabilidade da CAIXA, assim como as mudanças nos normativos, fizeram com que eles retornassem várias vezes a etapas anteriores do processo, somado ao fato da necessidade de renovação de documentos várias vezes durante esse período. O gráfico a seguir mostra a situação da carteira de 50 empreendimentos da Iniciativa em 31/12/2020, por macroposição:



Conforme demonstrado, a Diretoria Executiva da Cohab Minas deliberou pelo cancelamento de 11 empreendimentos que contemplavam 569 unidades habitacionais, sendo que desses, 08 foram cancelados em 2020 (416 unidades habitacionais), conforme a seguir:

STATUS		EMPREENDIMENTO	# UHs	MOTIVO DE CANCELAMENTO
CANCELADOS	1	Pitangui (11/05)	64	Terreno invadido
	2	São Bento do Abade (11/05)	32	Desistência da prefeitura
	3	Formoso (25/05)	48	Prazo ultrapassa 2021
	4	Ibiraci (15/06)	48	Valor acima do teto estabelecido pela Caixa
	5	Extrema (13/07)	48	Prazo ultrapassa 2021 (Carta acordo energisa)
	6	Felixlândia (06/07)	48	Prazo ultrapassa 2021
	7	Visconde do Rio Branco (10/08)	64	Prazo ultrapassa 2021
	8	Guaranésia (16/11)	64	Prazo ultrapassa 2021
	9	Bonfinópolis de Minas (04/01)	30	Licitação deserta
	10	São Tomás de Aquino (04/01)	75	Prazo ultrapassa 2021
	11	São Vicente de Minas (prédio) (04/01)	48	Prazo ultrapassa 2021
Total de UHs canceladas			569	**Restam 1.766 UHs na carteira**

1.1.2 Iniciativa Patrimônio Imobiliário: A Cohab Minas ao longo dos anos recebeu em doação e adquiriu diversos terrenos para implantação de empreendimentos habitacionais. Parte desses terrenos de fato foi utilizada para implantação de unidades habitacionais, porém nesses terrenos remanesceram espaços nas formas de lotes urbanizados, áreas, unidades habitacionais, lotes, galpões, dentre outros, que compõem o atual patrimônio imobiliário da Cohab Minas. Parte deste patrimônio não está sendo utilizado ou ocupado pela Companhia e encontra-se em diversas situações, tais como, cedido em comodato, ocupado por Municípios ou mesmo por órgãos e entidades do Estado, além de muitos estarem invadidos por particulares. Dessa forma, foi levantada por esta gestão a necessidade de se atualizar e conhecer o status destes imóveis, solucionar suas respectivas pendências e permitir que todos eles possam ser utilizados/destinados pela Cohab Minas. Para isso foi criada a iniciativa denominada Patrimônio Imobiliário. A Iniciativa, em 2020, apresentou os seguintes destaques de atuação: • Parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG para obtenção das matrículas atualizadas dos imóveis de propriedade da Cohab Minas de forma gratuita. Por meio dessa parceria foi possível o acesso dos dados do Sistema CRI (Central Eletrônica de Registro de Imóveis do Estado de Minas Gerais) vinculados ao administrador master da SEPLAG; • Obtenção e análise da matrícula atualizada de 2.416 imóveis; • Realização de vistorias em 510 imóveis. Devido ao período de pandemia, as vistorias foram realizadas respeitando as permissões das ondas do Plano Minas Consciente; • Reorganização dos 2.416 imóveis existente na base de imóveis de propriedade da Cohab Minas em 15 categorias, a saber:

#	Categoria	Quantidade
1	Lagoa dos Mandarins	710
2	Clean Up	254
3	Aptos a comercializar	352
4	Judicializados	82
5	APP – Área de Preservação Permanente	2
6	Ocupados pela COPASA	16
7	Ocupados por Municípios	189
8	Cedidos	41
9	Pré-processo	311
10	Ocupados por Terceiros	405
11	Ocupados pelo Estado	3
12	Adjudicados	45
13	Reparcelamento	4
14	Fazenda da Mata	1
15	Fazenda Marzagão	1
	Total:	**2.416**

A partir da categorização realizada, foi iniciado o processo de emissão de Notas Técnicas para a destinação dos imóveis da Companhia. Foi priorizada a emissão da Nota Técnica da Categoria "Clean UP", cujos 254 imóveis foram comprovadamente identificados como não sendo de propriedade da Cohab Minas e, dessa forma, não deveriam contar em sua base de controle de estoque imobiliário. Neste sentido, a base real de imóveis passou a contar com 2.162 imóveis, cujas demais categorias estão sendo alvo de emissão das respectivas notas técnicas. A seguir demonstramos a situação de emissão das Notas Técnicas em 2020 e as indicações de estratégias iniciais de destinação, daquelas já concluídas: • Nota Técnica da Categoria Aptos a Comercializar, com 352 imóveis: definiu-se pela licitação ou recomercialização, sendo que aqueles que não forem alienados apos 3 tentativas será integralizado ao Fundo de Investimento Imobiliário em estruturação. • Notas Técnicas Lagoa dos Mandarins, Judicializados e Área de Preservação Permanente – APP: em análise pela Diretoria Executiva para deliberação acerca da estratégia de destinação dos imóveis. • Notas Técnicas Cedidos, Pré-Processo, Ocupados por Terceiros e Ocupados por Órgão do Estado de Minas Gerais: em elaboração. • Notas Técnicas Adjudicados, Reparcelamento, Fazenda da Mata e Fazenda Marzagão: previstas no cronograma para elaboração em 2021. **1.1.3 Iniciativa Regularização de Empreendimentos:** A atual gestão da Cohab Minas instituiu, como parte de seu planejamento estratégico, a Iniciativa de Regularização de Empreendimentos com o objetivo de regularizar 419 Conjuntos Habitacionais implantados pela Companhia, localizados em 275 municípios, totalizando 17.914 unidades habitacionais. Estes conjuntos habitacionais foram implantados pela Cohab Minas e possuem algum tipo de pendência registral que, consequentemente, impedem a emissão de titularidade final aos mutuários. Os 419 conjuntos habitacionais estão divididos da seguinte forma: • 277 conjuntos habitacionais não precisam de georreferenciamento; • 132 conjuntos habitacionais dependem do georreferenciamento; • 10 conjuntos habitacionais são referentes ao programa PROSAM, em Belo Horizonte. Os 10 (dez) conjuntos habitacionais supramencionados referentes ao PROSAM não serão objeto de regularização fundiária urbana na modalidade de interesse social - Reurb-S. Para a regularização destes conjuntos foi firmado o Termo de Cooperação Técnica - TCT nº 019/2020 com a Defensoria Pública de Minas Gerais, em 20/10/2020. Tal TCT estabelece a cooperação mútua com união de esforços visando a regularização definitiva dos 10 (dez) conjuntos habitacionais com 1.102 unidades habitacionais, implantadas pela Cohab Minas, não comercializadas. A solução de regularização desses conjuntos será por meio de ação judicial de usucapião coletiva. Após a assinatura do referido TCT a Iniciativa deu início ao levantamento de documentação técnica e identificação do presidente da associação de bairros do conjunto piloto H5 - Vista Alegre III, com 142 unidades habitacionais. Os demais 409 conjuntos serão objeto de regularização fundiária urbana na modalidade de interesse social - Reurb-S, por meio da Lei Federal nº 13.465/2017. Com o objetivo de dar agilidade, segurança e robustez aos processos de regularização fundiária, foram firmadas duas grandes parcerias no ano de 2020: • CORI-MG para intercâmbio de informações, visando a elaboração de roteiros e viabilização de procedimentos para a regularização, além de disponibilizar acesso à CRI para a busca imobiliária gratuita de conjuntos habitacionais objeto de Reurb-S; • Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEDE para elaboração de memoriais descritivos do perímetro e do sistema viário de 111 conjuntos habitacionais. Foram levantados insumos referentes a documentação técnica dos 409 conjuntos habitacionais, tais como: projetos urbanísticos, memoriais e Descrição de Quadras e Lotes - DQL, informações essas imprescindíveis para a elaboração das pastas de REURB. Em 2020, foram realizadas buscas imobiliárias por meio da CRI e analisadas as matrículas referentes a cada um dos 277 conjuntos habitacionais que não dependem de Georreferenciamento para regularização. Com o levantamento dos insumos e a análise da documentação técnica foram elaborados os modelos para cada tipo de pendência e dessa forma montadas pastas dos processos de regularização fundiária para cada um dos referidos conjuntos. No ano de 2020, foram concluídas e incluídas 275 pastas de Reurb no Portal de Regularização Fundiária criado pela Cohab Minas para agilização do processo, de um total de 277, o que corresponde a 99,3% de pastas concluídas, sendo que outras 2 estão com o CORI-MG para validação. Para os demais 132 conjuntos habitacionais que dependem do Georreferenciamento, insumo imprescindível à elaboração e montagem dos documentos que subsidiarão os municípios, foi realizado o processo licitatório de contratação do serviço dividindo o Estado em 4 (quatro) regiões - Licitações Eletrônicas Cohab Minas 017/2020, 018/2020, 019/2020 e 020/2020 – relativas à execução de levantamentos topográficos planialtimétrico e cadastral georreferenciados, em todos os conjuntos habitacionais implantados pela Companhia que necessitem desse tipo de cadastro. As empresas vencedoras dos certames já se encontram contratadas e aptas a receberem as ordens de serviço. Para desencadear e agilizar os processos de regularização, foram criados os Procedimentos Operacionais Padrão: • elaboração e montagem das pastas do processo da Regularização Fundiária; • preenchimento do Termo de Cooperação Técnica com os Municípios; • inclusão das pastas do processo de REURB no Portal da Regularização Fundiária. Como estratégia, a Iniciativa buscou formas inovadoras e tecnológicas de agilizar o processo planejado, desenvolvendo uma plataforma digital para integrar os principais atores do processo de regularização (Municípios, Cohab Minas e CORI-MG), além de utilizar o Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Minas Gerais – SEI MG – e formulários eletrônicos do Google Forms que serão disponibilizados aos Municípios para que incluam as informações colhidas nas fichas de cadastro de ocupantes dos Conjuntos Habitacionais em regularização. Para auxiliar na atuação dos municípios foram desenvolvidos materiais educativos pelo próprio corpo técnico da Cohab Minas, a exemplo do vídeo institucional, da cartilha e do folder explicativo da Reurb. Em 2020, foi elaborada Nota Técnica excluindo dos 419 empreendimentos escopo da Iniciativa os 38 conjuntos habitacionais construídos com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS para entrega aos respectivos Municípios com as orientações sobre a responsabilidade pela regularização desses imóveis. Destacamos o papel do CORI-MG na validação dos fluxogramas do processo da REURB, dos modelos das pastas de loteamento, averbação de edificação e das pastas produzidas pela Iniciativa, que tiveram que atender as exigências estabelecidas, tais como definição do perímetro do núcleo urbano informal, a produção de memoriais de sistema viário, a alteração do pedido de averbação da construção para averbação por mera notícia, adequações na ficha de cadastro e no título de legitimação coletiva. Tais exigências levaram à readequação dos projetos urbanísticos produzindo memoriais descritivos do novo perímetro e do sistema viário conforme as exigências do CORI-MG, reformulando assim, as pastas incluídas no Portal de Regularização. No final de abril de 2020 foram iniciadas as assinaturas dos Termos de Cooperação Técnica – TCT com município que, no entanto, tiveram que ser suspensas em junho deste mesmo ano em observância as restrições impostas pelo período eleitoral. Tal informação foi repassada formalmente a todos os municípios envolvidos. Considerando esse contexto, o cronograma da Iniciativa foi replanejado e as atividades que demandavam interface com os municípios foram retomadas em janeiro de 2021. **1.2 INICIATIVAS DO EIXO: TRANSFORMAR OS ATIVOS EM SOLUÇÕES RENTÁVEIS:** O Eixo denominado Transformar Ativos em Soluções Rentáveis, contempla inciativas que visam qualificar a carteira de recebíveis da Cohab bem como buscar formas alternativas e mais eficientes de sua gestão. Além de buscar a otimização na administração destes direitos creditórios, outra ação importante do Eixo Ativos ataca a gestão de um importante ativo da Companhia que é o patrimônio imobiliário. Patrimônio este que vem sofrendo os impactos da incapacidade operacional da Cohab para fazer sua guarda e arcar com os tributos relacionados aos mesmos. **1.2.1 Iniciativa de Qualificação da Carteira:** A Cohab Minas acumulou ao longo dos anos de sua trajetória um rol de contratos de financiamento imobiliário/habitacional provenientes de sua própria receita e também de titularidade do Fundo Estadual de Habitação. Esta carteira de contratos é marcada por: altos níveis de inadimplência; descumprimento de acordos provenientes de renegociações de dívida; contratos com garantias de baixa liquidez e carência de base de dados estruturadas e relatórios gerenciais. Pode-se afirmar que o processo de cobrança executado pela Companhia apresenta atualmente um alto grau de ineficiência, com um alto custo e resultados tímidos. Para melhorar esta situação a atual gestão entendeu ser necessário a criação da Iniciativa de Qualificação da Carteira que contemplou a instituição de novas estratégias de cobrança, frentes de substituição da modalidade contratual e qualificação das bases de dados, dentre outras ações detalhadas a seguir. **a) Enriquecimento da Base de Dados de contatos dos Contratos de Financiamento:** A Cohab Minas possui aproximadamente 48 mil contratos em cobrança, sendo que tais contratos não possuíam dados de pessoas físicas devidamente atualizados como o esperado, havendo ainda a comprovação de que boa parte dos cadastros realizados à época das comercializações estavam incorretos ou incompletos, não possuindo, então, a confiabilidade necessária. Historicamente, a Companhia não havia realizado nenhum procedimento que permitisse a higienização, enriquecimento ou atualização dos dados cadastrais dos mutuários e ocupantes. A carência dos dados estruturados e padronizados impacta diretamente na gestão dos contratos e tende a favorecer a inadimplência. Nesse sentido, a fim de atender os objetivos da Iniciativa de Qualificação da Carteira de recebíveis e permitir maior assertividade no contato e nas ações de cobrança com os mutuários, surgiu a necessidade de realizar procedimentos que aprimorassem tais dados. Foram realizadas 4 etapas complementares: • Cruzamento das bases de dados existentes: tentativa de cruzamento de dados entre a base de dados da empresa responsável pela cobrança terceirizada, Cohab Atende e Sistema Gestor Hipotecário - SGH, com a finalidade de se verificar a necessidade de contratar no mercado empresa para proceder com o enriquecimento qualificado da base. • Contratação de um enriquecimento por meio de base externa: Essa etapa foi condicionada ao resultado da etapa indicada no item "a" e tem como objeto a obtenção de novas informações através de um enriquecimento realizado por uma empresa especializada no mercado. • Estudo de possíveis ocupantes: Identificação de endereços aos quais o atual ocupante não compatibiliza com o contratante do financiamento. • Contratação de uma plataforma online de enriquecimento: Para permitir a consulta esporádica, completa e individual de mutuários, para se obter o dado mais atualizado possível no momento da execução da ação, a depender de cada necessidade. Concluída a primeira etapa, em torno de 60 mil campos foram recolhidos das bases de dados previstas, sendo que cerca de 9 mil campos, entre e-mails e telefones foram atualizados com as informações do SGH. Contudo, o resultado foi considerado insuficiente. Dessa forma, foi contratado o enriquecimento de base junto à empresa Target Data, com um sucesso de 97,18% de enriquecimento, sendo que, foram adicionados 17.914 novos e-mails atualizados na base de dados do SGH, bem como 218.231 números telefônicos atualizados. O projeto foi iniciado no dia 20/12/2019 e teve seu principal produto entregue no dia 21/09/2020 - Base de Dados dos Mutuários dos Contratos de Financiamento e Estudo de Possíveis Ocupantes. **b) Projeto Força Tarefa de Cobrança - 120 dias:** A partir do ano de 2017 a cobrança de parte dos contratos geridos pela Cohab Minas foi terceirizada para empresas especializadas em cobrança. Uma das peculiaridades da contratação desde o início da terceirização foi a definição de que somente os débitos com atrasos superiores a 119 dias seriam disponibilizados para a atuação da empresa terceirizada. Como não foi identificada informação técnica que justificasse a tal definição, o padrão de contratação foi revisto com entendimento de que uma atuação de empresa especializada na faixa de prazo de inadimplência de até 120 dias seria de fundamental importância na tentativa de ser evitar o prolongamento da inadimplência no tempo. Ante a impossibilidade de um mero aditivo no Contrato e a necessidade de uma nova licitação, a Iniciativa propôs e a Companhia implantou o projeto denominado de Força Tarefa 120 dias - FT120, para proporcionar atuação efetiva e direcionada para qualificação da carteira de recebíveis geridas pela Cohab Minas, estabelecendo mecanismos para atuação na cobrança para contrato com até 120 dias de atraso. O projeto foi executado entre 01 de junho de 2020 a 31 de julho de 2020. Durante esse período foram trabalhados 497 contratos, com inadimplência no valor total de R$ 104.598,91 (cento e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e um centavos), cujo montante efetivamente arrecadado foi de R$ 97.265,74 (noventa e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), ou seja, 92,98% do montante negociado. **c) Contratação de Empresa Terceirizada de Cobrança** A Cohab Minas, ao longo de sua história, tem apresentado dificuldades com relação à cobrança da sua carteira de recebíveis. Esta situação se agrava diante da falta de qualificação dos contratos e a pulverização dos empreendimentos dentro do Estado. Com o objetivo de melhorar o desempenho na cobrança, a Cohab Minas firmou contratos com empresas terceirizadas desse setor, porém os resultados ainda não se apresentavam satisfatórios e, analisando esse contexto e percebendo tal deficiência, novas medidas se tornaram necessárias para a solução deste problema. Assim sendo, após discussões e mapeamento dos entraves, algumas prioridades foram definidas, como: um novo contrato com empresa terceirizada de cobrança que aprimorasse os critérios de atuação e remuneração contidos nos contratos anteriores, a implementação de previsões tecnológicas inovadoras utilizadas no

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 7FA1-A38C-392B-CA68.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (COHAB MINAS)

CNPJ 17.161.837/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2020

mercado (chatbot, envios de sms, notificações de vencimento, push-ups), campanhas com diretrizes bem definidas e pragmáticas possibilitando a implementação de metas flexíveis de acordo com o contexto, entre outras. Um novo Termo de Referência que englobasse tais inovações foi elaborado por um grupo de trabalho da Companhia, incluindo funcionalidades e métodos não contemplados nos contratos anteriores e que poderiam ser incorporadas ao novo contrato. Nessa perspectiva e seguindo os trâmites licitatórios necessários, em 30/06/2020 foi assinado um novo contrato de terceirização da cobrança. A implantação do projeto potencializou o desempenho da terceirização da cobrança no segundo semestre de 2020, apresentando sucessivos recordes de arrecadação. A arrecadação do mês de dezembro de 2020 representa um aumento de aproximadamente 52% comparado com o mesmo período do ano anterior.

Mês	Arrecadação
dez/19	R$ 685.726,26
jan/20	R$ 684.227,46
fev/20	R$ 597.961,31
mar/20	R$ 565.638,76
abr/20	R$ 431.272,00
mai/20	R$ 680.313,21
jun/20	R$ 680.351,40
jul/20	R$ 838.419,66
ago/20	R$ 994.663,07
set/20	R$ 950.202,93
out/20	R$ 962.907,55
nov/20	R$ 992.422,49
dez/20	R$ 1.040.252,43

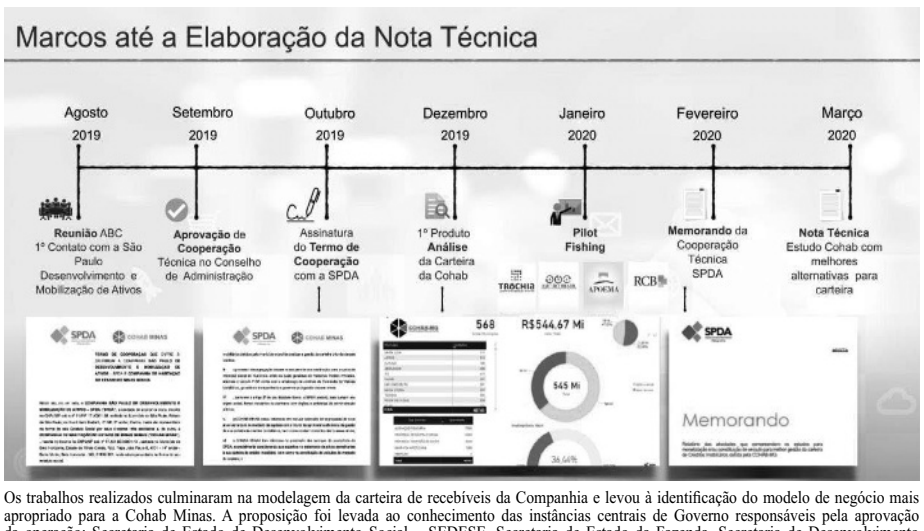
Recebimento de boletos de contratos inadimplentes cobrados pela terceirizada de cobrança.

d) Criação da Base de Dados Jurídicos: Seguindo diretrizes da assessoria técnica especializada Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - SPDA contratada pela Cohab Minas para outra Iniciativa do Eixo Ativo, foi incluído no escopo da Iniciativa de Qualificação da Carteira a criação de uma base de dados dos processos judiciais que se relacionam com contratos de financiamento que lastreiam os créditos da Companhia. Os dados até então disponíveis não eram atualizados e confiáveis, posto que a última base datava de 2015 com atualização até 2017 e, por serem dinâmicos, a carência de atualização tornou esta base precária. A metodologia utilizada foi a análise de todas as pastas físicas contendo cópias (em sua maioria não organizadas e incompletas) dos processos, bem como dos arquivos de processos eletrônicos, sendo que os dados coletados eram compilados sob a supervisão da Iniciativa. Após 60 dias da criação da Força Tarefa, verificou-se a incapacidade de conclusão das atividades no prazo almejado apenas com a força de trabalho disponível (3 colaboradores), sendo esta atividade reformulada e passou a contar com a participação de 33 colaboradores que dedicaram um número específico de horas diárias nesta atividade, considerando o tempo médio gasto para avaliação de cada processo. Após 30 dias neste novo formato a análise de todas as pastas foi concluída e iniciou-se os trabalhos internos de tratamento da base criada. Paralelamente, foi contratado em 2020 um sistema informatizado de controle dos processos judiciais (Plataforma Autojur), se tornando importante ferramenta de manutenção e atualização da base de processos judiciais da Companhia que era, até então desconhecida. Também, por meio de parceria com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, foi disponibilizado atendimento ao pedido da Companhia e foi enviado base de dados de todos os processos identificados por aquele Tribunal nos quais a Cohab Minas figurava como parte. As atividades de conclusão do levantamento e atualização de todas as informações sobre processos judiciais, assim como a atualização cadastral dos contratos dos mutuários que figuram em tais ações, está prevista para o início de 2021, com a edição de manual de manutenção da base emitido pela Diretoria Jurídica da Companhia. Como resultado, o projeto gerou qualificação para carteira de recebíveis por meio da sincronização de dados entre bases de informações diferentes. Uma central de dados única, atualizada, coerente e moderna foi construída e ganhará rotinas e ferramentas de atualização.

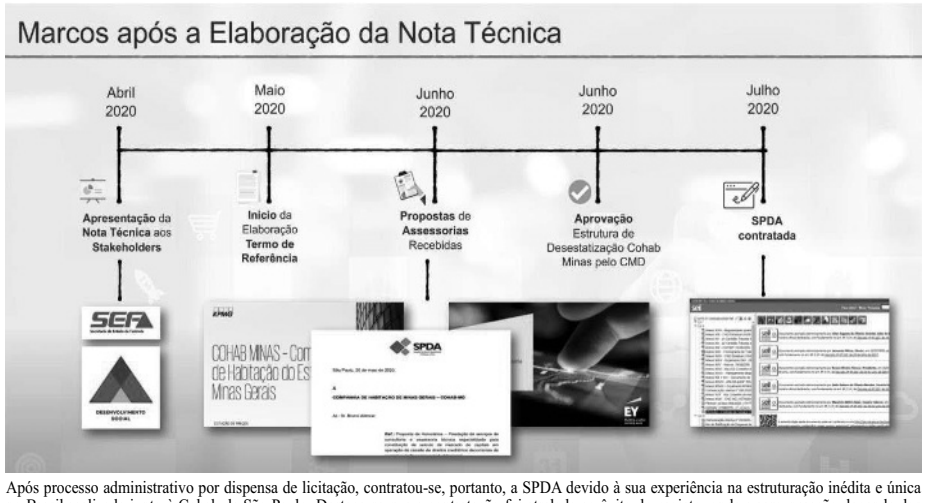
Total processos ativos e baixados localizados	4.013
Total processos ativos localizados	2.483
Total processos ativos referentes a contratos de financiamento	1.795
Total processos com número de contrato	1.108
Total processos ativos que não se referem a contratos de financiamento	688

Tempo gasto na criação da base de dados: **65 dias**

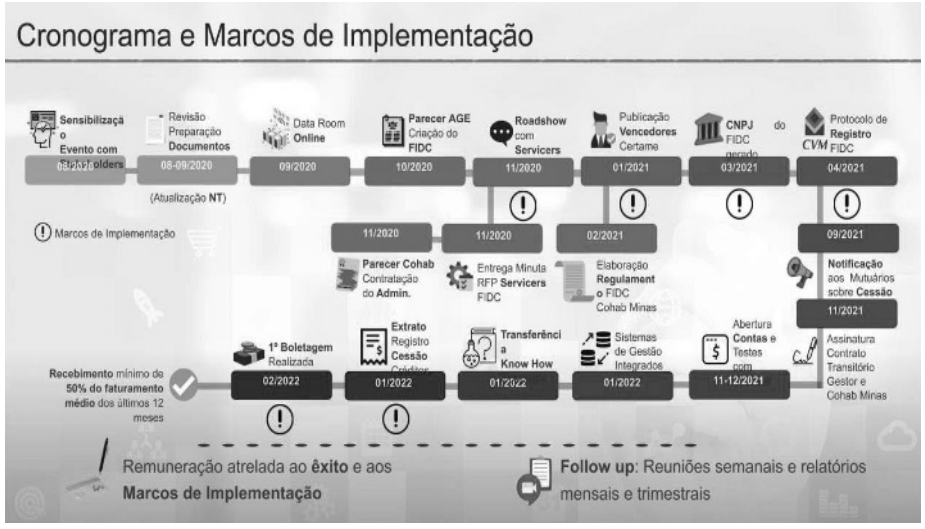
1.2.2 Soluções Financeiras: A Iniciativa Soluções Financeiras, que contempla uma série de estudos, pesquisas de benchmark e troca de experiência com outras empresas e estados, visa a estruturação de veículos de mercado de capitais que possam trazer a iniciativa privada para otimizar a gestão dos ativos da Cohab. No âmbito da Iniciativa foram implementadas em 2020 as seguintes atividades destacadas a seguir: **a. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC:** Com finalidade de rentabilizar os ativos da Cohab Minas, a Diretoria Executiva por meio do Eixo Ativos realizou uma análise estratégica aprofundada das melhores práticas do mercado de capitais referentes à monetização de créditos de baixa liquidez. Foram identificadas práticas de sucesso, com destaque para a grande convergência dos trabalhos desejados como os desenvolvidos pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo que, em 2016, estruturou com sucesso um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) com sua carteira de recebíveis, carteira esta muito semelhante à da Cohab Minas, em especial quanto às peculiaridades do público contratante, inadimplência, transferências, modalidades e fragilidades contratuais e riscos. Tal estruturação foi planejada e executada pela Companhia São Paulo de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – SPDA, empresa pública da prefeitura de São Paulo constituída por funcionários oriundos do mercado de capitais e com experiência na constituição de Fundos de Investimentos. O benchmarking culminou na contratação da SPDA em 2020 para prestar consultoria à Cohab Minas na concepção e decisão das soluções viáveis para rentabilizar os ativos da Companhia, com foco em seus direitos creditórios. Em 7 de outubro de 2019, após interlocuções preliminares, a SPDA e a Cohab Minas assinaram um Termo de Cooperação, por meio do qual foram disciplinadas as condições em que se realizariam estudos, consultoria e assessoria para a monetização e/ou constituição de veículo para melhor gestão da carteira de créditos imobiliários da Cohab Minas, com emissão de Nota Técnica em março de 2020, conforme cronograma a seguir.



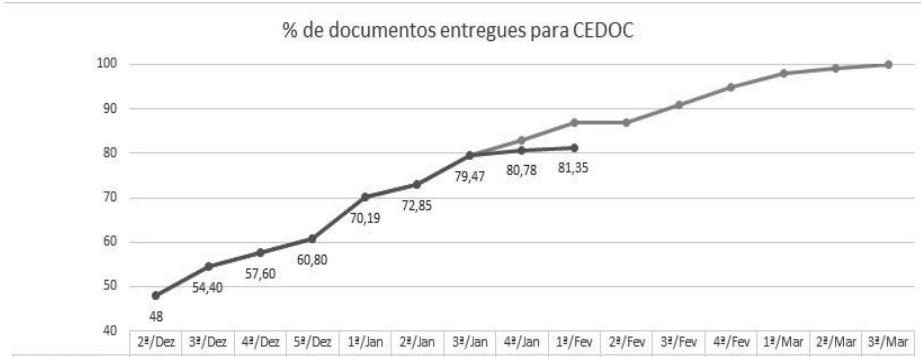
Os trabalhos realizados culminaram na modelagem da carteira de recebíveis da Companhia e levou à identificação do modelo de negócio mais apropriado para a Cohab Minas. A proposição foi levada ao conhecimento das instâncias centrais de Governo responsáveis pela aprovação da operação: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Comitê Mineiro de Desestatização. Além disso, restou evidenciada a importância da contração de uma consultoria como a SPDA para atuar na condição de assessor técnico especializado para auxiliar na estruturação da estratégia selecionada e aprovada: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. O cronograma a seguir relata as etapas vencidas:



Após processo administrativo por dispensa de licitação, contratou-se, portanto, a SPDA devido à sua experiência na estruturação inédita e única no Brasil realizada junto à Cohab de São Paulo. Destaca-se que a contratação foi atrelada ao êxito do projeto, onde a remuneração depende dos resultados efetivamente alcançados. Tal contratação foi publicada no Diário Oficial do Estado em 28 de julho de 2020 e a partir de então, a SPDA vem assessorando a Companhia nos trabalhos para a referida estruturação. A consultoria contratada foi estruturada em etapas definidas por marcos denominados "entregas", compreendendo a assessoria para execução das atividades que se fizerem necessárias à implementação das soluções identificadas nos trabalhos de consultoria. No âmbito da cooperação técnica aventada, as partes concordaram no desenvolvimento de atividades que corroborassem para (i) a análise da possibilidade da cessão de carteira para um veículo (fundo de investimento em direitos creditórios ou securitizadora), com discriminação das eventuais normas, diretrizes e das etapas que deveriam ser realizadas para a sua concretização; (ii) a avaliação das vantagens e desvantagens econômicas e financeiras em relação às alternativas apresentadas; (iii) o estudo das vantagens e desvantagens, em termos de governança, das alternativas apresentadas; (iv) o estudo das vantagens e desvantagens, em termos de riscos de mercado, risco operacional, risco jurídico, risco de imagem, entre outros, com a realização da operação, das alternativas apresentadas. O cronograma contratual segue ao estabelecido na figura a seguir:



Contratada, a SPDA assessorou na mobilização de players, adequação da modelagem, sondagem do mercado e na consulta sobre a integralização da carteira de recebíveis do Fundo Estadual de Habitação - FEH, chegando ao final do ano na fase de elaboração de minutas de documentos para os próximos passos do cronograma (Termo de Referência para contratação de instituição Administradora constituída em forma de consórcio com a presença de Administrador, Gestor, Custodiante e Master Service, Regulamento do Fundo, Lei Autorizativa, dentre outros). **b. Fundo de Investimento Imobiliário - FII:** O Estado de Minas Gerais publicou em 26 de novembro de 2019 o Decreto n.º 47.766, que regulamentou a Política Estadual de Desestatização do Estado de Minas Gerais (PED). O decreto incentivou a utilização de instrumentos de mercado de capitais, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o objetivo de maximizar o retorno para o Estado por meio de adequada precificação e estruturação, bem como garantir a transparência das operações. Um dos principais ativos da Cohab é o seu patrimônio imobiliário, que é composto por imóveis de diversas naturezas localizados em vários municípios mineiros. A origem desses imóveis é variada, mas aqueles de maior expressão decorrem de planejamento feito para implementação futura de empreendimentos habitacionais. Ocorre que a Companhia perdeu capacidade de investimento e hoje esses imóveis se tornaram um estorvo por serem de difícil gestão, sendo recorrentemente ameaçados de invasão pela falta de capacidade da Cohab de fazer a adequada guarda dos mesmos. Além disso, a Companhia não tem conseguido arcar com os tributos que incorrem sobre esses imóveis tendo sido obrigada a proceder com processos de dação em pagamento, como é o caso de imóvel localizado em Ribeirão das Neves. Trata-se de um terreno de aproximadamente um milhão e meio de metros quadrados avaliado em mais de 80 (oitenta) milhões de reais e com uso e ocupação do solo restringindo seu aproveitamento exclusivamente para fins industriais. Portanto, a Companhia de Habitação possui um imóvel que não pode receber construções habitacionais, e continua incidindo impostos em desfavor da Cohab. A atual gestão, com vistas a arcar com IPTUs atrasados desde 2012 que foram cobrados judicialmente e ensejou no bloqueio de contas bancárias da Companhia, procedeu com o desmembramento de uma parte do terreno avaliada em aproximadamente 4 milhões de reais e firmou acordo judicial para transferi-la ao município com a finalidade de arcar com o passivo tributário, ou seja, o patrimônio vai se consumindo para pagar tributos. Vale destacar ainda, que o terreno tem liquidez praticamente nula, pois o mercado não absorve com facilidade a aquisição de um imóvel com esse perfil e nesse valor. Ademais, a Cohab não poderia firmar um contrato de permuta para receber o valor do terreno ao final da implantação de um empreendimento industrial, pois foge do seu objeto social. Diante de situações como a descrita anteriormente, o acionista majoritário da Cohab Minas, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDE, deliberou por contratar o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - BDMG como assessor técnico para a análise de viabilidade e execução da estruturação de um Fundo de Investimento Imobiliário - FII com os bens imóveis de propriedade da Cohab Minas que não lograrem êxito nas licitações para alienação. Para viabilizar os trabalhos do BDMG, a SEDE firmou com a Cohab Minas um Acordo de Cooperação Técnica com o cronograma de execução previsto para início no ano de 2021. A expectativa é que a facilidade com que um Fundo privado consegue gerir esse patrimônio traz maior segurança aos imóveis e tende a aumentar o número transações exitosas favoráveis à Cohab e ao estado. **1.3 EIXO: DESENVOLVER FORMAS SIMPLES E NÃO BUROCRÁTICAS DE PROMOVER O ACESSO À HABITAÇÃO:** Este eixo se configura como o mais finalístico dos 3 objetivos definidos no planejamento estratégico, e traz a definição de políticas públicas que se obtiverem êxito trarão resultados e entregas diretas para os principais público-alvo da Cohab Minas, quais sejam: os municípios mineiros e os cidadãos de baixa renda. Conforme relatado anteriormente, este eixo ainda não possui Iniciativas ativas, possuindo duas em planejamento e estudo, quais sejam: Consultoria aos municípios e Voucher Habitacional. **a. Consultoria Habitacional:** Aproximadamente 100 pastas com documentos, vistorias, relatórios técnicos e eventuais projetos já elaborados para empreendimentos habitacionais foram elaboradas para devolver e doar aos municípios esse acervo de forma a possibilitar que os mesmos realizem diretamente sem a necessidade de interveniência de um terceiro, no caso a Cohab. Vale ressaltar que foi destacado para cada empreendimento um técnico de referência na Cohab para prestar assessoramento à equipe técnica do município. A intenção é transferir o conhecimento acumulado na Companhia e capacitar os municípios em como atacar seu déficit habitacional de forma autônoma. **b. Voucher Habitacional:** A iniciativa, ainda em fase de planejamento, antecipou ações em 2020 e viabilizou a contratação da Fundação João Pinheiro para realizar uma Avaliação ex-ante do desenho da Política Pública. Tal contratação visa dar segurança à implementação da nova modalidade de subsídio, onde pretende-se antecipar o auxílio financeiro do estado, hoje diluído no juros subsidiados nas parcelas do financiamento. A proposta é que seja concedido ao beneficiário da política habitacional, historicamente atendido pela Cohab, um valor que facilite a entrada que deve ser paga para aquisição de uma habitação popular, ficando o mutuário responsável pela identificação e aquisição do imóvel que melhor atende às necessidades daquela família. Ressalta-se que o dinheiro é repassado diretamente ao vendedor que deve apresentar contrato de transferência da propriedade ao beneficiário possuidor do Voucher. **1.4 INICIATIVA RELACIONADA AOS PILARES:** No planejamento estratégico realizado em 2019, foram definidos alguns pilares que se configuram como objetivos estratégicos não finalísticos e sim de suporte, mas que apóiam e facilitam o atingimento dos objetivos dos eixos finalísticos e consequentemente a visão de futuro definida. Diversas são as ações relacionadas aos pilares em execução por esta gestão, mas que estão sendo geridas pela estrutura funcional. Apenas uma foi destacada para ser monitorada de forma diferenciada, qual seja: a Iniciativa de Gestão Documental. Esta tem relação com dois pilares, a saber: • ser mais ágil, enxuta, eficiente e coerente com o contexto; • reduzir os custos operacionais ao mínimo. **1.4.1 INICIATIVA DE GESTÃO DOCUMENTAL:** Uma das questões que mais preocupou a gestão atual ao assumir foi a fragilidade das práticas de guarda e de gestão documental praticadas na Companhia até então, com elevado risco de perda e degradação de importantes acervos da Cohab Minas, tais como, carteira de recebíveis, documentos do Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS, registros contábeis e patrimoniais e demais informações da Companhia. Além disso, a guarda de todos os documentos em galpão próprio alugado para essa finalidade gera grandes custos operacionais e ineficiência de gestão, com características que destacamos: • ausência de especialistas em gestão documental, que envolve tratamento, expurgo, digitalização, organização, armazenagem e conservação do acervo da Cohab Minas; • inexistência de uma política de gestão documental para aproximadamente 60 mil processos/caixas: classificação, armazenamento e temporalidade; • instalações inadequadas para a correta gestão documental; • a vulnerabilidade e precariedade do armazenamento e gestão/acesso dos documentos, com 1.636.710 páginas, que necessitavam de digitalização para a facilitar o acesso e a tomada de decisões e dessa forma mitigando o risco de perda do acervo documental; • a digitalização individualizada de documentos por parte de empregados com armazenamento nos computadores individuais de trabalho e na rede de forma despadronizada e mantidos armazenados numa lógica física (duplicidade, falta de padronização e controle); • reprodução e tramitação de cópias de documentos sem controle. A Iniciativa vem desenvolvendo algumas frentes de trabalho, que vem apresentado resultados significativos, que serão detalhados a seguir. **a. Transferência da gestão do arquivo:** O acervo documental da Cohab Minas se encontra em galpão alugado pela Companhia, com estrutura altamente precária e de alto custo de administração. Para solução deste problema foi contratado por processo licitatório o serviço de gestão documental, que contempla a guarda adequada por empresa terceirizada de forma mais segura e eficiente. Devido à pandemia, a frente de transferência do arquivo para gestão da contratada sofreu considerável atraso, mas encontra-se com mais de 80% concluída e tem previsão de finalização para março de 2021, com a liberação do galpão prevista para abril/2021. A evolução deste trabalho está demonstrada no gráfico a seguir:



	2ª/Dez	3ª/Dez	4ª/Dez	5ª/Dez	1ª/Jan	2ª/Jan	3ª/Jan	4ª/Jan	1ª/Fev	2ª/Fev	3ª/Fev	4ª/Fev	1ª/Mar	2ª/Mar	3ª/Mar
Meta (%)	48	54	58	61	70,19	72,85	79,47	83	87	87	91	95	98	99	100
Realizado (%)	48	54,40	57,60	60,80	70,19	72,85	79,47	80,78	81,35						

b. Definição de estratégia para redução de processos em meio físico: Nesta frente foram identificados 13 fluxos de processos que mais geravam consumo de papel na Companhia. Foram estruturadas propostas e ferramentas para melhoria de tais processos, que tinham o maior potencial de gerar acervo documental de forma desordenada e desnecessária. Em 2020, quatro dos 13 fluxos de processos selecionados foram reestruturados e não são mais realizados em meio físico, eliminando, portanto, a necessidade de consumo de papel e outros recursos de impressão e armazenamento. O Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Minas Gerais – SEI!MG foi efetivamente implementado ao longo de 2020, resultando na eliminação de tramitação de processos físicos para todos os expedientes da Companhia, tais como comunicações internas, procedimentos licitatórios e processos de pagamento. **c. Definição de estratégia para reduzir documentos da rede:** Em 2020 foi finalizado o expurgo digital de softwares desnecessários ou irrelevantes que estavam instalados nos computadores da Companhia, assim como o expurgo de arquivos duplicados. Tal atividade eliminou da rede 286.988 arquivos identificados como duplicados e desinstalou 95 softwares desnecessários que estavam instalados, possibilitando a liberação de espaços de armazenamento, a organização da rede e um melhor desempenho dos protocolos de segurança da Companhia. **2. GESTÃO FINANCEIRA:** Conforme vem sendo verificado sistematicamente nas demonstrações financeiras dos últimos exercícios, a situação econômico-financeira da Cohab Minas vem se agravando consideravelmente, com sucessivos prejuízos e a geração de passivos que estão em franco crescimento, dado que mesmo com grandes esforços de redução das despesas as receitas operacionais não fazem frente a elas. A atual gestão vem adotando as medidas possíveis para o incremento de receitas e redução de despesas, mas, a configuração da Companhia restringe determinadas medidas mais austeras no âmbito das despesas, cujo maior representatividade está no grupo de despesas de pessoal concursado ou estabilizado por ingresso antes da Constituição Federal de 1988. Tal grupo de despesas representa, em média, 65% das despesas mensais e tem

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 0EBE-2BC6-0FA0-22C4.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (COHAB MINAS)

CNPJ 17.161.837/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2020

limitações legais para serem equalizadas. Embora um dos pilares do planejamento estratégico estabelecido seja "Manter-se independente dos recursos do tesouro", tal medida vem se demonstrando em cada exercício financeiro encerrado mais difícil de ser mantidas, dadas as condições atualmente estabelecidas, como veremos em alguns destaques financeiros do exercício de 2020, a seguir. **2.1 CENÁRIO GERAL DE 2020:** No exercício de 2020, o conjunto de receitas que compõem os recursos da Companhia totalizou R$54.243.634,88 (cinquenta e quatro milhões, duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta e oito centavos), conforme demonstrado no quadro a seguir:

TIPO DE RECEITA	Jan a dez/2020
1 – Arrecadação Cohab	9.423.203,63
2 – FEH Mensal / Normal	14.940.448,31
3 – FEH Mensal / Extra	2.648.000,00
4 – Receita de Capital	7.863.905,89
5 – Direitos Creditórios	403.142,45
6 – Aporte de Capital	15.000.000,00
7 – Apropriações FEH	1.801.788,99
8 – Outras Receitas	2.163.145,61
TOTAL GERAL	**54.243.634,88**

Destacamos que, caso não ocorresse o aporte de capital de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), o montante da receita anual ficaria abaixo de R$ 40 milhões, o que dificultaria ainda mais o contexto financeiro da Companhia para honrar seus compromissos. A concretização do aporte de capital ocorreu nos seguintes valores e datas:

Aporte de Capital - Exercício de 2020

Data	Valor do Aporte
20/03/2020	5.000.000,00
28/10/2020	400.000,00
04/11/2020	5.550.000,00
19/11/2020	1.277.635,51
20/11/2020	729.000,00
26/11/2020	218.000,00
18/12/2020	1.200.000,00
29/12/2020	625.364,49
TOTAL	**15.000.000,00**

Por outro lado, além do passivo registrado em 31/12/2019, decorrente do não pagamento de despesas de diversas origens, no montante de R$ **29.299.201,09** (vinte e nove milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e um reais e nove centavos), foram incorridas despesas no montante de R$ 59.558.190,51 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e noventa reais e cinquenta e um centavos), conforme o seguinte detalhamento:

Descrição da Despesa	Despesas a Pagar em 31/12/2019	Despesas Realizadas em 2020
Despesa com Pessoal - Folha Líquida		14.025.793,80
Despesas com Benefícios	452.685,14	6.140.733,32
Despesas com Encargos Sociais	32.332,94	15.895.099,51
Despesas com ITBI / Despesas Cartorárias		180.982,84
Despesas com Ônus Hipotecário	329.710,26	77.520,53
Despesas com Seguradora e FCVS	3.324.489,21	5.614.283,07
Despesas com Serviços de Terceiros	601.518,35	3.698.021,89
Despesas com Serviços de Terceiros - Pessoal	466.935,36	1.477.877,57
Despesas com Viagem		41.709,27
Despesas de Indenização de Seguro		80.364,74
Despesas Diversas	28.061,52	3.626.814,28
Despesas Judiciais / TJMG	819.386,10	1.300.308,55
Governo do Estado de MG	16.311.804,55	1.714.528,27
PIDV		2.288.361,91
Recolhimento Tributos de Terceiros		321.692,82
Repasse ao FEH	3.798.035,28	2.860.672,77
Repasse ao FEH - Liquidação Antecipada	3.133.845,35	25.144,30
Rescisão de Contrato de Trabalho		167.715,72
Tarifas Públicas	397,03	20.139,00
Total Geral	**29.299.201,09**	**59.557.764,16**

Pelos dados de receitas e despesas do exercício ressalta-se, novamente, a dificuldade que a Companhia vem tendo de realizar o pagamento de todas as suas obrigações no exercício, o que vai gerando, por consequência, o aumento recorrentemente dos seus passivos ao final de cada ano. Tal cenário estaria ainda mais complicado se não fossem adotadas pela atual gestão severas medidas de redução de despesas para atenuar a situação financeira crítica sem, no entanto, comprometer o funcionamento da Companhia, embora no maior componente de despesa fixa que é inerente às despesas de pessoal, a Diretoria Executiva não tem liberalidade legal de atuação, pois refere-se, como explicitado anteriormente, a empregados concursados ou estabilizados por ingresso antes da Constituição Federal de 1988. Mesmo com tais restrições, buscou-se, no limite, as possibilidades de reestruturação e contenção das despesas operacionais no exercício, conforme dados seguintes:

Grupo de Despesa	Descrição da Despesa	dez/18		dez/19		dez/20	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
DESPESAS COM PESSOAL	Efetivos [1]/[2]	126	1.067.337,78	125	1.098.787,58	109	914.008,68
	Recrutamento Amplo	60	499.758,17	39	302.891,37	43	383.564,68
	Diretoria (DEX)	5	109.254,76	5	112.627,95	5	115.289,48
OUTRAS DESPESAS	Mão De Obra Terceirizada	60	247.771,16	25	105.804,10	23	104.062,19
	Frota	22	28.817,84	12	14.985,00	12	14.985,00
	Scanner Leitor Digital	2	6.668,34	1	2.140,00	1	1.500,00
	Escritório Regional	3	13.016,60	1	4.961,37	1	4.961,37
TOTAL		**R$ 1.973.346,19**		**R$ 1.642.197,37**		**R$ 1.538.371,40**	

1) Cumpre esclarecer que apesar da redução no quantitativo de empregados, no comparativo dez/2018 e dez/2019, o aumento no valor das despesas deve-se ao reajustamento dos salários mediante dissídio, firmado em Convenção Coletiva de Trabalho que no caso da Cohab Minas, ocorre em novembro de cada ano. O reajustamento salarial é aplicado tanto aos efetivos, quanto comissionados e Diretores.
2) Cumpre esclarecer que apesar da redução no valor das despesas com pessoal, no comparativo dez/2019 e dez/2020, os valores de dez/2020 ainda não estavam reajustados pela CCT da categoria.

Cabe destacar que a redução do número de empregados efetivos da Companhia em 2020 só foi possível pela implementação de Programa de Incentivo à Demissão Voluntária – PIDV, por meio do qual se desligaram voluntariamente 15 empregados pertencentes a este grupo. Os critérios e a forma do PIDV de 2020 constam do Item 3 deste Relatório. Além das medidas de contenção de despesas, para passivos de ordem financeira significativa para a Companhia, tais como impostos, seguro habitacional e outras prestações de serviços de terceiros, foram realizadas tratativas de negociação e parcelamento dos débitos existentes. Embora sejam medidas que elevam o passivo de médio e longo prazo, tais medida foram indispensáveis para possibilitar o mínimo de gestão do fluxo de caixa da Companhia, evitando, por exemplo, o impedimento na obtenção de Certidão Negativa de Débitos – CND junto a Receita Federal do Brasil – RFB, o que traz transtornos de diversas ordens para a rotina da Cohab Minas, em especial quanto aos empreendimentos ainda em andamento em parceria com a Caixa Econômica Federal. Tais negociações e parcelamentos viabilizados em 2020 junto aos credores tem o seguinte perfil de horizonte temporal e valores:

Compe-tência	Valor Devido	Valor Pago em 2019	Valor Pago em 2020	Saldo a Pagar
abr/2019	523.904,89	523.904,89		
mai/2019	521.645,56	521.645,56		
jun/2019	521.241,59	521.241,59		
jul/2019	482.425,27	482.425,27		
ago/2019	482.829,54	482.829,54		
set/2019	499.430,59	499.430,59		
out/2019	490.491,21		490.491,21	
nov/2019	481.104,54	481.104,54		
dez/2019	479.598,31		479.598,31	
jan/2020	481.057,92		481.057,92	
fev/2020	478.595,95		478.595,95	
mar/2020	401.173,15		401.173,15	
abr/2020	474.767,36		474.767,36	
mai/2020	473.786,51		473.786,51	
jun/2020	461.788,73		461.788,73	
jul/2020	459.547,97		459.547,97	
ago/2020	463.646,54		463.646,54	
set/2020	452.492,70		341.959,67	110.533,03*
out/2020	458.363,30			458.363,30
nov/2020	455.512,47			455.512,47
TOTAL	**9.543.404,10**	**3.512.581,98**	**5.006.413,32**	**1.024.408,80**

***Valor de R$ 110.533,03 foi pago em 05/01/2021.**

Exercício de 2021	Receita Federal	Seguro Habitacional	Sistema Hipotecário	Vale-Alimentação	Tribunal de Justiça	Total
Janeiro	269.905,70	146.866,35	44.957,10	59.204,05	8.917,50	529.850,70
Fevereiro	69.905,70	146.866,35	44.957,10	59.204,05	86.556,48	607.489,68
Março	269.905,70	146.867,35	44.957,10	59.204,05	80.483,22	601.417,42
Abril	269.905,70	146.868,35	44.957,10	59.204,05	80.483,30	601.418,50
Maio	269.905,70	146.869,35	44.957,10	-	78.715,95	540.448,10
Junho	269.905,70	146.870,35	-	-	41.974,50	458.750,55
Julho	269.905,70	146.871,35	-	-	28.840,21	445.617,26
Agosto	269.905,70	146.872,35	-	-	14.621,33	431.399,38
Setembro	269.905,70	146.873,35	-	-	8.981,81	425.760,86
Outubro	269.905,70	146.874,35	-	-	8.981,81	425.761,86
Novembro	269.905,70	55.477,77	-	-	8.981,81	334.365,28
Dezembro	269.905,70	55.477,77	-	-	12.726,70	338.110,17
Total	**3.238.868,40**	**1.579.655,04**	**224.785,50**	**236.816,20**	**460.264,62**	**5.740.389,76**
Demais Anos	10.132.655,46	1.220.510,94	-	-	17.963,62	11.371.130,02
Passivo Parcelado	**13.371.523,86**	**2.800.165,98**	**224.785,50**	**236.816,20**	**478.228,24**	**17.111.519,78**

Mesmo com a adoção de medidas de incremento de receitas (estratégias de cobrança terceirizada, alienação de ativos, melhorias da arrecadação própria), considerando que o montante de tais receitas é inferior a despesa apresentada para o exercício, ao final de 2020 a Companhia registrou um débito já vencido – pagamentos em aberto – de R$ 34.943.265,22 (trinta e quatro milhões, novecentos e quarenta e três mil, duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos) com os diversos credores da Cohab Minas. **2.2 SEGURO HABITACIONAL:** De acordo com o art. 79 da Lei Federal nº 11.977/09 os seguros habitacionais vinculados aos contratos do crédito imobiliário são obrigatórios e têm como seu período de vigência o prazo do financiamento do imóvel, constituindo uma garantia fundamental para o crédito imobiliário e com benefícios para todas as partes envolvidas, pois garante que a família permaneça com o imóvel na falta do mutuário por morte ou invalidez permanente, o pagamento do sinistro para o agente financeiro que concedeu o financiamento, a quitação da dívida e também a indenização ou a reconstrução do imóvel, caso ocorram danos físicos causados por riscos cobertos. O seguro habitacional é cobrado juntamente com as prestações mensais do imóvel financiado. O valor pago pelo seguro habitacional e a quantia das indenizações são recalculados mensalmente em função do saldo devedor e do valor (atualizado) da avaliação do imóvel. As coberturas começam a valer no ato da assinatura do contrato de financiamento e terminam no seu encerramento, qualquer que seja a sua causa: liquidação antecipada, saldo devedor nulo ou zerado ou decurso do prazo do financiamento. Os prêmios de seguro recebidos devem ser repassados à seguradora contratada, que garante o pagamento das indenizações em caso de sinistro. Como a maioria das prestações dos contratos atualmente administrados pela Companhia são provenientes de financiamentos subsidiados pelo Fundo Estadual de Habitação (FEH) o Estado recebe as referidas prestações por meio dos Documentos de Arrecadação Estadual – DAE, repassando à Cohab Minas os valores correspondentes aos prêmios devidos que estão incorporados nas prestações pagas pelos mutuários e que ingressam no caixa único do estado. A Cohab Minas contrata seguro habitacional coletivo para toda a sua carteira, mediante apólice de mercado, sendo que as taxas atualmente aplicadas em todos os contratos da Cohab Minas, independentemente da idade do segurado, permaneceram em 0,074% para cobertura para Morte e Invalidez Permanente - MIP e 0,017% para cobertura de Danos Físicos ao Imóvel - DFI, incidentes sobre o saldo devedor dos contratos. É importante destacar que a atual gestão recebeu um passivo contratual com a seguradora contratada no valor de R$ 4.179.837,85 (quatro milhões, cento e setenta e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos), sendo regularizado, no exercício de 2019, o montante de R$ 1.825.438,16 (um milhão, oitocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e dezesseis centavos), e, no exercício de 2020, o valor de R$ 468.155,50 (quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), conforme detalhamento a seguir:

Competência	Valor Devido	Valor Pago em 2019	Valor Pago em 2020	Saldo a Pagar
ago/2018	524.955,36	524.955,36		
set/2018	515.409,95	515.409,95		
out/2018	520.972,29	262.578,90	258.393,39	
nov/2018	524.905,94		209.762,11	315.143,83
dez/2018	522.336,72			522.336,72
jan/2019	524.142,91			524.142,91
fev/2019	524.620,73			524.620,73
mar/2019	522.493,95	522.493,95		
Total Geral	**4.179.837,85**	**1.825.438,16**	**468.155,50**	**1.886.244,19**

O valor ainda remanescente do passivo contraído junto a seguradora, no montante de R$ 1.997.199,73, (um milhão, novecentos e noventa e sete mil, cento e noventa e nove reais e setenta e três centavos) foi negociado com a Companhia de Seguros Excelsior em novembro/2020 para pagamento em 36 parcelas iguais e consecutivas de R$ 55.477,77 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos) a partir de 15/11/2020. Considerando o pagamento das duas primeiras parcelas de R$ 55.477,77 (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos) em 15/11/2020 e 15/12/2020 encerramos o exercício financeiro de 2020 com o valor de R$ 1.886.244,19 (um milhão, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e quarenta e quatro reais de dezenove centavos) ainda em aberto com a Companhia de Seguros Excelsior para ser quitado nos próximos 34 meses. O quadro a seguir demonstra os valores devidos e pagos da atual gestão, descontado o passivo recebido da gestão anterior:

Em dezembro de 2020, os valores relativos as competências dos meses de out/2020 e nov/2020, que totalizavam R$ 913.875,77 (novecentos e treze mil, oitocentos e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos), foram negociados para pagamento em 10 parcelas iguais e sucessivas de R$ 91.387,58 (noventa e um mil, trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta e oito centavos) a partir de 10/01/2021.Dessa forma, ao encerrarmos o exercício financeiro de 2020, embora sem equacionar o passivo com a seguradora contratada, todos os débitos existentes estavam devidamente negociados. **2.3 CONCESSÃO DE SUBSÍDIO TEMPORÁRIO:** No Programa Morada Gerais, sob gestão da Cohab Minas consta a ação CONCESSÃO DE SUBSÍDIO TEMPORÁRIO PARA AUXÍLIO HABITACIONAL – 4424 - que trata da concessão de aluguéis sociais no âmbito das duas ocupações cujos recursos orçamentários eram geridos pela Cohab Minas: Ocupação William Rosa e Marião, em Contagem, Ocupação Vicentão e Carolina Maria de Jesus , em Belo Horizonte. O convênio firmado para concessão de auxílio habitacional para a Ocupação William Rosa e Marião teve sua vigência encerrada em dezembro de 2019. No entanto, como não havia sido concluída a solução definitiva de alocação das famílias, foi firmado acordo judicial no âmbito do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, para pagamento do auxílio habitacional pela Cohab Minas nos três primeiros meses de 2020 até que o pagamento pudesse ser assumido pelo município. Tais pagamentos foram realizado e totalizaram R$ 575.100,00 (quinhentos e setenta e cinco mil e cem reais), sendo 50% (R$ 287.550,00) provenientes do orçamento da Cohab Minas e 50% (R$ 287.550,00) transferidos pela Prefeitura Municipal de Contagem para integrar o montante transferido às famílias. Em relação a Ocupação Vicentão o pagamento dos subsídios em 2020 somente ocorreu devido à decisão judicial favorável às famílias em ação impetrada pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, já que pelos apontamentos constantes no Relatório de Auditoria a Unidade de Controle Interno da Cohab Minas tais pagamentos não poderiam ser realizados com recursos do Fundo Estadual de Habitação - FEH. Os pagamentos do exercício ocorreram a partir de outubro/2020, para atendimento a 90 famílias, com valor mensal de R$ 500,00 (quinhentos reais) por família, retroativo a janeiro/2020. A execução orçamentária e financeira de 2020 para atendimento aos beneficiários desta Ocupação totalizou, portanto, R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais) em 2020. Embora tais pagamentos tenham sido realizados em cumprimento de determinação judicial, ressalta-se que a concessão destes auxílios habitacionais não se configura como atividade típica de uma sociedade de economia mista, configurando como uma distorção herdada de gestões anteriores. A síntese dos pagamentos realizados é a que se segue:

Município	Ocupação	Nº de Famílias Atendidas	Competência	Valor Pago
Contagem	Willian Rosa e Marião	426	01/2020	191.700,00
			02/2020	191.700,00
			03/2020	191.700,00
TOTAL				**575.100,00**
Belo Horizonte	Vicentão[1]	90	01/2020	45.000,00
			02/2020	45.000,00
			03/2020	45.000,00
			04/2020	45.000,00
			05/2020	45.000,00
			06/2020	45.000,00
			07/2020	45.000,00
			08/2020	45.000,00
			09/2020	45.000,00
			10/2020	45.000,00
			11/2020	45.000,00
			12/2020	45.000,00
TOTAL				**540.000,00**

3. GESTÃO DO FUNDO ESPECIAL DO TRIÂNGULO DO GLÓRIA/FETG – UBERLÂNDIA: O Assentamento do Glória é uma ocupação consolidada, caracterizada por famílias de baixíssima renda, com grande apelo social e graves problemas causados pela falta de infraestrutura urbana básica. Essa ocupação teve início em 2012, quando 50 famílias ligadas ao denominado "Movimento dos Sem Teto do Brasil - MSTB" ocuparam uma área de aproximadamente 65 hectares da Fazenda do Glória, situada às margens da BR-050 e de propriedade da Universidade Federal de Uberlândia. Em 2017, o Estado de Minas Gerais e a Cohab Minas assinaram com o Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Universidade Federal de Uberlândia, Município de Uberlândia, Associação dos Moradores do Bairro Élisson Prieto e a Defensoria Pública da União, um Termo de Compromisso, no qual coube à Cohab Minas e ao Estado receber a área ocupada pelo Assentamento do Glória e promover sua regularização fundiária pela REURB, Lei Federal nº 13.465/2017, como também a implantação da infraestrutura urbana essencial, com previsão de conclusão dos trabalhos em 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a partir da data de celebração. Além das ações desenvolvidas a partir da assinatura do Termo de Compromisso, destacamos na sequência as principais atividades desenvolvidas pela Cohab Minas em 2020. Em continuidade ao processo para regularização do assentamento, a Cohab Minas recebeu o Parecer Técnico nº016/2020/CAP/SEPLAN de 07/07/2020 com a análise prévia do processo de Regularização Fundiária do assentamento do Glória – Bairro Elisson Prieto, submetido pela Companhia à análise da Prefeitura sob protocolo número 12.964/2019, em 04/06/2019. O Parecer está sendo analisado pela equipe técnica da Companhia para as adequações necessárias ao projeto proposto. Considerando as tratativas durante a 2º reunião do Fórum de Acompanhamento da Regularização Fundiária Urbana do Glória (FARG), em que foi autorizada a execução de obras paliativas para minimizar as dificuldades com a chegada do período das chuvas mais intensas, a Cohab Minas contratou por Dispensa de Licitação, em conformidade com o Art. 29, Inciso I, da Lei Federal 13.303/2016 a empresa Samuel Primon Fagundes 01328704106-ME. O início das obras foi autorizado em 21/11/2019, e, após a necessidade de extensão de prazo, em decorrência do atraso provocado pelas chuvas na região, a conclusão total das obras se deu em 03/06/2020. Foram executadas as seguintes intervenções: escavações para ampliação da capacidade de armazenamento da bacia de contenção e instalação de bueiro transversal para redução da incidência de alagamentos na Rua Geralda Francisca Borges, conclusão da regularização da pista de rolamento e limpeza/reparos nas redes de drenagem existentes na faixa de domínio da rodovia BR 050. Após a conclusão destas obras foi possível a implantação da rede elétrica pela CEMIG na Rua Geralda Francisca Borges, com um total de 12 postes e 400m de extensão da rede elétrica. Em 2020 foi dado prosseguimento aos processos licitatórios, cujos editais foram publicados no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 05/12/2019, para contratação dos projetos de engenharia de infraestrutura urbana de terraplanagem, drenagem pluvial e travessia sobre a rodovia BR 050, sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e, pavimentação de vias locais. Abaixo o detalhamento dos resultados das licitações realizadas, cujas ordens de serviços foram emitidas em junho/2020.

Nº Processo	Objeto	Empresa Vencedora	Valor de Contratação
040/2019	Terraplenagem de Vias e Geométrico	Sanehatem Consultoria e Projetos Ltda.	25.857,60
041/2019	Sistemas Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário	Sanehatem Consultoria e Projetos Ltda.	90.212,00
042/2019	Sistema de Drenagem Pluvial Interna e de Travessia sob a BR 050	Sanehatem Consultoria e Projetos Ltda.	43.190,00
043/2019	Pavimentação das vias locais	Sanehatem Consultoria e Projetos Ltda.	15.875,00
044/2019	Serviços de Geotecnia	Kalu Serviços de Engenharia Ltda.	54.737,31
TOTAL			**229.871,91**

Durante o desenvolvimento dos projetos executivos foi verificada a necessidade de contratação de serviços de levantamentos topográficos para cadastramento de: • Levantamento detalhado da faixa de domínio da BR-050. • Levantamento detalhado do trecho onde será implantada nova travessia da rede de drenagem sob a BR-050. • Levantamento detalhado do trecho de vias de interligação entre o reservatório de abastecimento de água e a ocupação do Glória. • Levantamento detalhado do trecho de vias de interligação entre a ocupação do Glória e o ponto de entrega de esgoto pertencente a rede pública existente. Para este levantamento foi emitida a Ordem de Serviço para empresa SIGMA, utilizando-se contrato da Cohab Minas para levantamentos cadastrais. Foram realizados entre os meses de outubro à novembro/2020 as atividades de sondagens de solo pela empresa Kalu Engenharia e os relatórios com os devidos resultados foram fornecidos à empresa projetista que, em 17/12/2020, concluiu a 1ª etapa de elaboração dos projetos com o protocolo de entrega nos órgãos/concessionárias para as devidas avaliações e eventuais aprovações. Em 30/12/2020 foi entregue via protocolo por e-mail o projeto de detalhamento da faixa de domínio e travessia sob a BR-050 à Concessionária da rodovia Eco-050. Outro ponto relevante na gestão dos recursos do Fundo é o elevado índice de inadimplência que, em dezembro de 2020, alcançou o patamar de 85,43% dos contratos com pelo menos uma parcela em atraso, conforme demonstrado a seguir:

Nº total de contratos	1.991
Nº de contratos adimplentes	290
Nº de contratos com parcelas em atraso	1.701
% de contratos com parcelas em atraso	85,43%
Valor total em atraso (R$)	4.011.460,25
Juros de mora por atraso (R$)	406.638,14
Juros remuneratórios (R$)	96.550,40
Valor em atraso (R$)	4.514.648,79
Saldo devedor (Vincendo)	56.659.498,96
Valor Total (Valor Vencido + Valor Vincendo)	61.174.147,75

Por fim, vale destacar que foram iniciadas as tratativas junto à prefeitura de Uberlândia para assinatura de convênio que transferirá a responsabilidade pela execução de parte das obras para o município. Tal transferência justifica-se, entre outras razões, pela maior capacidade da prefeitura de acompanhar e fiscalizar as obras, bem como interagir com a população que ali reside. **4. CRIAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE INTEGRIDADE :** Considerando a necessidade de adoção de medidas para contenção e redução de despesas de diversas naturezas e a necessidade de dar andamento à implementação do planejamento estratégico elaborado em 2019, a Diretoria Executiva da Cohab Minas já havia, em 2019, redimensionado a estrutura organizacional reduzindo de 29 (vinte e nove) para 14 (quatorze) o número de unidades administrativas. No entanto, o Conselho de Administração da Cohab Minas determinou em reunião do dia 18 de novembro de 2020 a criação do Escritório de Integridade, unidade vinculada à Presidência, bem como a sua incorporação ao organograma da Companhia, em observância as melhores práticas de governança corporativa. Para chefiar a nova unidade foi realizada pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva um processo seletivo para profissional com experiência e formação em compliance no qual inscreveram-se 554 candidatos para a vaga. O Escritório ficará a cargo, entre outras, de atividades de treinamento dos funcionários em legislações como por exemplo a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, a criação de políticas internas de combate à corrupção e o monitoramento constante de eventuais desvios de conduta. **5. PANDEMIA:** Em 2020, após o início do estado de emergência e calamidade em saúde pública, decorrente da pandemia, no intuito de preservar os empregados da Cohab Minas e possibilitar a manutenção das atividades e a busca dos resultados traçados, foi estabelecido o regime de teletrabalho a partir de março de 2020, seguindo orientações emanadas das autoridades estaduais competentes. Além destas orientações, a própria Cohab Minas, emitiu normativos para garantir a continuidade do trabalho e zelar pela segurança de seus empregados. Nesse sentido, a partir do dia 16/03/2020, grupos de empregados da Cohab Minas, foram enviados para teletrabalho, iniciando-se com os empregados enquadrados no grupo de maior vulnerabilidade (idosos, gestantes, lactantes, pessoas com doenças crônicas). Em abril de 2020, quase todos os empregados da Companhia já estavam em teletrabalho, permanecendo em trabalho presencial apenas aqueles que eram essenciais para a realização de atividades específicas e apoio às atividades desenvolvidas em home office. Foram selecionados empregados que não estavam entre aqueles do grupo de maior vulnerabilidade e que se locomoviam para o trabalho por meio de transporte particular. Para estes em trabalho presencial a empresa reduziu a jornada de trabalho para quatro horas diárias e forneceu prontamente os equipamentos de proteção individual necessários para garantir sua segurança, como máscaras, luvas e álcool em gel. As viagens a trabalho foram suspensas e na eventualidade de ocorrerem tiveram que ter sua urgência analisada e aprovada em reunião de Diretoria Executiva. Os atendimentos presenciais foram suspensos e direcionados para atendimentos por meio dos canais virtuais da Cohab Minas, como e-mails, Fale Conosco, Cohab Atende, ou telefônico. Para garantir a continuidade das atividades e os resultados desejados, todos os empregados em teletrabalho, passaram a apresentar periodicamente um plano de atividades descrevendo as tarefas a serem realizadas no período e o prazo de entrega de cada uma delas. Ao final do período todo empregado confirmava o desenvolvimento de suas tarefas com a entrega do relatório de atividades, contendo o descritivo do que fora realizado e os resultados alcançados. Tal dinâmica mais facilmente implementada pelo fato de que naquele momento o Planejamento Estratégico da Companhia já estava consolidado e em franca execução. Essa nova realidade impôs significativos desafios, em especial para a área de Tecnologia da Informação, que ficou responsável por assegurar a viabilidade do teletrabalho aos empregados, permitindo acesso remoto aos sistemas e dados que cada funcionário depende para o desempenho de suas atividades cotidianas, sem prejuízo da qualidade e tempestividade necessárias. O regime de teletrabalho permanece sendo o adotado para aproximadamente 90% dos empregados e vem se mostrando, inclusive, com melhor desempenho do que o trabalho presencial para diversas áreas de resultados da Companhia, o que só foi possível pela implantação bem-sucedida de várias medidas pela área de Tecnologia da Informação da Cohab Minas, dentre as quais destacamos:
• Garantia de acesso remoto aos computadores da sede aos empregados que aderiram ao teletrabalho; • disponibilização de equipamentos de informática para os empregados realizarem atividades remotamente; • criação de canal de comunicação para abertura de chamados por parte dos empregados; • utilização do Sistema Eletrônico de Informações do Estado de Minas Gerais – SEI MG para todos os fluxos de tramitação de documentos; • integração dos ramais de telefonia da Companhia para utilização direta nos celulares dos empregados, por meio de ramal virtual. Todas essas medidas aliadas a treinamentos e a um canal de atendimento criado para contato direto com os colaboradores da área de tecnologia da informação, permitiu a rápida adaptação ao teletrabalho, a manutenção da realização das atividades e o aumento da produtividade em algumas áreas. A viabilidade do teletrabalho também foi garantida pela estrutura logística criada para atender as demandas de trânsito de pastas, documentos e equipamentos entre a sede da

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código ACF9-C78E-7EBB-106C.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (COHAB MINAS)

CNPJ 17.161.837/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2020

Companhia e a residência dos empregados. Além dos motoristas utilizados para o trânsito de material necessário ao teletrabalho, veículos foram estrategicamente liberados para as gerências de maior movimentação de materiais resultando na celeridade de realização de tarefas cotidianas. Em resultado de serem seguidas as orientações emanadas das autoridades estaduais competentes, acrescidas das normas internas para realização de teletrabalho e a criação de estrutura de informática e logística para continuidade da execução das atividades da Companhia, além da manutenção da realização das atividades da Companhia e o aumento da produtividade em algumas áreas, não se tem conhecimento de nenhum caso de contaminação por COVID-19 contraído no ambiente de trabalho da Cohab Minas. **6. FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - FCVS:** O Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS foi criado por intermédio da Resolução nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação – BNH e ratificado pela Lei Federal nº 9.443, de 14 de março de 1997. Com a extinção do BNH, a gestão do FCVS foi transferida sucessivamente para a Caixa Econômica Federal - CAIXA, Banco Central do Brasil, Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente – MHU. Em dezembro de 2020 o valor registrado para recebimento de créditos de FCVS junto a União foi de R$ 715.952.749,54 (setecentos e quinze milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), conforme detalhamento que se segue:

Situação da carteira de FCVS em DEZ/2020

Situação	Quantidade de Contratos	Total (Em R$)
Quitado	4.723	70.537.252,54
Não Homologados	134	1.997.115,90
Homologado – RCV	34.228	715.952.749,54
Homologado – RNV	3.181	53.107.063,98
Homologado – SM	42	787.946,23
Negados	7.560	179.928.828,54
Total	**49.868**	**1.022.310.956,73**

O grande volume de processos a serem trabalhados se apresenta como o maior desafio. As normas e procedimentos exigidos pela Caixa Econômica Federal para formalizar os processos de novação de créditos relativos ao FCVS, e suas alterações recorrentes, se configuram entraves para a solução definitiva da questão. Exigências de inúmeras validações documentais aumentam ainda mais a rigidez do processo. Por se tratar de contratos assinados há mais de 30 anos, muitos dos dados e documentos exigidos pela CAIXA não são localizados, o que acaba provocando a negativa do reconhecimento do crédito. Em função das dificuldades descritas acima, 9.000 contratos de financiamento encontravam-se em processo de reapresentação, conforme estabelecido no Capítulo XVIII do Manual de Normas e Procedimentos do FCVS, processo este que em abril de 2019 apresentava-se extinto pela CEF e sem parametrização das ações a serem seguidas pela Cohab Minas. Em 2020, Diretoria Executiva autorizou que os trabalhos referentes à reapresentação fossem retomados. Destacamos que, em 2020, a Cohab Minas elaborou e protocolou, nos termos das orientações da Caixa Econômica Federal, o primeiro Processo de Novação parcial de seus contratos auditados. No pedido de novação constaram 5.041 contratos que representam um valor de crédito de FCVS a ser reconhecido, de R$48.647.676,99 (quarenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, seiscentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos), valores esses consolidados na data da novação em 01 de maio de 2020 pela CAIXA/FCVS. O Processo de Novação foi tramitado pela CAIXA em 28/12/2020 para manifestação da Controladoria Geral da União – CGU. **7. OUTROS IMÓVEIS PARA FINS HABITACIONAIS:** A Lei Estadual nº 23.510, de 20 de dezembro de 2019, autorizou por meio de aporte ao capital da Cohab Minas, a integralização de 137 (cento e trinta e sete) apartamentos localizados no município de Belo Horizonte. O processo de integralização ao patrimônio da Companhia está em andamento, tendo inicialmente definido que 116 unidades serão comercializadas aos 30 ocupantes identificados em vistoria realizada, bem como 86 apartamentos vazios a terceiros interessados e cadastrados em lista de interesse por imóveis em Belo Horizonte mantida pela Companhia. Os demais 21 apartamentos permaneceram no patrimônio do estado para continuidade da assistência a agentes da segurança pública em situação de risco. O processo de comercialização dessas unidades habitacionais foi iniciado em 2020 por meio de divulgação da venda dos imóveis junto aos servidores públicos estaduais e será concluído em 2021. **8. COMPETÊNCIA OUTORGA DE ESCRITURAS:** O processo de regularização escritural na Cohab Minas, compreende a análise, elaboração e entrega do documento final: Escritura, Carta de Liberação da Hipoteca ou Carta de Cancelamento da Propriedade Fiduciária aos mutuários. A concessão do documento final acontece após a quitação do financiamento, ou seja, pelo pagamento integral de todas as prestações vencidas e vincendas. A outorga das Escrituras relativas aos imóveis comercializados pela Cohab Minas por meio de Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda é realizada em consonância com disposto no parágrafo 5º do art. 61 da Lei Federal nº 4.380/64, pois a Cohab Minas integra o Sistema Financeiro da Habitação, facilitando o registro das escrituras pelos promitentes compradores, pois o valor cobrado para sua emissão, que é fixo, é bem inferior ao cobrado pelos cartórios de notas de acordo com a tabela de emolumentos vigente. Reconhecemos que a entrega do documento final é o momento mais esperado pelo mutuário com a quitação de seu financiamento e, cientes dessa responsabilidade e atentos a importância deste momento, a atual gestão da Cohab Minas tem envidado esforços para aprimorar e dar maior celeridade à emissão de escrituras da Companhia, sendo que no ano de 2020 foram outorgados - assinados e entregues em definitivo - 1.740 documentos finais aos mutuários. **9. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AUDITORIA DO EXERCÍCIO:** Tendo em vista os apontamentos constantes no Relatório emitido pela empresa responsável por realizar a auditoria independente das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração registra as seguintes considerações: - Em relação ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS, ressaltamos que representa o ativo de maior valor da Companhia e, embora tenham sido realizados vários esforços para equacionamento junto à Caixa Econômica Federal – CEF, os normativos estabelecidos para novação de tais créditos são excessivamente burocráticos e morosos e dependem da capacidade operacional da CEF em realizar a auditoria dos contratos originários dos valores de FCVS. No exercício de 2020, a Companhia conseguiu apresentar o primeiro processo de novação de créditos do FCVS, encaminhado para a CEF no dia 12 de junho de 2020, composto de 5.041 contratos e com créditos no valor de R$ 48.647.676,99. Tal processo encontra-se atualmente para emissão de parecer da Controladoria Geral da União – CGU. Ressaltamos que embora registrados no Balanço Patrimonial da Companhia, nas circularizações realizadas pela auditoria independente, tais valores, ainda que recorrentemente solicitados pela Cohab Minas, ainda não foram confirmados pela CEF e demais bancos envolvidos, mesmo estando, inclusive, com homologação emitida pela própria Caixa Econômica Federal. - A atual gestão da Companhia, iniciada em abril/2019, não encontrou controles adequados e fidedignos dos terrenos e bens imóveis a comercializar e, conforme o detalhamento do Planejamento Estratégico descrito no início deste Relatório, foi criada a Iniciativa Patrimônio Imobiliário que mapeou a situação detalhada dos 2.416 imóveis que potencialmente seriam de propriedade da Cohab Minas (páginas 08 e 09). A partir de tal esforço, será possível estabelecer mecanismos para que os ativos que realmente sejam da Companhia estejam registrados de forma adequada, considerando também a capacidade financeira de honrar o pagamento de impostos incidentes sobre a reavaliação de ativos, se for o caso. - Também em relação aos controles de ações judiciais em que a Companhia figure como polo ativo ou passivo, não existiam, até então, nenhuma base de informações sistematizada sobre o assunto. Dessa forma, a Diretoria Jurídica iniciou o trabalho de levantamento de todas as ações nas quais a Cohab Minas faz parte, por meio de circularização para todas as Comarcas do Estado de Minas Gerais para obtenção de tais informações para registro e controle. Porém, até o presente momento não foram obtidas todas as respostas necessárias para a conclusão do levantamento pretendido. Para possibilitar a sistematização e atualização permanente de tais informações, a Diretoria Executiva, em reunião do dia 01 de junho de 2020, aprovou a contração de um sistema jurídico para viabilizar tal atividade. O contrato do sistema jurídico, no valor de R$ 43.788,00, foi assinado em 02 de julho de 2020 e está em plena implementação e, dessa forma, será possível estabelecer critérios mais adequados para a contabilização das respectivas contingências decorrentes das ações em andamento. - Com relação a Apresentação das Demonstrações Contábeis - NBC TG 26 (R5), ponderamos que as Notas Explicativas devem, dentre outras coisas, prover informações adicionais que não tenham sido apresentadas nas demonstrações contábeis, mas que sejam importantes para sua compreensão. Neste sentido, as contas: fornecedores, serviços de terceiros e outros valores realizáveis a curto prazo, além de não serem relevantes no contexto das demonstrações, não apresentaram variação expressiva no exercício findo em 31/12/2020 em relação a 31/12/2019 e, dessa forma, não foram objeto de esclarecimentos em Nota Explicativa. Em relação as provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, constam esclarecimentos adicionais, Nota Explicativa de número 5. Isto posto, entendemos que as demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade a NBC TG 26 (R5). **10. RESULTADO DO EXERCÍCIO:** A demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da Companhia apresentou um resultado bruto negativo das atividades operacionais e, somando-se as despesas gerais e administrativas um prejuízo líquido significativo, conforme se verifica nas demonstrações contábeis de 2020, que acompanham este Relatório. **11. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO:** O ano de 2020 foi um ano atípico. Certamente a larga maioria dos planejamentos elaborados não previu em sua matriz de risco que o mundo viveria em um contexto tão complexo e com tantos desafios. Mesmo diante da imprevisibilidade, a Cohab conseguiu se adaptar às adversidades e manteve, com todas as dificuldades, seu funcionamento com regularidade admirável. Deve-se reconhecer e aplaudir o principal esforço, que foi o dos funcionários da Companhia, que com dedicação e profissionalismo garantiram que não houvesse soluços consideráveis nas atividades da empresa. Os números e resultados alcançados simbolizam a árdua tentativa de atacar os passivos gerados por anos, e que visava buscar a retomada da capacidade da empresa de fazer frente ao objetivo para o qual foi criada. Infelizmente, mesmo diante de todo trabalho e dedicação, fica cada vez mais evidente o nível de inviabilidade que a Cohab alcançou. Financeiramente tornou-se uma empresa incapaz de arcar com seus custos operacionais, e principalmente mostrou-se incapaz de realizar investimentos para construção de habitação de interesse social. Diante desse quadro negativo, tornou-se imperativo colocar na agenda uma discussão madura e serena sobre a real necessidade da Cohab continuar existindo, e pensar se não haveria alternativas do estado atuar na política habitacional de forma mais leve e efetiva. Colocar na pauta um tema tão delicado carecerá que todos os atores envolvidos, direta e indiretamente afetados, estejam dispostos a colocar em primeiro plano a sociedade, o pagador de impostos e principalmente o cidadão que precisa da ajuda do estado para morar com dignidade, e que hoje convive com a incapacidade do mesmo em atendê-lo. Certa de que o melhor caminho está próximo de ser escolhido, a Diretoria.

Leonardo Petrus - Diretor Administrativo
Bruno de Oliveira Alencar - Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL EM

R$ (mil)

	Nota explicativa nº	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	6.640	6.238
Prestamistas a receber - Contratos ativos	4a	7.879	6.654
Impostos a compensar		295	294
Outros valores realizáveis a curto prazo		1.037	927
		15.851	**14.113**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Prestamistas a receber - Contratos ativos.	4a	18.540	21.234
Contratos homologados e contratos encerrados em fase de depuração para fins de homologação junto à CEF (FCVS), líquido de provisão para perda	4b	779.023	755.343
Terrenos a comercializar	5	45.353	45.353
Bens imóveis a comercializar	5	684	2.262
Depósitos judiciais		484	484
		844.084	**824.676**
Imobilizado		-	-
Intangível		-	-
		844.084	**824.676**
TOTAL DO ATIVO		**859.935**	**838.789**

R$ (mil)

	Nota explicativa nº	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Indenizações a pagar		53	3
Fundação LIBERTAS - Saldamento do plano	20	-	679
Empréstimos habitacionais	4c e d	4.086	4.086
Obrigações com convênios	7	4.571	4.951
Obrigações com terceiros	8	19.028	18.583
Obrigações tributárias, trabalhistas e encargos	9	5.881	10.443
Fornecedores e serviços de terceiros	-	4.213	4.046
Seguros Habitacionais	10	3.253	3.324
		41.085	**46.115**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos habitacionais.	4c e d	712.572	690.681
FCVS a recolher	11	41.987	41.025
Provisão sobre IR e CS sobre reavaliação	-	12.842	12.842
Valores a pagar - FEH	12	94.478	93.359
Provisão para contigências cíveis, trabalhistas e outras	13	5.828	7.161
Fundação LIBERTAS - Saldamento do plano.	-	-	-
Pis e Cofins diferidos	14	4.535	4.535
Parcelamento de obrigações trabalhistas	9	11.124	5.551
Outros passivos não circulantes		123	123
		883.489	**855.277**
TOTAL DO PASSIVO		**924.574**	**901.392**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Capital social			
Capital autorizado		230.000	230.000
Capital a realizar		(159.014)	(174.014)
Capital integralizado		70.986	55.986
Ajuste de avaliação patrimonial		15.696	15.696
Prejuízos acumulados		(151.321)	(134.285)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**(64.639)**	**(62.603)**
TOTAL DO PASSIVO MAIS PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**859.935**	**838.789**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM

R$ (mil)

	Nota explicativa nº	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado na alienação de imóveis	5	7.652	4.159
Receita de administração do programa do FEH	21	10.683	10.706
Receita de juros, correção monetárias e outros encargos	22	25.837	34.215
Receita de multas e encargos moratórios	22	2.574	838
Receita na gestão do crédito		332	413
Receitas de aplicações financeiras		3	11
Outras receitas		327	143
		47.408	**50.485**
DESPESAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Despesas de juros e correção monetária	22	(21.930)	(23.875)
Contribuição para o FCVS		(182)	(56)
Subsídio COHAB		(66)	(98)
Outras despesas		(758)	(786)
		(22.936)	**(24.815)**
RESULTADO BRUTO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**24.472**	**25.670**
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
Com pessoal	23	(29.750)	(29.212)
Remuneração da diretoria e dos conselhos	-	(1.232)	(996)
Serviços de terceiros	24	(10.526)	(10.227)
Reversão / (Provisão) para contingências		-	-
		(41.508)	**(40.435)**
LUCRO /(PREJUÍZO) OPERACIONAL		**(17.036)**	**(14.765)**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL			(6)
(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(17.036)**	**(14.771)**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA		
Receita de administração do programa do FEH	10.683	10.706
Receitas de juros e outros encargos	25.837	34.215
Receitas de correções monetárias		-
Receita na gestão de crédito	332	413
Outras receitas	10.553	5.140
	47.405	**50.474**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.526)	(10.227)
	(10.526)	**(10.227)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**36.879**	**40.247**
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	**-**	**-**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	**36.879**	**40.247**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	3	11
	3	**11**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**36.882**	**40.258**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal, remuneração da diretoria e dos conselhos	30.982	30.208
Impostos, taxas e contribuições	1.006	946
Remuneração de capitais de terceiros (Juros, correção e alugueis)	21.930	23.875
Remuneração de capitais próprios (Prejuízo do exercício)	(17.036)	(14.771)
	36.882	**40.258**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R$ (mil)

	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**55.986**	**-**	**15.696**	**(119.514)**	**(47.832)**
Prejuízo líquido do exercício				(14.771)	(14.771)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**55.986**	**-**	**15.696**	**(134.285)**	**(62.603)**
Aumento de capital	15.000		-		15.000
			-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	-		-	(17.036)	(17.036)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**70.986**	**-**	**15.696**	**(151.321)**	**(64.639)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: Os objetivos da COHAB MINAS - A Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais ("COHAB MINAS" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, que tem como objetivo principal a execução, por si ou através do Fundo Estadual de Habitação – FEH, do Plano de Habitação do Governo do Estado de Minas Gerais para atender, preferencialmente, famílias de baixa renda, abrangendo principalmente o planejamento e execução de programas de produção de unidades habitacionais, lotes urbanizados e concessão de financiamentos para aquisição de casa própria. A COHAB MINAS atua como extensão das atividades do Governo do Estado de Minas Gerais, no contexto de sua política habitacional. Neste sentido, o Estado de Minas Gerais detém 99,99% do seu capital social e assegura a continuidade normal de suas operações, seja através de garantia direta das operações e negociações realizadas ou a serem realizadas com terceiros, seja através do aporte de recursos sob a forma de capital ou de empréstimos, ou de outra forma, para assegurar a continuidade das operações da COHAB MINAS, em consonância com a política habitacional do Governo do Estado. A construção de novas unidades habitacionais passou a ser feita pelo FEH, e a COHAB MINAS atua como agente financeiro e gestor do FEH, sendo remunerada pelos serviços prestados: **a) As operações efetuadas ao longo dos anos:** Ao longo dos anos, a COHAB MINAS concedeu financiamentos aos mutuários com prazo de quitação em geral de vinte e cinco anos, a uma taxa de juros incentivada pelo Governo Federal (Nota Explicativa nº 4), acrescida da comissão de repasse e taxa de prestação de serviços, tendo sido utilizadas as linhas de financiamentos concedidas substancialmente através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), além de recursos do Governo do Estado de Minas Gerais. Atualmente a COHAB MINAS possui aproximadamente 43 mil contratos de financiamento com parcelas a receber vencidas ou a vencer de Prestamistas (Mutuários) sem cobertura de FCVS. Em novembro de 2018, os contratos de financiamentos quitados com valores residuais a serem recebidos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) chegaram ao fim. Atualmente, estes contratos se encontram nas seguintes fases: (a) contratos homologados pela CEF; (b) Contratos já homologados pela CEF tendo esta decidido fazer uma nova revisão; (c) contratos habilitados em fase de homologação, e (d) contratos apresentados anteriormente pela COHAB MINAS à CEF e que foram negados e que se encontram em fase de análise ou reanálise pela COHAB MINAS para fins de novo envio ou não para homologação pela CEF e (e) contratos a serem habilitados junto à CEF em fase de preparação da documentação correspondente. **b) A estruturação do Sistema Financeiro Habitacional do País e os efeitos na COHAB-MINAS:** Em face da característica dos clientes da COHAB MINAS, ou seja, mutuários de baixa renda e prestações de pequenos valores, esta em um crescente desequilibro patrimonial e financeiro entre os seus ativos e passivos, que resultam basicamente de situações estruturais ocorridas no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ao longo das últimas décadas e de custos operacionais elevados, superiores à soma da (i) receita gerada com os valores recebidos de prestamistas e (ii) da receita de administração de novas unidades ou de administração da gestão dos valores a receber dos prestamistas do FEH. Outro aspecto importante que contribui para que este fluxo negativo seja cada vez mais crescente decorre do alto nível de atraso dos mutuários, que não tem capacidade suficiente de pagamento dos financiamentos ativos ou que simplesmente não honram com os seus compromissos com a COHAB MINAS, seja do principal, seja dos encargos.Os valores estão detalhados e demosntrados em Nota explicativa nº 4. As provisões para perdas efetuadas para os valores a receber de Prestamistas e em relação aos contratos encerrados e em fase de depuração para fins de homologação pela CEF são estimadas e ajustadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao recebimento desses ativos. O percentual de perda relativos a essas provisões é revisado anualmente por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras. Todavia, considerando o volume de contratos existentes e assinados com pessoal de baixa renda, é muito difícil estimar o valor da provisão necessária com uma certa segurança.

c) Operações futuras: O Governo do Estado de Minas Gerais criou o FEH para gerir o Programa de Habitação do Estado de Minas Gerais, incluindo a construção de novas habitações. No ato de criação do FEH, à COHAB MINAS foi atribuída a responsabilidade de gestora do FEH, seja no tocante a novas construções seja como administradora dos valores recebíveis. Como remuneração desses serviços, a COHAB MINAS recebe uma remuneração de 6% sobre os valores desembolsados pelo FEH, mais uma taxa de administração de crédito para cada parcela de financiamento efetivamente recebida pela COHAB MINAS e mais ainda uma parcela de custo variável para remunerar a eficiência da arrecadação calculada consoante fórmula definida no Decreto 44.168/2005, editado pelo Governador do Estado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A administração da entidade concluiu, em 31 de março de 2021, a sua minuta das demonstrações contábeis referentes ao período contábil encerrado em 31 de dezembro de 2020. Em 31 de março de 2021, a diretoria examina as demonstrações e autoriza a sua emissão. As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil consubstanciadas na Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76) e nos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. O registro das operações segue também as instruções contidas no Manual da Companhia de Habitação Popular e as normas específicas da Caixa Econômica Federal. As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo. A Companhia não possui outros resultados abrangentes e, portanto, não está apresentando a Demonstração de resultados abrangentes. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. As práticas contábeis adotadas pela COHAB MINAS estão mencionadas nestas notas explicativas juntamente com o detalhe da conta a que se refere. Em consonância com as normas contábeis, a companhia não incluiu notas explicativas para informações, quando a mesma não se apresenta material no conjunto das demonstrações. Práticas contábeis adicionais são mencionadas a seguir: **a) Estimativas contábeis:** A preparação das Demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros considerada razoável para as circunstâncias, principalmente com relação a provisão para perdas na realização de FCVS, e para os valores a receber de Prestamistas, que estão registrados no Ativo circulante e no Ativo não circulante, provisões tributárias, cíveis, trabalhistas e outras judiciais, e outros recebíveis e obrigações. Todavia, conforme mencionado na Nota explicativa no. 1, considerando o volume de contratos existentes e assinados com pessoal de baixa renda, é muito difícil estimar o valor da provisão necessária com uma certa segurança. Portanto, esta é a principal área crítica que pode afetar de forma relevante as demonstrações financeiras atuais e anteriores. **b) Base de mensuração:** As Demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como instrumentos financeiros e recebíveis, que são mensurados pelo valor justo. **c) Redução ao valor recuperável de ativos:** Segundo as normas contábeis, a entidade deve aplicar procedimentos para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação, o chamado "teste de impairment". Contudo, esta Norma não se aplica a estoques, ativos advindos de contratos de construção, ativos fiscais diferidos, ativos advindos de planos de benefícios a empregados ou ativos classificados como mantidos para venda (ou incluídos em grupo de ativos que seja classificado como disponível para venda) em decorrência de as normas do CFC vigentes aplicáveis a esses ativos conterem disposições orientadoras para reconhecimento e mensuração desses ativos. Sendo assim, esta companhia não realiza tal procedimento. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda do ambiente econômico principal no qual a COHAB MINAS opera, utilizada na preparação das Demonstrações financeiras, é o Real (R$). Todas as informações financeiras foram apresentadas com valores expressos em milhares de Reais, exceto quando expressamente indicado. **3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** Representam os saldos em depósitos bancários à vista e em aplicações financeiras, estas acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo o valor de mercado. A maior parte dos valores de Caixa e equivalentes conforme demonstrado a seguir, é restrita a convênios assinados com a MGI, DER, PSH Prefeitura de Itacarambi e Programa

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 22C6-6B02-90D4-FC53.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (COHAB MINAS)

CNPJ 17.161.837/0001-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Auxílio Habitacional e a estes estão vinculados. As aplicações financeiras se referem substancialmente a valores mantidos em fundos de investimento. A composição de Caixa e equivalentes de caixa é a seguinte:

		R$ (mil)
	2020	**2019**
Caixa	10	5
Depósitos bancários a vista		
Vinculados a convênios	93	222
Não vinculados a convênios	891	2.282
	994	**2.504**
Equivalentes de caixa		
Vinculados a convênios	5.139	3.622
Não vinculados a convênios	507	107
	5.646	**3.729**
	6.640	**6.238**

4. CONTRATOS RELATIVOS A PRESTAMISTAS A RECEBER E CONTRATOS ENCERRADOS E HOMOLOGADOS OU EM FASE DE DEPURAÇÃO PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO PELA CEF (FCVS)

a) Prestamistas a receber - Contratos ativos:

		(R$(mil)
	2020	**2019**
A curto prazo	46.312	45.402
A longo prazo	25.482	24.815
Total	**71.794**	**70.217**
Menos: Provisão para perdas	(38.433)	(38.748)
Valor total, líquido	**33.361**	**31.469**
SEGREGADOS EM:		
Curto prazo	7.879	6.654
Longo prazo	25.482	24.815
Valor total, líquido	**33.361**	**31.469**

Os valores a receber de Prestamistas estão demonstrados pelo saldo devedor do financiamento de unidades habitacionais, incluindo juros e a correção monetária até 31 de dezembro de cada ano, com base na variação da OTN, de acordo com a periodicidade da capitalização prevista contratualmente. Prestações vencidas e não pagas estão registradas por valores contratuais corrigidos pela OTN, mas sem o acréscimo de encargos de multa e de outros encargos após o vencimento. Esses contratos foram celebrados em conformidade com as normas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e com planos próprios de habitação; têm prazo de amortização remanescente de 74 meses, com uma média ponderada de juros variáveis entre 3,6% e 5,68% ao ano (5,68% média ponderada geral); estão sujeitos à atualização monetária com base nos índices pactuados aplicáveis a operações desta natureza. Os financiamentos têm garantia hipotecária e de seguro, neste caso contra riscos de morte, invalidez permanente e de danos físicos. A maioria dos contratos tem seu vencimento final em 2024. A provisão para perdas das parcelas dos contratos que estão vencidas há mais de 180 dias e não recebidas foi calculada com base em provisões históricas. A Administração da COHAB MINAS acredita que esta provisão é suficiente para cobertura das perdas. O saldo devedor relativo às prestações vencidas está classificado no ativo circulante ou realizável a longo prazo, de acordo com o prazo contratual das parcelas a vencer, apesar de o contrato permitir o exercício do direito de vencimento antecipado de todo o financiamento. Adicionalmente, existem valores relativos ao FCVS inclusos nas parcelas dos contratos vincendos e vencidos, dessa conta de Prestamistas a receber, cujo montante não foi determinado para fins deste relatório. **b) Contratos encerrados em fase de depuração para fins de homologação junto à CEF (FCVS):**

		(R$(mil)
	2020	**2019**
Composição dos contratos homologados, pendentes de homologação e em fase de depuração para fins de homologação junto à Caixa Econômica Federal (CEF)		
Contratos homologados	674.745	613.987
Contratos homologados em fase de revisão final	95.131	95.454
Contratos habilitados em fase de homologação	1.997	2.542
Contratos a serem habilitados	70.537	68.154
Contratos apresentados para habilitação em fase de reexame de documentação	179.929	170.830
	1.022.339	**950.967**
Menos: Provisão estimada para perdas com contratos	(243.316)	(237.295)
Saldo dos contratos a receber líquido de provisão estimada para perdas no recebimento.	**779.023**	**755.343**

• **Contratos homologados:** Referem-se aos contratos que são considerados liquidados por decurso do prazo contratual, mas que tinham ainda saldos residuais a receber do FCVS (doravante denominados "Contratos FCVS"). Estes contratos foram submetidos à CEF e foram aprovados para fins de pagamento pelo FCVS à COHAB MINAS. • **Contratos homologados em fase de revisão final:** Referem-se a contratos FCVS que tinham sido homologados pela CEF anteriormente, mas que foram revisados pela mesma e foram identificadas pendências a serem resolvidas pela COHAB MINAS para fins de nova reapresentação para homologação. • **Contratos habilitados em fase de homologação:** Referem-se a contratos, cuja documentação já foi preparada pela COHAB MINAS e enviada à CEF para fins de exame para fins de homologação. • **Contratos a serem habilitados:** Referem-se a contratos FCVS, em fase de preparação de documentação pela COHAB MINAS, para fins de apresentação à CEF para fins de homologação. • **Contratos apresentados para habilitação em fase de reexame de documentação:** São contratos que já foram enviados à CEF para fins de habilitação, mas que tiveram a sua homologação negada. Estes contratos necessitam ser reexaminados na sua íntegra pela COHAB MINAS para nova apresentação à CEF. Este é o principal valor que compõe a Provisão estimada para perdas com contratos acima mencionada, já que a expectativa é de perda substancial deste valor. Os contratos homologados referem-se aos valores aprovados pela CEF para fins de recebimento do FCVS do SFH. Todos os contratos estão registrados pelo valor residual existente após a data de término do contrato, que é o montante a receber do FCVS, incluindo juros e a correção monetária até 31 de dezembro de cada ano, com base na variação da UPR. No momento, ainda pende de normatização pelo Governo Federal sobre o ressarcimento à COHAB MINAS do valor a receber do FCVS, relativamente ao valor residual de cada contrato. Esses ativos estão deduzidos da provisão estimada para perdas que é ajustada anualmente a débito ou a crédito do resultado do exercício, com base na melhor expectativa de perdas estimada pela Administração. Essa provisão foi calculada considerando a fase de cada tipo de contrato.

c) Efeitos de ativos e passivos do Sistema Financeiro Habitacional

A situação entre os Ativos e Passivos decorrentes do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) apresenta a seguinte posição:

		(R$(mil)
	2020	**2019**
Prestamistas a receber e valores relativos ao FCVS homologados, em fase de homologação e em fase de habilitação junto à CEF, líquido de provisão para perdas		
Curto prazo...	7.879	6.654
Longo prazo...	797.563	734.906
Total a receber	**805.442**	**741.560**
Empréstimos habitacionais		
Curto prazo..	4.086	4.086
Longo prazo..	712.572	690.681
FCVS trimestral a recolher - longo prazo	41.987	38.642
Total a pagar	**758.645**	**733.409**
Resultado entre ativos e passivos relacionados com o Sistema Financeiro de Habitação - Ativo líquido (Nota explicativa nº 1)	**46.797**	**8.151**

Apenas como referência, o valor dos ativos acima está diminuído da provisão para perdas. **d) Demonstração dos Empréstimos habitacionais (Passivo):** A carteira imobiliária da COHAB MINAS é oriunda das operações de empréstimos do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH) e está em fase de liquidação seja por decurso de prazo contratual final ou pela sua quitação nos termos da Lei nº 10.150. Os saldos dos empréstimos podem ser assim demonstrados em 31 de dezembro de:

		(R$(mil)
	2020	**2019**
Banco do Brasil S/A	716.658	694.768
SEGREGADO ENTRE:		
Circulante	4.086	4.086
Longo prazo	712.572	690.682
Total	**716.658**	**694.768**

Os empréstimos referem-se a recursos obtidos para execução dos programas de habitação, estão sujeitos a encargos variáveis entre 0% a 3,08% ao ano (correspondendo a uma média ponderada de 3,08% ao ano) mais correção monetária. A movimentação dos empréstimos em cada ano é como segue:

	R$(mil)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**673.776**
Amortizações	(523)
Juros de carência	21.515
Correção monetária	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**694.768**
Amortizações	
Juros de carência	
Correção monetária	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**716.658**

Não ocorreu correção monetária em 2020, de vez que não ocorreu variação na moeda do contrato. **e) Sobre o Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS):** Com a edição da Lei nº 10150, de 21 de dezembro de 2000, foram autorizados aos agentes financeiros que aderissem aos termos da referida lei à quitação antecipada dos saldos devedores e receberem do FCVS o pagamento dos resíduos, exonerando os compradores de tal pagamento até o término original dos contratos. As negociações feitas vincularam o pagamento do empréstimo tomado junto ao FGTS ao recebimento de créditos do FCVS. Ocorre que esta compensação ainda não ocorreu, tendo se passado muitos anos e a COHAB MINAS não ter recebidos os pagamentos, ou seja, a compensação com o FGTS não é feita, por diversos motivos, entre os quais as mudanças constantes na legislação do FCVS e pela falta de auditoria nos contratos a cargo da CAIXA. Para tentar legitimar a sua postura, a Conselho Curador do FGTS-CCFGTS revogou as resoluções que regulamentavam a concessão de carência para pagamento do FGTS enquanto a apuração FCVS caminhava (Resoluções 353/2000 e 419/2003). A Resolução 843/2017, que substituiu as anteriores, impedia a concessão de carência e determinava o pagamento à vista ou, então, que fosse feito o parcelamento junto ao FGTS como débitos/créditos distintos do FCVS e com novas condições de pagamento, taxas, juros, correções e etc. O que faria a COHAB MINAS desembolsar uma prestação mensal sem garantia alguma de recebimento do FCVS. Como a CAIXA/FGTS em atendimento à determinação do Conselho Curador do FGTS insistiu, chegando a impor prazo para o pagamento sob pena de ser retido o valor integral junto aos repasses federais para o Estado de Minas Gerais, a Diretoria Jurídica (DJ) ajuizou ação requerendo em sede de tutela antecipada (liminar) a suspensão da cobrança, tendo obtido êxito no pedido com o deferimento da suspensão de toda e qualquer cobrança pela CAIXA. Ressalta-se, para fins de informação, que o FGTS é um fundo privado e o FCVS é um fundo público ligado a União. Ambos os fundos são geridos pela CAIXA. Estrategicamente foi feito uma defesa contra a cobrança pelo FGTS e um ataque contra o FCVS, o que colocou a CAIXA, gestora dos dois fundos, em uma condição de dualidade interna. Assim, a COHAB MINAS, por intermédio da Diretoria Jurídica deverá verificar a probabilidade de êxito relativa a cada um dos pedidos e não simplesmente da ação como um todo. **5. TERRENOS E BENS IMÓVEIS A COMERCIALIZAR:** Os terrenos são representados por:

		R$ (mil)
	2020	**2019**
Terrenos mais relevantes		
Oswaldo Barbosa Pena II - Nova Lima	8.500	8.500
Bairro Novo Centro - Santa Luzia	10.502	10.502
Água Branca Teleférico - Contagem	4.479	4.479
Fazenda Marzagão	6.420	6.420
Unidades reintegradas de propriedade da COHAB	684	2.262
	30.585	**32.163**
Terrenos menos relevantes	15.452	15.452
Total de Terrenos a Comercializar	**46.037**	**47.615**

Os totais acima se referem a: • Quatro terrenos avaliados em 2009. • Áreas remanescentes de conjuntos habitacionais, cujo valor já foi incluído, total ou parcialmente, no valor de custo dos conjuntos habitacionais construídos em anos anteriores e que se encontram registrados na contabilidade por valores irrisórios; • Terrenos recebidos do Estado de Minas Gerais em 2004 em dação de pagamento dos valores devidos pelo acionista majoritário à COHAB MINAS, registrados pelo saldo da dívida à época por R$ 4,1milhões; • Outros terrenos de propriedade da Companhia adquiridos em anos anteriores; • Pelo montante dos imóveis construídos (casas, apartamentos etc.) que foram retornados à Companhia em 2015 pelo valor de R$ 7,3 milhões, cujo saldo em 31/12/2019 é de R$2,2 milhões. A Companhia provisionou Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro Líquido, no valor de R$ 12,8 milhões, para fazer face aos tributos sobre a mais valia dos terrenos avaliados. A Cohab recebeu em novembro de 2016, através da Escritura Pública de Reversão de Doação, o terreno rural constituído por uma gleba de terreno com área de 1.480.496 m2, situada no lugar denominado "Fazenda da Mata", no município de Ribeirão das Neves, qu esse encontra registrado contabilmente por R$667 mil. Existe a expectativa de que este terreno seja utilizado para construção de novos conjuntos habitacionais ou destinado para venda. **6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL:** Os valores nulos apresentado nestas contas para este exercício, não se deve a venda de imobilizados e sim, pelo término das depreciações e amortizações, que já atingiram 100% de seu custo de aquisição. **7. OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIOS**

	Nota		R$ (mil)
		2020	**2019**
MGI - Módulo sanitário	a	376	376
PSH		971	971
Glória - Uberlândia	b	2711	2.785
Programa MCMV Parcerias		296	50
Convênio DER		0	143
Outros convênios		172	626
		4.526	**4.951**

a) A COHAB MINAS é parte de um convênio firmado com a MGI - Minas Gerais Participações S/A., com a interveniência do Estado de Minas Gerais, por intermédio da antiga SEDRU (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional Política Urbana e Gestão Metropolitana) para a construção de Módulos Sanitários para as casas do Convênio. A Companhia administra o convênio tendo em vista a sua expertise na área de construção, não havendo qualquer receita financeira para a sua remuneração. Ressalta-se que no exercício de 2019, houve a prestação de contas à MGI ficando ainda um saldo remanescente do convênio referente a bloqueios judiciais e rendimentos do mesmo, que serão repassados à MGI. b) O Fundo Especial do Triângulo do Glória - FETG foi criado em conformidade com o Termo de Cooperação Técnica, Social e Financeira firmado pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas e a Associação dos Moradores do Bairro Élisson Prieto – AMBEP, assinado em 17/04/2018, com o objetivo de centralizar os recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio das despesas para elaboração de projeto de regularização fundiária; desenvolvimento dos trabalhos técnicos sociais necessários para cadastramento dos ocupantes; realização do procedimento de demarcação urbanística; implantação da infraestrutura essencial, como: sistema de 18 pavimentação e drenagem, rede de abastecimento de água, rede de coleta de esgoto, rede de distribuição de energia elétrica, iluminação pública, etc; cooperação na implantação de equipamentos públicos, como: escola, creche, unidade de saúde, posto policial, transporte, limpeza urbana, coleta de lixo, etc; e; demais despesas que se fizerem necessárias à viabilização da efetiva regularização fundiária do núcleo urbano informal consolidado na área do Triângulo do Glória. Os recursos aportados no FETG poderão ser utilizados no custeio de toda e qualquer despesa necessária à efetivação da regularização fundiária do núcleo urbano informal consolidado na área do Triângulo do Glória. **8. OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS**

		R$ (mil)
	2020	**2019**
Condomínio Cidade Administrativa	17.276	14.818
Outras obrigações	5.005	3.755
	22.281	**18.573**

Referem-se substancialmente a valores a pagar ao Condomínio da Cidade Administrativa. **9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E ENCARGOS**

	Nota		R$ (mil)
		2020	**2019**
Salários a pagar		-	-
Férias a Pagar		160	76
Provisão Férias		2.423	2.549
Imp. de Renda Retido s/ Folha de Pagto	a	1.174	1.599
INSS e Contribuicoes Correlatas	a	1.670	3.437
FGTS a recolher		170	177
Parcelamentos	b	3.239	2.328
Outros valores a recolher		284	277
		9.120	**10.443**

a) A COHAB MINAS, já havia ingressado em 2018 com pedido de parcelamento de seus débitos relativos a INSS e Imposto de Renda. O reconhecimento desta dívida também tem reflexos na conta "Parcelmento de Obrigações Trabalhistas" no passivo não circulante, por se tratar de parcelas de longo prazo. **10. SEGURO HABITACIONAL:** O seguro habitacional destina-se à garantia de contratos de financiamentos no que tange a cobertura por Morte ou Invalidez Permanente dos mutários, bem como a cobertura de Danos Físcos do seu imóvel. Este saldo vinha se acumulando pela inadimplência dos pagamentos oriundos de gestões anteriores. Contudo, por iniciativa desta nova gestão, foi realizado uma renegociação com a seguradora para a regularização dos pagamentos. Seus efeitos serão observados a partir do próximo exercício. **11. FCVS A RECOLHER:** A Companhia mantem provisão referente ao FCVS trimestral decorrente de obrigação, de vez que optou pela novação da dívida conforme Lei 10.150/2000. O saldo está sendo corrigido normalmente, de acordo com o regime contábil de competência de exercícios e pende de acerto entre a CEF e a Companhia. **12. VALORES A PAGAR – FEH:** O saldo decorre de transferências de direitos creditórios pertencentes do Fundo Estadual de Habitação – FEH para dar o suporte financeiro à Companhia para a continuidade de suas operações, cuja movimentação em 2018, 2019 e 2020 pode ser assim demonstrada:

	R$ (mil)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**82.077**
Direitos creditórios FEH	10.700
Outros valores a repassar ao FEH	582
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**93.359**
Direitos creditórios FEH	403
Outros valores a repassar ao FEH	716
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**94.478**

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OUTRAS: As provisões constantes nas demonstrações, foram reconhecidas pela Companhia em anos anteriores, pois existia e ainda existe a expectativa de obrigações como resultado de um evento passado. Portanto, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar tais a obrigações. Estes valores referem-se à contingências de ações judiciais, cujo desefecho são considerados prováveis. Todavia, no caso em que os desfechos são de perdas possíveis, os assuntos são objeto de divulgação apenas nas notas explicativas segundo as normas contábeis. Nenhuma referência é necessária fazer em relação às ações com previsão de perdas remotas, em virtude de tais contingências não atenderem aos critérios requeridos pela NBC T 19.7 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, (Resolução CFC 1.180/2009). Estas contingências são as seguintes:

	Nota		R$ (mil)
		2020	**2019**
Contingências cíveis	a	3.409	3.409
Contingências trabalhistas	b	2.419	3.752
		5.828	**7.161**

a) As contingências cíveis tratam de diversas ações judiciais cíveis que se referem substancialmente a ações por danos morais, usucapião, e indenizações, bem como ações tributárias relativamente a IPTU de imóveis comercializados ou a comercializar. b) As contingências trabalhistas referem-se substancialmente a processos movidos contra a Companhia, cujo desfecho na avaliação dos assessores jurídicos é considerado provável. **14. PIS E COFINS DIFERIDOS:** A Companhia provisionou PIS e COFINS diferidos sobre variações monetárias e rendimentos/encargos financeiros, calculados nos termos da legislação vigente. O registro contábil da provisão foi feito pelo regime contábil de competência de exercícios, apesar de o recebimento / pagamento ocorrer somente em exercícios futuros. **15. AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS:** A Companhia não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores préfixados. Todos os valores ativos e passivos são ajustados por rendimentos ou encargos e estão, assim, mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes, segundo avaliação da Administração. 21 **16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO):** a) Capital O capital da Companhia é representado por 70.986 mil ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2020 (31/12/2019 – 55.986 mil).

b) Ajuste de avaliação patrimonial Decorre da atualização feita em 2009, de parte dos Terrenos a comercializar. Este valor foi acrescido no Patrimônio líquido, líquido dos valores dos tributos incidentes relativos a imposto de renda e contribuição social sobre lucros, e está deduzido de valores já realizados. Este valor é transferido para Lucros ou prejuízos acumulados por ocasião das vendas dos terrenos reavaliados. **17. PARTES RELACIONADAS - ACIONISTAS:** Toda a política operacional da COHAB MINAS é conduzida no contexto das atividades do Governo do Estado de Minas Gerais, que tem a Companhia como uma extensão de suas atividades na área habitacional. Neste sentido, a COHAB MINAS conduz uma atividade social sem os objetivos específicos de obter lucros. Ainda, neste contexto, o Estado de Minas Gerais transferiu da Companhia para o FEH a responsabilidade pela construção de novas moradias habitacionais, passando para a COHAB MINAS a atividade de gestão das construções e de agente financeiro do FEH (atualmente, um órgão da SEDESE – Secretaria de Estado e Desenvolvimento Econômico), pelo qual é remunerada mediante condições estabelecidas na legislação regulatória sobre o FEH (vide Nota explicativa no. 1). **18. APURAÇÃO DO RESULTADO:** O resultado da Companhia é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios. Dessa forma, as receitas, os custos e despesas incluem os ajustes de ativos a valor de mercado ou de realização, inclusive uma estimativa de provisão para fazer face às perdas prováveis na realização de contas a receber de mutuários (Prestamistas a receber - Contratos ativos) e para Contratos encerrados em diversas fases de preparação para homologação, homologados e em fase de revisão pela CEF e pela COHAB MINAS para fins de homologação. **19. PREJUÍZOS FISCAIS E BASE NEGATIVA DE CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucros seria calculada, quando aplicável, com base no resultado contábil apurado em cada exercício ajustado por adições e exclusões a este resultado, deduzidos dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social correspondentes a 30% do lucro fiscal assim apurado, e sobre o qual seriam aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada exercício social de 15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R$240.000 anuais 22 para imposto de renda, e 9% para contribuição social. Considerando que, no contexto global, a Companhia não tem previsão de geração de resultados positivos no futuro para absorver todas as perdas que poderão ocorrer com a liquidação dos contratos de financiamento a mutuários, bem como para absorver os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social que se encontram acumulados, não foi calculado o imposto de renda e contribuição social diferidos a serem compensados futuramente com tributos a pagar, e que poderiam estar registrados no ativo caso tivesse a certeza de lucratividade futura. **20. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA:** A COHAB MINAS é uma das Patrocinadora da Fundação LIBERTAS e mantém atualmente 2 Planos de Previdência para atender seus empregados, cujos detalhes são os seguintes: a) Plano COHABprev (CNPB nº 2008.0030-19) / MODALIDADE CD Status: Aberto para adesão de novos participante: Novos empregados; / Empregados não optantes do Plano BD. São dois tipos de contribuições: a do participante e a da patrocinadora. (O participante define a contribuição mensal, entre 3% e 7%, aplicáveis sobre o salário de participação. A Çohab acompanha a contribuição do participante, até o limite de 7%.) É permitido ao participante contribuir voluntariamente acima dos 7%, durante o ano. Em 31 de dezembro de 2020 o Plano apresentou Provisões Matemáticas no montante total de R$ 17.395.799,00. Segregadas entre: • BENEFÍCIOS CONCEDIDOS: R$ 1.408.757,67; • BENEFÍCIOS A CONCEDER: R$ 15.987.042,00 b) Plano COHAB PLANO SALDADO (CNPB nº 1982.0027-19) / MODALIDADE BD Os direitos de cada participante estão representados pelas Reservas Matemáticas de Transação Individual, e o valor do benefício foi definido no ato de saldamento, ocorrido em 1º/12/2007, de acordo com as regras do Plano e considerando as características individuais do participante e do seu grupo familiar. Ano de criação: 1982. Status: Fechado a novas adesões de participantes desde o saldamento. Não há mais contribuições normais de participante e da patrocinadora em razão do saldamento. Em 31 de dezembro de 2020 o Plano apresentou Provisões Matemáticas no montante total de R$ 57.759.130,00 Segregadas entre: • BENEFÍCIOS CONCEDIDOS: R$ 35.884.085,00 • BENEFÍCIOS A CONCEDER: R$ 21.875.045,00 23; **21. RECEITA DE ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA DO FEH:** A Companhia é agente financeiro e gestor do FEH, sendo remunerada pelos serviços prestados. **22. RECEITAS E DESPESAS DE JUROS, CORREÇÃO MONETÁRIA E OUTROS ENCARGOS**: As receitas com juros e correção monetária são originárias dos financiamentos concedidos aos mutuários com o correspondente acréscimo a seu saldo devedor, bem como aquelas relativas aos ajustes aos saldos do FVCS Homologados. De lado outro, as despesas se referem a custos financeiros dos financiamentos contraídos para construir moradias aos mutuários da Companhia, bem como da atualização do saldo devedor do FCVS TRIMESTRAL. Os saldos contratuais de financiamentos, estão atrelados ao Banco do Brasil e são substancialmente oriundos do Sistema Financeiro da Habitação e, portanto, são acrescidos de juros, correção monetária e encargos. O resultado financeiro do sistema pode ser assim demonstrado:

		R$ (mil)
	Ano 2020	**Ano 2019**
RECEITAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Receita de juros, correção monetárias e outros encargos	25.837	34.215
Receita de multas e encargos moratórios	2.574	838
	28.411	**35.053**
DESPESAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Despesas de juros e correção monetária	(21.930)	(23.875)
	(21.930)	**(23.875)**
	6.481	**11.178**

23. DESPESA COM PESSOAL

Do total apresentado acima, a Cohab Minas gastou neste ano, R$ 3.186 milhões em rescisões contratuais, que em sua grande maioria referem-se o Plano de Incentivo à Demissão Voluntária - PIDV. **24. SERVIÇOS DE TERCEIROS**

		R$ (mil)
	Ano 2020	Ano 2019
Despesas com locação de bens	(2.953)	(1.524)
Serviços técnicos com pessoa jurídica	(574)	(574)
Despesas com tributos	(852)	(98)
Serviços de recepção e afins	(955)	(2.151)
Serviços de processamento de dados	(1.745)	(1.470)
Despesas judiciais e de cartório	(243)	(1.692)
Despesas com encargos diversos	(8)	(50)
Serviços de motorista	(211)	(502)
Desmajoração de seguro	(303)	(296)
Serviços de contínuos	(114)	(236)
Despesas com editais	(122)	(174)
Serviço de vigilância	(186)	(166)
Outras despesas com terceiros	(1.237)	(1.294)
	(9.503)	(10.227)

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: São considerados instrumentos financeiros pela Companhia as Aplicações financeiras incluídas em Caixa e equivalentes de caixa, os Terrenos a comercializar, Prestamistas a receber e FCVS a receber e a pagar relativamente ao, respectivamente, saldo residual de contratos a receber e o FCVS a recolher em bases trimestrais, além dos empréstimos a pagar ao Banco do Brasil relativamente aos financiamentos obtidos para financiar as vendas para os mutuários. A COHAB MINAS valoriza esses instrumentos financeiros pelo seu valor justo em 31 de dezembro de cada ano. O valor de mercado reconhecido nas Demonstrações financeiras representa o montante de caixa que a COHAB MINAS receberia ou pagaria, conforme apropriado, se liquidasse as transações na data do balanço. **26. GESTÃO DE RISCO: a) Gestão de riscos financeiros:** A Companhia possui e segue uma política de gestão de seus riscos financeiros, em especial considerando os riscos de sua atividade. A maior parte de seus riscos encontrase nos valores a receber de Prestamistas, tanto de curto quanto de longo prazos, e nos valores de contratos homologados e ainda a serem homologados pela CEF. Isto porque parte dos contratos pode não ser homologada, o que representará um prejuízo para a Companhia. Este prejuízo, tanto relativo aos valores a receber de Prestamistas, bem como do valor de contratos relativos ao FCVS, poderá ser maior ou menor do que as provisões constituídas, e não foi praticável determinar o montante deste risco considerando que os mutuários da COHAB MINAS e os valores a receber do FCVS possuem incerteza quanto ao exato valor desse ativo, além de tratar-se de prestações de pequeno valor no caso dos Prestamistas. 25 Ainda em termos de gestão de riscos financeiros, existem os valores a pagar resultantes de financiamentos obtidos para financiar os contratos com mutuários, que estão registrados no passivo como um compromisso financeiro, para o qual a Companhia não dispõe de recursos financeiros para liquidá-lo, a não ser que realize os valores de financiamentos a pagar e receba os valores relativos aos contratos já homologados (vide detalhes na Nota explicativa 4).

b) Riscos de mercado

• Aplicações financeiras, incluídas em Caixa e equivalentes de caixa: São registradas pelo valor da aplicação mais os rendimentos auferidos, que representam o montante caso a Companhia resgatasse os valores aplicados na data de 31 de dezembro. As aplicações são feitas consoante política definida pelo Estado de Minas Gerais ou pelo Governo Federal, o que minimiza o risco envolvido quanto à realização do valor apresentado no Balanço patrimonial em 31 de dezembro. Os recursos vinculados a programas do Governo estão parte aplicados no mercado financeiro.

• Terrenos a comercializar – O risco envolvido decorre do fato de que a realização do valor desses terrenos depende de política do Governo do Estado de Minas Gerais, o acionista detentor praticamente da totalidade do capital da Companhia. Por outro lado, é expectativa de que o valor da maioria desses terrenos está demonstrado por valores subavaliados, não representando de fato o valor de sua realização. Isto porque parte desses terrenos foi registrada pelo valor de sua avaliação em 2009 que não foi atualizada para 31 de dezembro de 2017, parte está registrada por valor recebido em dação em pagamento pelo Estado de Minas Gerais há vários anos, e parte está registrada por valor simbólico ou irrisório.

• Valores a receber relativos a Prestamistas por vendas de Imóveis – O risco de realização desses bens diz respeito a valores a receber de uma grande quantidade de mutuários de baixa renda, valores de prestações muito pequenas, inadimplência alta, e muitos imóveis transferidos pelo mutuário a terceiros sem a anuência da Companhia. Ainda que não seja possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do coronavírus (COVID-19) e em função dos efeitos decorrentes do mercado, há um risco do aumento do não recebimento

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 0AB7-8009-8D42-B4D5.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (COHAB MINAS)

CNPJ 17.161.837/0001-15

6/6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de créditos, acarretando no aumento da estimativa de perda de crédito esperada que deva ser, em algum momento e dependendo do caso concreto, reconhecida.•Saldo residual de contratos de vendas de imóveis a receber do FCVS – O principal risco para a Companhia é a localização de toda a documentação relativa a todos os contratos. A falta dessa documentação não permite que o valor a receber seja habilitado para fins de homologação, o que resultará em perda para a Companhia. Ademais, inexiste uma política do Governo Federal definida para o pagamento do saldo do FCVS e dos valores do FCVS relativos aos contratos ainda em vigor. • Compensação do valor homologado pela CEF com o empréstimo a pagar ao Banco do Brasil – Este assunto encontra-se indefinido pela União, de vez tratar-se de um passivo gerado por políticas governamentais adotadas ao longo de muitos anos, não sendo praticável afirmar que estes valores serão de fato totalmente recuperados no futuro e em que condições. **c) Riscos de inflação:** O risco de inflação decorre da exposição dos principais ativos e passivos do Sistema Financeiro Habitacional (SFH). Todavia, o risco em relação aos ativos é muito minimizado porque os ativos são corrigidos com base em um índice fixado pelo Governo Federal para o SFH. O Banco credor dos financiamentos habitacionais passou a exigir o pagamentos dos encargos passivos decorrentes dos financiamentos a pagar, todavia, a Companhia está discutindo este assunto. Se a intenção do credor se concretizar, ocorrerá um desequilíbrio entre os rendimentos dos ativos e passivos. **d) Riscos de taxa de câmbio:** A COHAB MINAS não tem valores ativos ou passivos em moeda estrangeira ou em Reais corrigidos com base em moeda estrangeira. Portanto, inexiste exposição cambial. **e) Risco de continuidade operacional:** A Companhia tem como Acionista controlador e detentor de praticamente todo o capital o Estado de Minas Gerais. Assim sendo, a Companhia está sujeita às decisões tomadas pelo Governo Estadual em relação aos entes estatais, incluindo a Companhia, que é uma sociedade de economia mista. Adicionalmente, as receitas da Companhia não têm sido suficientes ao longo dos anos para suportar as suas despesas financeiras e operacionais, resultando sempre em prejuízo. Assim sendo, o Estado de Minas tem dado o suporte financeiro necessário para a Companhia continuar a operar.

Leonardo Petrus
Diretor Administrativo

Bruno Oliveira Alencar
Presidente

Responsável Técnico
Othon Pereira de Mello
CRCMG 063744-O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas, abaixo assinados, tendo procedido ao exame do Relatório da Administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos e de todas as demonstrações financeiras que incluem: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa e Notas Explicativas e Relatório da Auditoria Independente, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, conforme Ata da Reunião realizada em 26/04/2021, são de Parecer pela APROVAÇÃO, COM RESSALVAS, das demonstrações financeiras do exercício de 2020, considerando os apontamentos da Auditoria Independente.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2021.
RODRIGO FERREIRA MATIAS - CPF: 927.943.356-34
LEÔNIDAS JOSÉ DE OLIVEIRA - CPF: 719.497.126-72
BRENO LONGOBUCCO - CPF: 085.135.956-67

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e aos Acionistas da COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – COHAB MINAS - Belo Horizonte – MG. Abstenção de opinião: Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – COHAB MINAS ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis da **Companhia** pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis. **Base para abstenção de opinião: Contratos habitacionais:** Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e 4, em 31 de dezembro de 2020, a COHAB MINAS tem contratos quitados com um saldo residual a receber do FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais, decorrentes de saldos residuais de contratos, cujas prestações já tinham sido totalmente pagas pelo mutuário, e que estavam em fase de análise ou já foram analisados pela Caixa Econômica Federal (CEF) para fins de habilitação e homologação de seus valores, bem como em fase de preparação de documentação pela COHAB MINAS para fins de submissão à CEF ou foram devolvidos pela CEF por não estar completa a documentação. Tais contratos se encontravam em diversas situações de revisão, e totalizavam R$1.022 milhões (2019 – R$ 951 milhões). Daquele montante total, foi constituído provisão para perdas no valor de R$ 243 milhões (2019 – R$ 237 milhões), segundo a melhor estimativa a **Companhia**. Para os contratos já homologados pela CEF (R$ 675 milhões em 2020 e R$ 614 milhões em 2019), ainda pendente de definição sobre a forma de recebimento ou de compensação desse ativo com o valor dos Empréstimos habitacionais demonstrados no Passivo. Adicionalmente, não é prática da **Companhia** constituir provisão para perdas dos valores a vencer incluídos naqueles contratos de prestamistas relativos a mutuários inadimplentes. A **Companhia** entende que a provisão constituída para os valores a receber relativos aos prestamistas por venda de imóveis e do FCVS é suficiente para fazer face a eventuais perdas, apesar de entender ser difícil estimar a provisão necessária com razoável segurança. No momento, é incerto o resultado (i) do processo de habilitação de valores residuais de contratos vencidos, em fase de revisão pela CEF, (ii) da avaliação dos contratos em fase de preparação de documentos pela **Companhia** para fins de habilitação, (iii) da análise de contratos negados pela CEF em fase de revisão pela **Companhia** para posterior reenvio à CEF para fins de homologação caso toda a documentação requerida seja identificada, (iv) do recebimento dos valores dos saldos de Prestamistas por venda de imóveis e a sua correspondente classificação entre curto e longo prazos, bem como (v) é incerto o recebimento dos valores do FCVS de contratos de prestamistas com parcelas vencidas e a vencer com os consequentes reflexos nas contas ativas a receber do FCVS e de Prestamistas. Adicionalmente, não nos foi possível ajuizar (i) se os valores a receber acima mencionados serão recebidos ou não pela COHAB MINAS, (ii) se as provisões para perdas constituídas pela **Companhia** são suficientes ou não, ou se estão superavaliadas, (iii) se a segregação entre curto e longo prazos está correta. Até o momento, o Governo Federal ainda não se manifestou a respeito do recebimento ou da compensação do valor dos contratos homologados. Os valores dos contratos não estão atualizados, mas o agente financeiro passou a calcular encargos por atraso dos financiamentos obtidos pela **Companhia** para financiar os valores emprestados aos mutuários ao longo do tempo. **Terrenos e Bens Imóveis a Comercializar:** Conforme descrito na nota explicativa nº 5, a **Companhia** não mantém controles individuais sobre os seus terrenos e os conjuntos habitacionais vendidos e recebidos por falta de pagamento ou por outras razões, registrados nas contas de Terrenos a comercializar. Estes Terrenos e edificações a comercializar referem-se a (i) áreas remanescentes de conjuntos habitacionais, cujo custo já foi incluído no valor correspondente aos conjuntos habitacionais construídos em anos anteriores, (ii) terrenos recebidos do Estado de Minas Gerais em 2004 em dação de pagamento de dívidas, registrados pelo valor do saldo das dívidas naquela época, por R$ 4,1 milhões, (iii) outros imóveis recebidos de Prestamistas nas mais diversas situações em caso de não pagamento de suas dívidas, mais (iv) outros bens a comercializar que são de propriedade da **Companhia**. O saldo da conta de Terrenos a Comercializar em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 46 milhões (2019 - R$ 47 milhões), que contempla a avaliação pelo valor de mercado, feita pelo Departamento de Engenharia da **Companhia**, de quatro terrenos feita em 2009, cujos reflexos foram de aumento do ativo por este valor, reconhecimento de provisão de tributos diferidos por R$ 12,8 milhões e ajuste de avaliação lançada ao patrimônio líquido de R$ 15,7 milhões. Outros terrenos a comercializar, que compõem o saldo da conta e que totalizam R$ 15,4 milhões, não foram avaliados ao valor de justo. Os terrenos a comercializar desta forma estão apresentados nas demonstrações contábeis e não nos foi possível aferir o valor de mercado dos mesmos por indisponibilidade de informações da **Companhia**, já que os valores contabilizados foram registrados por valores simbólicos ou pelo valor de recebimento em dação de pagamento ou por um custo atribuído diferente do valor de custo à época. Também, não foi possível determinar eventual diferença, se houver, caso a avaliação dos bens em 2009 tivesse sido feita por avaliadores independentes. **Valores não registrados:** Em exercícios passados, a Caixa Econômica Federal informou à COHAB MINAS sobre a existência de um débito de R$ 75 milhões, referente aos juros de mora e juros remuneratórios incidentes sobre o passivo habitacional em face de alegado término do prazo de carência dos contratos registrados como Empréstimos habitacionais. A COHAB MINAS ajuizou uma ação em face da União e da Caixa Econômica Federal que se encontra em fase inicial, ainda sem definição de sentença. Considerando que a COHAB MINAS alega ter razões em suas pretensões, este valor não encontra registrado contabilmente como um passivo em 31 de dezembro de 2020. No momento, permanece a incerteza sobre o desfecho deste assunto. Identificamos a existência de R$ 675 mil de diferença entre o saldo contábil da conta(s) em 31 de dezembro de 2021 em relação aos controles apresentados, sob a alegação de que essa diferença refere-se a contratos homologados e em fase de depuração para homologação junto à Caixa Econômica Federal. **Ausência de respostas de Circularização – Bancos, Advogados, Mutuários e Fornecedores**
Em conformidade com as normas de auditoria, os auditores independentes devem receber confirmações diretas de terceiros com quem a **Companhia** mantém transações para comparar com os registros da empresa auditada. Até a data de encerramento de nossos trabalhos, não tínhamos recebido confirmação diretamente da instituição financeira Banco Bradesco, Banco Bonsucesso e Caixa Econômica Federal (CEF), a respeito dos saldos das contas de Contratos já homologados a serem recebidos da CEF em 31 de dezembro de 2020, que totalizam R$675 milhões (2019 – R$ 614 milhões), bem como não recebemos resposta do Banco do Brasil sobre o financiamento no valor de R$ 717 milhões, constituindo-se em limitação na execução de nossos exames. Conforme descrito na Nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2020, a conta de Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas, totaliza o montante de R$ 6 milhões (2019 – R$ 7 milhões), onde não foram apresentados à auditoria até a presente data, os Relatórios dos Advogados com as opiniões a respeito das causas ainda pendentes, que informariam se as provisões constituídas estavam adequadas ou não. Não recebemos resposta para cliente/Mutuário registrado no ativo no montante de R$ 16 milhões e registrado passivo no montante de R$ 1 milhão. De forma alternativa, não foi disponibilizada tempestivamente a documentação suficiente para confirmação dos saldos contábeis correspondentes. **Apresentação das Demonstrações:** Em 31 de dezembro de 2020, as demonstrações contábeis não estão apresentadas conforme determinado na NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Não constam notas explicativas da **Companhia** para as contas: Outros Valores Realizáveis a Curto Prazo (saldo de R$ 1.037 mil em 31/12/2020 e R$ 927 mil em 31/12/2019), Fornecedores e Serviços de Terceiros (R$ 4.213 mil e R$ 4.046 mil), Provisão sobre IR e CS sobre reavaliação (R$ 12.842 mil e R$ 12.842 mil) e de transações com Partes Relacionadas. **Efeitos da COVID-19 apresentados de forma exígua nas Demonstrações Contábeis:** Chamamos a atenção para exiguidade dos comentários por parte da administração sobre os efeitos da pandemia no gerenciamento e monitoramento de riscos da **Companhia**. Os estudos apresentados estão restritos a receitas e recebíveis, sem levar em consideração outros aspectos operacionais importantes da Companhia que podem impactar nas informações contidas nas Demonstrações Contábeis. **Continuidade operacional:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a **Companhia** é uma extensão das atividades do Estado de Minas Gerais, e possui um desequilíbrio patrimonial e financeiro entre os seus ativos e passivos, que resulta basicamente de situações estruturais ocorridas no Sistema Financeiro de Habitação (SFH) ao longo das últimas décadas, bem como de custos operacionais elevados, superiores à receita gerada com o seu objeto social. Atualmente, a COHAB MINAS se limita a (i) receber ou recuperar os saldos dos valores a receber de Prestamistas, bem como habilitar junto à Caixa Econômica Federal (CEF), e dela obter homologação, dos saldos residuais dos contratos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS para fazer face aos valores a pagar de Financiamentos obtidos para a construção de moradias vendidas a mutuários, e (ii) administrar as novas construções de imóveis e a carteira a receber de mutuários, de propriedade do FEH - Fundo Estadual de Habitação. O Estado de Minas Gerais, na qualidade de acionista detentor de praticamente todo o capital, assegura a continuidade normal das operações da **Companhia**, seja através de garantia direta das operações e negociações realizadas ou a serem realizadas com terceiros, seja através do aporte e obtenção de recursos adicionais necessários à continuidade de suas operações. A Administração não apresentou um Plano de Saneamento da **Companhia**, com previsões, projeções ou orçamentos de receitas e despesas para períodos futuros que altere o panorama de passivo a descoberto e resultados negativos acumulados dos últimos anos. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Fomos contratados também para revisar a Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela Lei das Estatais (Lei nº 13.303). Devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para abstenção de Opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa Opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos uma Opinião sobre a Demonstração do valor adicionado acima referida. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da **Companhia** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações contábeis da **Companhia** de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à **Companhia**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. São Paulo, 31 de março de 2021.
RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S - 2 CRC RS 5.460/0-O "T" SP; **Roger Maciel de Oliveira** - Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP - Sócio Responsável Técnico

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU/MG

A Pref. torna público a abertura do Proc. Licit. 038/2021, TP 003/2021 - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES SEXTAVADOS NO DISTRITO DE CAMPO ALEGRE.** - Credenciamento: 21/05/21 às 14h00min - Abertura da sessão 21/05/21 às 14h15min. e-mail: pmibiracatulicitacao@gmail.com, site: http://www.ibiracatu.mg.gov.br - Kleber da Silva de Moraes - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU/MG

A Pref. torna público a abertura do Proc. Licit. 0040/2021, PP 027/2021 - **AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS AÉREAS PARA ATENDER A SEC. DE OBRAS E SERV. URBANOS DO MUNICÍPIO** - Credenciamento: 17/05/21 às 13h00min - Abertura da sessão 17/05/21 às 13h15min. e-mail: pmibiracatulicitacao@gmail.com, site: http://www.ibiracatu.mg.gov.br
Kleber da Silva de Moraes - Pregoeiro Oficial.

MEDINVEST PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS S/A
CNPJ/MF 07.223.982/0001-20

Edital de Convocação nos termos do Art. 124, §1º, Inciso I, da Lei 6.404/76 para comparecimento dos Acionistas da Medinvest Participações em Empresas S/A, Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.223.982/0001-20, com atos de transformação Registrados na Jucemg sob o Nire 31300113981, em 19/02/2016, para comparecerem a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que será realizada, em primeira convocação, no dia 11/05/2021 às 19:00H, na sede da sociedade, localizada na Av. Dr. Jaime do Rego Macedo, nº 97, Centro, Barbacena, MG, Cep 36.200-032. Deliberações/Ordem do Dia: A Assembleia terá como objetivo deliberar, em primeiro lugar, a aprovação das contas da sociedade relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020, em segundo lugar eleger o novo Diretor Administrativo Financeiro e, em terceiro e último lugar eleger um novo representante da Clínica Médica para o Conselho de Administração. Barbacena, 29 de abril de 2021. Maurício José da Silva Júnior - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG

INEXIGIBILIDADE 001 - CREDENCIAMENTO Nº 001/2021. OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de assistência à saúde, visando o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, do município de Itacambira/MG. Período de recebimento dos envelopes com documentação para credenciamento: A partir do dia 30 de abril de 2021, no horário de 7:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas. Maiores informações na sede da Prefeitura, pelo e-mail. ass.licitac@gmail.com, ou pelo Telefone: XX38 3254-1173 no horário de 7:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas.
Itacambira, 29 de abril de 2021. Ass. Joaquim Magno Miranda - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MG

Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 013/2021 - O Município de Presidente Juscelino/MG torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00h do dia 24 de maio de 2021, no Prédio da Prefeitura Municipal, será realizada a sessão para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta e Documentação - Pregão Presencial nº 013/2021, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM" Aquisição de Toldos para o Centro Infantil Parauninha e Escolas Municipais. Edital e maiores informações com o Pregoeiro pelo telefone (38) 3724-1239 ou e-mail: licitacao@presidentejuscelino.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA/MG

Torna Público o Aviso de Licitação, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021, objetivando aquisição de veículos zero quilômetro, tipo passeio, para a Secretaria Municipal de Assistência Social desta municipalidade, visando atender o Convênio de Saída nº 1481000309/2020-SEDESE-Credenciamento: 12/05/2021 às 14h00min, Abertura 12/05/2021 às 14h15min. Interessados manter contato: (38) 3834-1748 pelo e-mail: licitacao@novaporteirinha.mg.gov.br ou diretamente na sede do município, na Av. Tancredo de Almeida Neves, 260 - Centro, Nova Porteirinha-MG-28/04/2021.
Eulene Mendes Pereira - Pregoeira.

ZYV PARTICIPAÇÕES S/A - CNPJ : 23.495.952/0001-29

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 E 2019 (Em Reais)

Balanço Patrimonial	2020	2019 Reapresentado
Ativo	**31.933.546**	**29.553.589**
Ativo Circulante	**29.090**	**6.514**
Disponibilidades Imediatas	**29.090**	**6.514**
Bancos	29.090	6.514
Ativo Não Circulante	**31.904.456**	**29.547.075**
Investimentos	31.904.456	29.547.075

Balanço Patrimonial Descrição	2020	2019 Reapresentado
Passivo	**31.933.546**	**29.553.589**
Passivo Circulante	**7.514**	**7.432**
Passivo Exigível a Curto Prazo	**7.514**	**7.432**
Fornecedores	6.501	6.419
Empréstimos de Terceiros	1.014	1.014
Patrimônio Líquido	**31.926.031**	**29.546.157**
Capital Social	20.701.000	20.701.000
Prejuízos Acumulados	(185)	(185)
Reserva de Lucros	11.225.216	8.845.341

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2018 Reapresentado	**20.701.000**	**5.272.012**	**(185)**	**25.972.828**
Lucro do Exercício	-	-	3.573.329	3.573.329
Reserva de Lucro	-	3.573.329	(3.573.329)	-
Saldo em 31/12/2019 Reapresentado	**20.701.000**	**8.845.342**	**(185)**	**29.546.157**
Lucro do Exercício	-	-	2.379.874	2.379.874
Reserva de Lucro	-	2.379.874	(2.379.874)	-
Saldo em 31/12/2020	**20.701.000**	**11.225.216**	**(185)**	**31.926.031**

Demonstração do Resultado	2020	2019 Reapresentado
Receita Operacional	-	-
Decuções	-	-
Receita Liquida	**-**	**-**
Custo dos Serviços Prestados	(25.387)	(18.999)
Lucro Bruto	**(25.387)**	**(18.999)**
Despesas operacionais	**(121)**	**(1.586)**
Impostos, Taxas outras Contr. exceto IR	(121)	(1.585)
Multas		(1)
Despesas Financeiras	**(1.999)**	**-**
Despesas Financeiras	(1.999)	-
Receitas Financeiras	**-**	**-**
Outras Despesas Operacionais	**-**	**-**
Outras Receitas Operacionais	**2.407.380**	**3.593.915**
Result. Positivo em Partic. Societárias	2.407.380	3.593.915
Resultado Operacional	**2.379.874**	**3.573.330**
Provisões	**-**	**-**
Lucro do Exercício	**2.379.874**	**3.573.330**

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

	2020	2019 Reapresentado
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Período	2.379.874	3.573.329
Prejuízo Líquido do Período	-	-
Lucro Operacional Bruto antes das Mudanças no Capital de Giro	2.379.874	3.573.329
Variação nos Fornecedores	82	6.419
Caixa Proveniente das Operações	**2.379.956**	**3.579.748**
Atividades de Investimento		
Aquisições de ações / cotas	(2.357.380)	(3.573.915)
Caixa Líq. usado nas Ativ. Invest.	**(2.357.380)**	**(3.573.915)**
Atividades de Financiamento		
Integralização de capital	-	-
Caixa Líq. gerado pelas Ativ. Financ.	**-**	**-**
Aumento nas Disponibilidades	**22.576**	**5.833**
Disponib. - No Início do Período	**6.514**	**680**
Disponib. - No Final do Período	**29.090**	**6.514**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: A ZYV Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de Belo Horizonte/MG, tendo como objeto social a Participação societária, com início de atividades em 19/10/2015. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis apresentadas são do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, reapresentando os saldos contábeis do ano de 2019 em (R$) reais que é a moeda funcional da sociedade. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base legal a Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas estão apresentadas a seguir: • **Determinação do Resultado -** O resultado é apurado em obediência ao regime de competência do exercício que independe do recebimento ou pagamento; • **Caixas e equivalentes -** Os montantes registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores disponíveis em caixa, depósitos bancário e investimentos de curtíssimo prazo, que possuem liquidez imediata; • **Ativos Não Circulantes** - Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes; • **Demais Passivos Circulantes -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **4. Capital:** O capital social integralizado é de 20.701.000 (vinte milhões, setecentos e um mil reais), composto de 20.701.000 (vinte milhões, setecentos e um mil) ações, sendo 10.350.500 (dez milhões, trezentos e cinquenta mil e quinhentos) ordinárias e 10.350.500 (dez milhões, trezentos e cinquenta mil e quinhentos) preferenciais, sem valor nominal. **5. Tributação:** A referida empresa neste exercício foi tributada pelo Lucro Presumido. **6. Disponibilidades Imediatas:**

	2020	2019
Banco	29.090	6.514

7. Investimento: Abaixo o detalhamento do investimento da ZYV corresponde as cotas da Rádio Itatiaia nos anos de 2020 e 2019.

	2020	2019
Investimento	31.904.456	29.547.075

8. Resultado do Exercício: No exercício de 2020 a referida empresa obteve um resultado positivo de R$ 2.379.874 (Dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e setenta e quatro reais). Esse resultado é referente a participação societária em grupo econômico, sendo o investimento da Companhia em sua controlada avaliado com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2020

ZYV Participações S/A
Emanuel Soares Carneiro - CPF 008.440.046-34

Previsa Contabilidade
Lafayette Vilella de Moraes Neto - CRC/MG nº TC48595/O-3

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU/MG

A Pref. torna público a reabertura do Proc. Licit. 027/2021, PP 018/2021 - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM CONTABILIDADE PÚBLICA, OBJETIVANDO ASSESSORIA E CONSULTORIA NO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS ROTINAS ADMINISTRATIVAS, ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS, PATRIMONIAIS, FROTAS E ALMOXARIFADO PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, BEM COMO NA ELABORAÇÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA AS OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA LEI FEDERAL 4.320/64, AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - NBCASP, A LEI FEDERAL Nº. 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, PORTARIAS DO STN, INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO TCEMG E DEMAIS LEGISLAÇÕES PERTINENTES** - Credenciamento: 17/05/21 às 15h00min - Abertura da sessão 17/05/21 às 15h15min. e-mail: pmibiracatulicitacao@gmail.com, site: http://www.ibiracatu.mg.gov.br
Kleber da Silva de Moraes - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREF. MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG - torna público o Processo Licitatório nº 43/2021, Credenciamento 001/2021, Inexigibilidade nº 002/2021. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA E PEDIATRIA, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUISLÂNDIA/MG**. Abertura de 03/05/2021 à 03/06/2021. Edital disponível através do e-mail: licitacao@luislandia.mg.gov.br e pelo site: www.luislandia.mg.gov.br
Dágila Silva - Presidente da CPL.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código EBC2-5FA3-7F7A-83F5.

HIDRELETRICA MALAGONE S.A. - CNPJ: 09.251.924/0001-35

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante:			
Disponibilidades	4	873.970	919.448
Contas a receber de clientes	5	1.876.346	1.561.139
CCEE - ajustes financeiros	6	234.677	-
Outros valores a receber		7.719	2.786
Despesas pagas antecipadamente		18.874	18.845
		3.011.586	2.502.218
Não circulante:			
Realizável a longo prazo:			
Aplicações financeiras vinculadas	7	1.678.397	1.693.547
Imobilizado	8	84.039.153	85.515.260
		85.717.550	87.208.807
		88.729.136	**89.711.025**

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante:			
Empréstimos e financiamentos	9	6.958.474	6.056.301
Compra de energia elétrica de curto prazo	10	-	1.761.425
Fornecedores		90.707	71.210
Obrigações tributárias		252.213	234.165
Obrigações sociais		95.066	92.212
Contas a pagar	11	217.536	947.498
Dividendos pagar		6.210.999	6.308.519
		13.824.995	15.471.330
Não circulante:			
Empréstimos e financiamentos	9	9.219.752	12.382.792
Patrimônio líquido	12		
Capital social		56.210.000	54.805.015
Reserva de lucros		2.957.120	2.629.592
Dividendos adicionais propostos		4.667.269	4.422.296
		63.834.389	61.856.903
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.850.000	-
		65.684.389	61.856.903
		88.729.136	**89.711.025**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro 2020 e 2019 (Em reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Reserva de lucros Legal	Dividendos adicionais propostos	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**52.140.000**	**-**	**2.319.256**	**4.847.749**	**-**	**59.307.005**
Aumento do capital social com incorporação de dividendos a pagar (AGO de 30/04/2019)	2.665.015	-	-	(2.665.015)		-
Dividendos adicionais aprovados (AGO de 30/04/2019)	-	-	-	(2.182.734)		(2.182.734)
Lucro líquido do exercício	-	6.206.731	-	-		6.206.731
Constituição de reserva legal	-	(310.336)	310.336	-		-
Dividendos mínimos obrigatórios		(1.474.099)				(1.474.099)
Dividendos adicionais propostos	-	(4.422.296)	-	4.422.296		-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**54.805.015**	**-**	**2.629.592**	**4.422.296**	**-**	**61.856.903**
Adiantamento para futuro aumento de capital (20/01/2020)					1.404.985	1.404.985
Aumento do capital social com incorporação de adiantamentos (AGO de 30/04/2020)	1.404.985				(1.404.985)	-
Dividendos adicionais aprovados (AGO de 30/04/2020)	-	-	-	(4.422.296)		(4.422.296)
Adiantamento para futuro aumento de capital (09/11/2020)	-	-	-	-	350.000	350.000
Adiantamento para futuro aumento de capital (10/12/2020)					1.500.000	1.500.000
Lucro líquido do exercício	-	6.550.553	-	-	-	6.550.553
Constituição de reserva legal	-	(327.528)	327.528	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		(1.555.756)				(1.555.756)
Dividendos adicionais propostos	-	(4.667.269)	-	4.667.269	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**56.210.000**	**-**	**2.957.120**	**4.667.269**	**1.850.000**	**65.684.389**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em reais)

	Nota	2020	2019
Receita bruta de serviços	13	21.519.052	20.853.498
Impostos incidentes sobre serviços		(785.445)	(761.153)
Receita líquida		20.733.607	20.092.345
Custos dos serviços prestados	14	(11.486.796)	(11.709.657)
Lucro bruto		9.246.811	8.382.688
Receitas (despesas) operacionais:			
Gerais e administrativas	15	(866.863)	(848.510)
Despesas financeiras	16	(1.226.124)	(1.973.464)
Receitas financeiras	17	53.812	117.235
Outras receitas	18	-	1.186.916
		(2.039.175)	(1.517.823)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		7.207.636	6.864.865
Imposto de renda e contribuição social	3.f	(657.083)	(658.134)
Lucro líquido do exercício		**6.550.553**	**6.206.731**
Lucro líquido do exercício por ação		**0,12**	**0,11**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

1. Contexto operacional

A Hidrelétrica Malagone S.A. tem por atividade exclusivamente a exploração da geração de energia elétrica da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) denominada Malagone, localizada em Uberlândia-MG. A mencionada PCH possui duas unidades geradoras com potência instalada de 19 MW e recebeu autorização para operação comercial por meio do Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL número 837/2010 da Superintendencia de Fiscalização dos Serviços de Geração. A Companhia iniciou a operação comercial em 2010 e tem contrato de fornecimento de energia firmado com a CPFL Comercializadora Brasil S.A., de 88.563 MW/ano, para os anos de 2020 e 2021. O prazo de autorização é de 30 (trinta) anos, contado a partir de 13 de dezembro de 2007, que pode ser prorrogado, a critério da ANEEL, a pedido da Companhia. (ver nota explicativa 19).

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as regras previstas na legislação societária brasileira (lei das sociedades por ações), os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e com observância das normas específicas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consubstanciadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. A Administração considerou, na elaboração das demonstrações contábeis, o pressuposto da continuidade operacional, ou seja, que a Companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível e, portanto, será capaz de realizar os seus ativos e liquidar os seus passivos no curso normal dos seus negócios. Além disso, não há planos nem intenção da Administração para liquidar ou encerrar as operações da Companhia.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis a seguir descritas foram adotadas consistentemente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis. **a. Resultado do exercício:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. As receitas de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza quanto a sua realização. **b. Aplicações financeiras:** Demonstradas pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o seu valor provável de recuperação. **c. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das depreciações, que não supera o seu valor provável de recuperação, determinado com base nos resultados das operações futuras da Companhia. As depreciações foram calculadas pelo método linear aplicando-se sobre o valor depreciável as taxas determinadas pela ANEEL, mencionadas na nota explicativa número 8. Estas taxas refletem, adequadamente, o tempo de vida útil estimada dos bens. Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais). Os juros e demais encargos financeiros incorridos diretamente atribuíveis à construção ou aquisição de um bem são apropriados ao seu custo. Os custos de reposição de componentes são agregados ao valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil dos componentes repostos por outros, assim como os gastos com manutenções e reparos, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A Administração da Companhia avalia periodicamente o valor do seu ativo imobilizado para fins de *impairment*. Um ativo imobilizado é considerado passível de ajuste de desvalorização quando o seu valor contábil exceder o seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam indícios de redução do valor recuperável do ativo imobilizado. **d. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** A Companhia adota as seguintes práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais: (i) os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado, sendo apenas divulgados em nota explicativa aqueles para os quais haja perspectiva de êxito provável; (ii) os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles cujas perdas forem avaliadas como possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os avaliados como perdas remotas não são provisionados, nem divulgados; e (iii) as obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito de processos em que a Companhia tenha questionado ou não a inconstitucionalidade de tributos. **e. Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo:** Estão apresentados pelo seu valor líquido de realização. **f. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados com base no resultado tributável presumido segundo a legislação vigente, à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A margem de lucro presumida foi determinada pela alíquota de 8% para o imposto de renda e de 12% para a contribuição social aplicada, sobre a receita bruta de serviços. **g. Distribuição de dividendos:** Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis no final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é segregado no patrimônio líquido na conta dividendos adicionais propostos e somente é provisionado (transformado em um passivo da Companhia) quando aprovado em assembleia geral pelos acionistas. **h. Passivo circulante e não circulante:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.**i. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual e recuperável do ativo imobilizado, o valor recuperável dos demais ativos e as provisões para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4. Disponibilidades

	2020	2019
Aplicações financeiras de liquidez imediata	853.869	916.599
Caixa e bancos	20.101	2.849
	873.970	919.448

5. Contas a receber de clientes

Correspondem a direitos decorrentes das vendas de energia incentivada, conforme condições estabelecidas em contrato de compra firmado pela Companhia com a CPFL Comercializadora Brasil S.A.

6. CCEE - ajustes financeiros

Em 2020, correspondiam a créditos junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE decorrentes da comercialização de energia elétrica no mercado de curto prazo.

7. Aplicações financeiras vinculadas

Correspondem a Fundo de reserva para garantia do financiamento obtido junto ao BNDES, em atendimento a cláusula contratual, conforme mencionado na nota explicativa número 9. O resgate parcial ou total destas aplicações está condicionado à autorização prévia do BNDES bem como ao cumprimento de condições específicas que poderão por ele ser determinadas, conforme estabelecido em contrato.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em reais)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	6.550.553	6.206.731
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício às disponibilidades líquidas obtidas das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	2.572.607	2.572.607
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	1.071.483	1.646.224
Reversão de provisões para riscos	-	(1.186.916)
	10.194.643	9.238.646
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento (diminuição) de compra de energia elétrica a curto prazo	(1.761.425)	837.425
Aumento (diminuição) em contas a pagar	(729.962)	36.316
Aumento nas contas a receber de clientes	(315.207)	(1.158.903)
Diminuição (aumento) nas aplicações financeiras vinculada	15.150	111.311
Diminuição (aumento) na CCEE - ajustes financeiros	(234.677)	274.229
Aumento (diminuição) nos fornecedores	19.497	(7.420)
Aumento nas obrigações tributárias	18.048	123.156
Diminuição (aumento) nos outros valores a receber	(4.933)	184.491
Aumento nas obrigações sociais	2.854	6.926
Diminuição (aumento) nas despesas pagas antecipadamente	(29)	1.043
Disponibilidades líquidas obtidas das atividades operacionais	**7.203.959**	**9.647.220**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.096.500)	(53.000)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	**(1.096.500)**	**(53.000)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:		
Dividendos pagos	(6.075.572)	(4.421.220)
Financiamentos pagos	(2.653.455)	(5.306.911)
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.850.000	-
Aumento do capital social	1.404.985	2.665.015
Juros pagos sobre financiamentos	(678.895)	(1.796.763)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos	**(6.152.937)**	**(8.859.879)**
Aumento (redução) das disponibilidades	(45.478)	734.341
Disponibilidades no início do exercício	919.448	185.107
Disponibilidades no final do exercício	**873.970**	**919.448**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8. Imobilizado

a) Saldos

Geração	Taxas de depreciação	2020 Custo de aquisição	2020 Depreciações acumuladas	2020 Valor Residual	2019 Valor residual
Usinas					
Imobilizado em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2% aa	46.154.388	(11.548.906)	34.605.482	35.608.374
Edificações, obras civis e benfeitorias	2% a 4% aa	26.297.597	(6.345.824)	19.951.773	20.495.979
Máquinas e equipamentos	2,5% a 16,67% aa	24.272.740	(8.271.075)	16.001.665	16.764.884
Terrenos	-	4.043.334	-	4.043.334	4.043.334
Veículos	14,29% aa	96.389	(94.240)	2.149	7.334
Móveis e utensílios	6,25% aa	28.928	(15.494)	13.434	15.242
		100.893.376	(22.275.539)	74.617.837	76.935.147
Imobilizado em curso					
Materiais em depósito	-	453.282	-	453.282	453.282
Depósitos judiciais (i)	-	38.160	-	38.160	134.573
		491.442	-	491.442	587.855
Sistema de transmissão e conexão					
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	2,5% aa a 4,17% aa	8.775.865	(2.777.313)	5.998.552	6.250.605
Intangíveis	-	2.868.679	-	2.868.679	1.675.766
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33% aa	97.113	(34.470)	62.643	65.887
		11.741.657	(2.811.783)	8.929.874	7.992.258
		113.126.475	(29.087.322)	84.039.153	85.515.260

(i) Decorrentes de mandados de imissão de posse de terras e destinados à indenização para servidão de passagem de linha de transmissão.

b) Movimentação do custo de aquisição

Geração	Saldos iniciais	Adições	Baixas	Transferencias	Saldos finais
Usinas					
Imobilizado em seviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	46.154.388	-	-	-	46.154.388
Edificações, obras civis e benfeitorias	26.297.597	-	-	-	26.297.597
Máquinas e equipamentos	24.272.740	-	-	-	24.272.740
Terrenos	4.043.334	-	-	-	4.043.334
Veículos	96.389	-	-	-	96.389
Móveis e utensílios	28.928	-	-	-	28.928
	100.893.376	-	-	-	100.893.376
Imobilizado em curso					
Materiais em depósito	453.282	-	-	-	453.282
Depósitos judiciais (ii)	134.573	-	-	(96.413)	38.160
	587.855	-	-	(96.413)	491.442
Sistema de transmissão e conexão					
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	8.775.865	-	-	-	8.775.865
Intangíveis	1.675.766	1.096.500	-	96.413	2.868.679
Edificações, obras civis e benfeitorias	97.113	-	-	-	97.113
	10.548.744	1.096.500	-	96.413	11.741.657
	112.029.975	1.096.500	-	-	113.126.475

c) Movimentação das depreciações acumuladas

Geração	Saldos iniciais	Adições	Baixas	Transferencias	Saldos finais
Usinas					
Imobilizado em seviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	10.546.014	1.002.892	-	-	11.548.906
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.801.618	544.206	-	-	6.345.824
Máquinas e equipamentos	7.507.855	763.220	-	-	8.271.075
Veículos	89.056	5.184	-	-	94.240
Móveis e utensílios	13.686	1.808	-	-	15.494
	23.958.229	2.317.310	-	-	26.275.539
Sistema de transmissão e conexão					
Imobilizado em serviço					
Máquinas e equipamentos	2..525.260	252.052	-	-	2.777.312
Edificações, obras civis e benfeitorias	31.226	3.245	-	-	34.471
	2.556.486	255.297	-	-	2.811.783
	26.514.715	2.572.607	-	-	29.087.322

9. Empréstimos e financiamentos

	2020	2019
Parcelas classificadas no circulante	6.958.474	6.056.301
Parcelas classificadas no não circulante	9.219.752	12.382.792
	16.178.226	18.439.093

Corresponde a financiamento, em moeda nacional, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que vence encargos financeiros equivamentes à TJPL mais 1,72% a.a. Tem como garantia (i) um Fundo de reserva (aplicação financeira vinculada), equivalente a 3 (três) parcelas de amortização do principal da dívida acrescida dos encargos vincendos, constituido junto ao Banco Bradesco S.A., com saldo na data do balanço de R$ 1.678.397 (R$ 1.693.547 em 2019), (ii) aval solidário e proporcional dos acionistas, (iii) caução de 100% (cem por cento) das ações da beneficiária, atual e futuramente detidas pelos acionistas da Companhia e quaisquer outras ações representativas do capital social, ordinárias ou preferenciais com ou sem direito a voto que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo emitidas pela beneficiária até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no contrato, e (iv) a carteira de recebíveis da Companhia. Aditivo contratual assinado em agosto de 2020 suspendeu os pagamentos das 6 (seis) parcelas vencidas de julho a dezembro, principal e juros, cujo montante (R$ 3.221.937) foi incorporado ao saldo devedor, sem alteração da taxa de juros e do prazo final de amortização, mas com o recálculo do valor das prestações mensais. Será amortizado em 28 parcelas mensais iguais e consecutivas, acrescidas dos encargos financeiros. A principal obrigação da Companhia para com o BNDES, em decorrência desta suspensão temporária de pagamentos, é a limitação ao pagamento mínimo obrigatório previsto na legislação societária brasileira, na distribuição aos acionistas de dividendos e juros sobre o capital referentes ao exercício de 2020. As parcelas classificadas no não circulante têm os vencimentos previstos para 2022 (R$ 6.914.814), 2023 (R$ 2.304.938).

10. Compra de energia elétrica de curto prazo

Em 2019, correspondia, substancialmente, a débito junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE decorrente de energia elétrica adquirida no mercado de curto prazo, durante os meses de novembro e dezembro, em virtude de a Companhia não ter gerado energia elétrica em quantidade suficiente para atender às condições estabelecidas em contrato firmado com a CEMIG Geração e Transmissão S.A. como consequência da forte seca ocorrida no período. O valor foi calculado com base no GSF (Generation Scaling Factor) que regula os parametros para o cálculo do balanço energético entre as geradoras.

11. Contas a pagar

Corresponde à aquisição de um terreno de aproximadamente 170 ha na Bacia do Rio Uberabinha para completar a compensação ambiental do empreendimento PCH Malagone necessária para atender às exigências da Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social: Totalmente subscrito e integralizado, está representado por 56.210.000 (54.805.015 em 2019) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas com direito a um voto nas deliberações da assembleia geral dos acionistas. **b) Reserva legal:** A constituição da reserva legal é obrigatória para todas as companhias brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido do ano, como determinado na legislação societária brasileira e no estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal tem como objetivo manter a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **c) Dividendos:** Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estatuto da Companhia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os dividendos foram calculados como segue:

Lucro líquido do exercício	6.550.553
(-) Menos: Reserva legal (5%)	(327.528)
Base de cálculo dos dividendos:	6.223.025
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	1.555.756

A Administração da Companhia proporá na Assembléia Geral Ordinária, que será convocada para aprovação dessas demonstrações contábeis, o pagamento aos acionistas de dividendos adicionais de R$ 4.667.269, a ser realizado durante o exercício de 2022. **d) Dividendos adicionais propostos:** Corresponde à parcela sobre o lucro líquido do exercício que excede ao previsto legalmente para distribuição aos acionistas, até que ocorra a deliberação definitiva pela assembleia geral dos acionistas. Em assembleia geral ordinária realizada em 30 de abril de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o pagamento dos dividendos adicionais propostos (R$ 4.422.296) pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

13. Receita bruta de serviços

Corresponde à energia elétrica vendida durante o exercício, sendo R$ 20.304.977 para cumprimento do contrato de fornecimento com a CPFL Comercialização Brasil S.A. (R$ 20.426.067 em 2019 para cumprimento do contrato de fornecimento com a CEMIG – Geração e Transmissão S.A.), e R$ 1.214.075 (R$ 427.431 em 2019) no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

14. Custos dos serviços prestados

	2020	2019
Serviços prestados por pessoas jurídicas	3.423.732	2.227.605
Energia elétrica comprada para revenda de curto prazo (a)	3.318.750	2.339.872
Depreciações	2.572.607	2.572.607
Generating Scaling Factor – GSF (b)	777.038	3.126.167
Tarifas de uso do sistema de distribuição	671.622	651.336
Pessoal e encargos sociais	254.246	228.396
Manutenção de máquinas e equipamentos	149.302	115.701
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	123.176	247.757
Seguros	73.953	74.988
Combustíveis	48.260	48.287
Outros	74.110	76.941
	11.486.796	11.709.657

a) Energia elétrica comprada para revenda de curto prazo: Corresponde à energia elétrica comprada no mercado, livre em virtude da irregularidade das chuvas e ou paradas tecnicas para manutenção de equipamentos, para suprir a energia não gerada e atender ao cumprimento do contrato de fornecimento assinado com a CPFL Comercialização Brasil S.A. (CEMIG Geração e Transmissão S.A., em 2019). Por outro lado, também em virtude da irregularidade das chuvas ocorrida durante os exercícios, a Companhia vendeu energia elétrica no curto prazo para a CCEE no total de R$ 1.214.075 (R$ 427.431 em 2019), classificada na conta Receita bruta de serviços. **b) *Generation Scaling Factor - GSF*:** Corresponde ao custo adicional de energia elétrica de curto prazo, adquirida durante o período de baixa pluviosidade, provocado pela entrada em operação das usinas térmicas, autorizadas a funcionar pelo Governo Federal, bem como outros custos adicionais decorrentes de fatores alheios à vontade dos geradores. É política da Administração, visanto reduzir o risco de exposição *(hedge)* da Companhia no Mercado de Realocação de Energia - MRE, adquirir energia elétrica no mercado para entrega futura. Durante o exercício de 2020, foi de R$ 3.319 mil (R$ 2.340 mil em 2019) o custo com as estas aquisições, que reduziram em R$ 3.316 mil (R$ 2.597 mil em 2019) os gastos com a compra de energia eletrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, na contabilização do balanço energético entre a energia prometida e a energia entregue pelo sistema, que teria sido de R$ 6.635 mil (R$ 4.937 mil em 2019). Em 31 dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não tinha contratos visando a aquisição de energia elétrica no mercado para entrega futura, seja para proteção ao risco de exposição *(hedge)* no MRE, seja em caráter especulativo.

15. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Serviços prestados por pessoas jurídicas	440.737	365.478
Pessoal e encargos sociais	244.346	253.486
Aluguéis de imóveis e condomínio	53.818	65.008
Telefone	16.071	9.631
Passagens e hospedagens	13.066	62.194
Impostos, taxas e contribuições	9.440	30.031
Alimentação	9.095	26.843
Outras	80.290	35.839
	866.863	848.510

16. Despesas financeiras

	2020	2019
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	1.071.483	1.646.224
Encargos sobre outros passivos	110.070	152.645
Despesas bancárias	42.576	170.892
IOF sobre operações financeiras	1.995	3.703
	1.226.124	1.973.464

17. Receitas financeiras

Correspondem, substancialmente, a rendimentos de aplicações financeiras.

18. Outras receitas

Em 2019, corresponde à reversão do saldo das provisões constituídas até o exercício de 2018, realizadancom base em decisão transitada em julgado que estabeleceu que a Companhia não terá que realizar quaisquer desembolsos decorrentes da Resolução CNPE 03/2013, na parte que prevê a transferência dos custos gerados pelas usinas termelétricas, despachadas fora da Ordem de Mérito no período de junho a dezembro de 2013, para os agentes comercializadores e geradores de energia elétrica.

19. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e outros para as quais, com base nas informações de seus assessores jurídicos não foram constituídas provisões, por serem remotas as probabilidades de perdas. Em especial os geradores, por meio da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, da qual a Companhia é associada, propuseram, em junho de 2015, na Justiça Federal do Distrito Federal, uma demanda em face da ANEEL e União Federal com o intuito de limitar a aplicação do Fator de Ajuste de Garantia Fisica (Generation Scaling Factor - GSF < 1) em 5%, limite regulamentar previsto no Decreto 2.655/98. A Lei 14.052/20, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL 895/20, ofereceu aos geradores participantes do MRE a opção de prorrogar o prazo de concessão das outorgas de geração, como forma de compensar os impactos anteriores não hidrológicos do GSF cobrados entre março de 2012 e agosto de 2019, que será condicionado à desistência, pelo gerador interessado, da ação judicial relativa ao GSF. O valor e o período de extensão da outorga serão calculados pela CCEE, com base na metodologia de cálculo estabelecida pela Resolução Normativa ANEEL 895/20, e homologados pela Diretoria da ANEEL e publicação dos resultados. O valor da compensação será apropriado como um intangível do gerador, em contrapartida a um ganho de recuperação de custos com energia elétrica, e será amortizado pelo método linear até o prazo final da concessão, ajustado pela extensão decorrente da referida repactuação. No caso da Companhia, é de R$ 8.567.617 o impacto financeiro (valor presente) da extensão da outorga, equivalente a, aproximadamente, 6 (seis) anos e 10 (dez) meses, de acordo com os cálculos divulgados pela CCEE. A Administração aguarda a publicação destas nformações pela ANEEL, à partir da qual terá o prazo de até 60 dias para protocolar ou não o pedido de repactuação, com a consequente desistência da ação judicial relativa ao GSF. Se aplicável, o intangível e a consequente recuperação de custos (ganho) com produção de energia elétrica serão contabilizados no exercício social no qual for exercida a opção de repacutação do GSF pela Companhia e homologação desta pela ANEEL. Por solicitação da ANEEL, está suspensa a tramitação deste processo, face à possibilidade de formalização de novos acordos de repactuação do risco hidrológico pelos geradores. **20. Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros registrados no balanço tais como, caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber de clientes, CCEE – ajustes financeiros, empréstimos e financiamentos, fornecedores, compra de energia

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 0669-D040-314F-3ED4.

continuação

HIDRELETRICA MALAGONE S.A. - CNPJ: 09.251.924/0001-35

Página 2 de 2

elétrica de curto prazo, contas a pagar, etc., aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores justos. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não aplicou em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo (nota explicativa 14.b).

21. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém apólices de seguros por valores que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Os limites máximos contratados de indenização correspondem à cobertura de riscos nomeados e operacionais (R$ 113.280.000), com limite máximo de indenização de R$ 35.026.667, sendoR$ 25.000.000 para danos materiais e R$ 6.426.667 para lucros cessantes (prazo máximo de quatro meses); responsabilidade civil geral (R$ 10.000.000), com limite máximo de indenização R$ 10.000.000 para responsabilidade civil; e danos morais, com limite máximo de R$ 2.000.000; vigentes para o período de 05 de abril de 2020 a 05 de abril de 2021.

22. COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia a disseminação global do vírus identificado por COVID-19. Para conter a disseminação deste vírus, diversos órgãos governamentais adotaram medidas que afetaram os negócios e as atividades econômicas em diversos países, inclusive o Brasil. A disseminação deste vírus pelo país não provocou reflexos significativos no mercado de energia elétrica e, por isso, a Administração concluiu que, em função da geração hidrica e do consumo de energia elétrica previstos para os próximos exercícios no país, e do resultado financeiro de nossa compradora, esta pandemia não afetou (nem afetará) significativamente nem as atividades operacionais nem a continuidade operacional da Companhia e, por isso, entende não ser necessário o reconhecimento de quaisquer provisões para fazer face a eventuais perdas futuras dele decorrentes.

23. Aprovação de demonstrações contábeis

Em 19 de fevereiro de 2021, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação.

Administração

Vergniaud Wanderley - Diretor
Saulo Wanderley - Diretor
Flamarion Wanderley - Diretor

Responsável técnico

Darci Agnaldo Ribeiro - Técnico em Contabilidade - CRC - MG 51.176/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da **Hidrelétrica Malagone S.A.**
Belo Horizonte - MG.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Hidrelétrica Malagone S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrelétrica Malagone S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de abril de 2021.

Atenciosamente,

Gilberto Galinkin - Sócio
Baker Tilly Brasil MG - Auditores Independentes.

Paulo Cézar Santana - Sócio
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes

PREFEITURA MUNICIPAL DE MESQUITA

Aviso Retificação - Tomada de Preços nº 1/2021 - PRC 28 - A Comissão Permanente Licitação da Prefeitura Municipal de Mesquita Minas Gerais, torna público a RETIFICAÇÃO do Edital de Licitação na modalidade Tomada de Preço nº 001/2021 - Processo nº 028/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de pavimentação em blocos pré-moldados de concreto e drenagem pluvial na Av. Tito Anastácio de Oliveira, Rua José Maria Franco e Rua D, no Município de Mesquita/MG, em atendimento ao Contrato de Repasse n° 885307/2019, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal e o Município de Mesquita. Publicada no Diário Oficial da União no dia 27 de abril de 2021, Seção 3, nº 77. Foi retificado. A nova data de abertura da Tomada de Preço 001/2021, será 19/05/2021, às 09:00hs, na sala de licitações conforme endereço abaixo, permanecem inalteradas as demais condições do edital. O edital e maiores informações poderão ser adquiridos junto à Comissão Permanente de Licitações, à Rua Getúlio Vargas, nº 171, Centro, Mesquita - Minas Gerais, no horário 08:00 às 17 horas, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (33) 3251-1355 e através do site www.mesquita.mg.gov.br, link Licitações. Elimar Cristina de Carvalho - Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Errata e Prorrogação do Pregão Eletrônico 025/2021, para o dia 14/05/2021 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: Contratação de empresa para prestação serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos dos consultórios odontológicos das unidades de saúde e do CEO (Centro de Especialidades Odontológicas) do município de Lagoa Santa, com fornecimento de peças e instalação de novos consultórios. A errata na íntegra estará disponível nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br.

André Luiz Fernandes/Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUTI/MG

O Município de Catuti/MG, torna público que fará realizar **Pregão Presencial nº 20/2021**, no dia 12/05/2021, às 07:00 horas, na sede da Prefeitura de Catuti/MG, localizada na Praça Presidente Vargas, 01 - Centro - CEP: 39.526-000, tipo menor preço, objetivando a contratação de ME/EPP ou equiparadas para locação de caminhão tipo pipa, para abastecimento de água potável no Município. O edital poderá ser solicitado na sede da Prefeitura ou pelo e-mail: catutilicitacoes@gmail.com - Delermando do Nascimento França - Prefeito Municipal.

O Município de Catuti/MG, torna público que fará realizar **Pregão Presencial SRP nº 21/2021**, no dia 12/05/2021, às 08:00 horas, na sede da Prefeitura de Catuti/MG, localizada na Praça Presidente Vargas, 01 - Centro - CEP: 39.526-000, tipo menor preço, objetivando o registro de preços para a aquisição de materiais, produtos injetáveis e médico-hospitalares. O edital poderá ser solicitado na sede da Prefeitura ou pelo e-mail: catutilicitacoes@gmail.com - Delermando do Nascimento França - Prefeito Municipal.

TRAUMINAS DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS CIRURGICOS SA CNPJ: 41.721.051/0001-90

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em R$ 1.000,00)

ATIVO	2020	2019
CIRCULANTE	**56.877**	**63.553**
Caixa e Bancos	5.606	3.808
Contas a receber	4.970	9.926
Estoques	43.171	47.202
Impostos a Recuperar	2.273	2.006
Outros ativos circulantes	857	610
NÃO CIRCULANTE	**12.614**	**13.150**
Realizavel a Longo Prazo	365	343
Imobilizado	11.844	12.281
Intangivel	405	525
TOTAL DO ATIVO	**69.491**	**76.702**

PASSIVO	2020	2019
CIRCULANTE	**13.470**	**23.133**
Fornecedores	11.053	20.223
Emprestimos e Financiamentos	169	1.014
Obrigações Trabalhistas e Sociais	798	1.011
Obrigações Tributarias	1.212	647
Outros passivos circulantes	237	237
NÃO CIRCULANTE	**-**	**-**
Empréstimos e Financiamentos	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**56.021**	**53.569**
Capital social	5.000	5.000
Reservas de capital	13.982	13.982
Lucros acumulados	37.039	34.587
TOTAL DO PASSIVO	**69.491**	**76.702**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (em R$ 1.000,00)

MOVIMENTAÇÕES	Capital Social	Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31/12/2017	**5.000**	**-**	**13.981**	**18.558**	**37.539**
Dividendos distribuidos	-	-	-	(2.568)	(2.568)
Lucro do Exercicio	-	-	-	12.084	12.084
Saldos em 31/12/2018	**5.000**	**-**	**13.981**	**28.074**	**47.055**
Ajuste de Exercicio Anterior	-	-	-	(16)	(16)
Dividendos distribuidos	-	-	-	(2.051)	(2.051)
Lucro do Exercicio	-	-	-	8.582	8.582
Saldos em 31/12/2019	**5.000**	**-**	**13.981**	**34.589**	**53.570**
Ajuste de Exercicio Anterior	-	-	-	-	-
Dividendos distribuidos	-	-	-	(1.881)	(1.881)
Lucro do Exercicio	-	-	-	4.333	4.333
Saldos em 31/12/2020	**5.000**	**-**	**13.981**	**37.040**	**56.021**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) . **1.CONTEXTO OPERACIONAL:** Fundada há 20 anos, a sociedade é uma empresa atuante no seguimento de produtos para Ortopedia e Neurocirurgia. Representante dos mais renomados fornecedores de produtos para saúde, com atuação em Minas Gerais e Espirito Santo e com foco na excelência e exigência dos mais altos padrões em suas operações, aliando serviço customizado e produtos de altíssima qualidade com a filosofia de parceira com seus clientes e a consequente busca permanente de atualização as exigências do setor. **2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas, conforme Pronunciamento Técnico CPC PME, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade.**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: i. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos exercícios, sem prazos fixos de resgates, com liquidez imediata. **ii. Contas a receber de clientes e provisão pra crédito de liquidação duvidosa.** As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, reduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos na carteira de cliente, sendo premissas o seguinte: a) justificativa do cliente para atraso); b) renegociação e/ou parcelamento do título; c) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se ; e d) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. **iii. Demais ativos circulantes a e não circulantes:** Apresentados aso valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **iv. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. **v.Empréstimos e financiamento:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **vi. Constituição de Provisões:** Uma provisão é constituída, em função de evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável. A provisão de férias foi constituída com base na quantidade de avos adquiridos de cada funcionário, acrescido do terço constitucional e dos respectivos encargos de INSS e FGTS.**vii. Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridas de acordo com os contratos vigentes. As receitas e as despesas são registradas conforme o período de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. **vii. Uso de estimativas:** A Administração da Sociedade, mediante estimativas e premissas, mensura periodicamente fatos que possam afetar os saldos ativos e passivos e outras transações. Portanto, nas demonstrações financeiras, estão incluídas diversas estimativas referentes a valor presente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do ativo imobilizado e provisões necessárias para passivos contingentes, para calcular projeções a fim de determinar a recuperação de saldo do imobilizado, intangível, bem como a determinação de provisão para imposto de renda. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionas à probabilidade de ventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. **4. CONTAS A RECEBER:**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCICIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (EM R$ 1.000,00)

	2020	2019
RECEITA BRUTA OPERACIONAL	**44.394**	**64.859**
Impostos Incidentes s/ vendas e serviços	(3.758)	(5.165)
RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL	**40.637**	**59.694**
Custos das vendas e serviços	(17.747)	(25.183)
LUCRO BRUTO	**22.890**	**34.511**
Despesas Gerais e Administrativas	(16.806)	(22.710)
Despesas financeiras	(239)	(1.594)
Receitas financeiras	120	57
Outras Receitas (despesas) Operacionais)	18	550
LUCRO OPERACIONAL	**5.984**	**10.815**
Resultado não operacional		
LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	**5.984**	**10.815**
(-) Provisão para Imposto de Renda e contribuição social	(1.651)	(2.233)
LUCRO OU PREZUIZO LÍQUIDO DO EXERCICIO	**4.333**	**8.582**
Lucro por Ação (R$)	0,00087	0,00172

	2020	2019
Clientes	7.840	12.850
Provisão para Credito de Liquidação duvidosa	(2.914)	(2.933)
	4.926	9.917

Referem-se a valores a receber de clientes e estão deduzidas mediante provisão aos valores prováveis de realização. **5. ESTOQUES:** Os estoques podem ser assim demonstrados

Estoques	2020	2019
Mercadorias	43.171	45.167
Importação em andamento	-	-
Total	43.171	45.167

6. IMOBILIZADO: As análises da Administração não indicam indícios internos ou externos de redução relevante nos valores de recuperação para seus ativos imobilizados, dispensando a realização de ajustes por *impairment*. O ativo imobilizado é composto pelos bens que contribuem para a realização do objeto social da Companhia e está demonstrado como segue.

Bens	Taxa de depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Computadores e periféricos	20% a.a	506	506
Maquinas e Equipamentos	10% a.a	430	430
Moveis e Utensílios	10% a.a	131	131
Veículos	20% a.a	1.631	1.631
Instalações	10% a.a	34	34
Instrumentos Cirúrgicos	20% a.a	16.965	15.712
Outras imobilizações	20% a.a	55	55
Total		**19.752**	**18.499**

Depreciação Acumulada	31/12/2020	31/12/2019
Computadores e periféricos	(294)	(277)
Maquinas e Equipamentos	(395)	(354)
Moveis e Utensílios	(144)	(131)
Veículos	(558)	(424)
Instalações	(34)	(31)
Instrumentos Cirúrgicos	(6453)	(5.001)
Total	**(7.878)**	**(6.218)**
TOTAL GERAL	**11.874**	**12.281**

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social: O capital social é representado por 5.000.160 ações ordinárias nominativas de R$ 1,00 cada uma. **b. Reserva de capital: i. Reserva Legal** – Pela legislação societária brasileira a companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com a práticas contábeis adotadas no Brasil para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado; **ii. Reserva para Investimento e Capital de Giro** – É composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas;

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (EM R$ 1.000,00)

	2020	2019
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**4.333**	**8.582**
Ajustes (despesas e receitas não caixa)		
Depreciação	7.914	1.308
Ajustes Exerc. Anteriores (despesas e receitas não caixa)		(16)
Valor residual do Imobilizado baixo	-	-
Total dos Ajustes	**7.914**	**1.292**
Fluxo de Caixa Bruto das Atividades Operacionais	**12.247**	**9.874**
(Aumento) / Redução do Contas a Receber	4.956	4.589
(Aumento) / Redução do Estoque	4.031	(6.335)
(Aumento) / Redução de Impostos a recuperar	(267)	(1.185)
(Aumento) / Redução de outros ativos	(269)	836
	8.452	**(2.095)**
Variação dos Passivos Operacionais		
Aumento / (Redução) de Fornecedores a Pagar	(9.170)	5.081
Aumento / (Redução) de Obrigações Trabalhistas e Sociais	(213)	(18)
Aumento / (Redução) de Obrigações Tributárias	565	48
Aumento / (Redução) Outros	-	(45)
	(8.818)	**5.066**
RECURSOS LIQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS FLUXO DE CAIXA UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**11.881**	**12.845**
Adições ao ativo permanente	(7.476)	(5.542)
Realização do Ativo intangível	120	275
RECURSOS LIQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(7.356)**	**(5.267)**
Emprestimos captados a Curto e Longo prazo	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(845)	(3.896)
Distribuição de Lucros	(1.881)	(2.051)
RECURSOS LIQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(2.727)**	**(5.947)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	**1.798**	**1.631**
Disponibilidades no inicio do Exercicio	3.808	2.177
Disponibilidades no final do Exercicio	5.606	3.808
Variação de Disponibilidades	**1.798**	**1.631**

8 - RECEITA LÍQUIDA: Não ocorrem, durante o exercício, perdas significativas decorrentes dos risco acima mencionados. A receita líquida da sociedade, apresentada na demonstração do resultado do exercício, está demonstrada a seguir:

RECEITA OPERACIONAL	2020	2019
Venda de Serviços	2.388	2.740
Vendas de Produtos	42.005	62.119
(-) Impostos sobre vendas e serviços	(1.885)	(2.212)
(-) Devolução de vendas	(1.872)	(2.953)
Receita Líquida de Vendas	**40.636**	**59.694**

9 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de aprovação das demonstrações financeiras apresentadas não há outros eventos subsequentes que requeiram divulgações ou ajustes retrospectivos nas Demonstrações financeiras.

IGOR ILDEFONSO DORNELLAS TORRES
DIRETOR

JOÃO JACQUES DE FREITAS GONÇALVES
CONTADOR – CRC/MG 66.299/O-4

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 7907-EFA1-0ED5-4C82.

COMUNICADO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2021 – PROCESSO Nº 031/2021

A pregoeira do **Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas/MG**, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA que a sessão de abertura desta licitação, tem por objeto o Fornecimento de tubos de PVC ocre para esgoto, que deveria acontecer no dia 30/04/21 às 13:00 horas foi suspensa para análise e resposta à pedido de esclarecimentos. Poços de Caldas, 27 de abril de 2021 - Portaria 023/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS VERMELHAS/MG
Aviso de Licitações

A Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas/MG torna público a realização de licitações nas modalidades: **PREGÃO PRESENCIAL 014/2021**, tipo menor preço por item, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de cestas básicas para atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo credenciamento se dará às 09:00 horas do dia 12 (doze) de maio de 2021. **PREGÃO PRESENCIAL 015/2021**, tipo menor preço por item, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de medicamentos e materiais médicos hospitalares para manutenção das unidades de saúde do munícipio, cujo credenciamento se dará às 08:00 horas do dia 19 (dezenove) de maio de 2021. Maiores informações, bem como Editais completos, junto a Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas/MG, com sede na Rua São Vicente, 164 - Centro, pelo telefone (33) 3755-1490, e-mail licitacao2021av@gmail.com e site www.aguasvermelhas.mg.gov.br - Águas Vermelhas/MG, 29 de abril de 2021.
Ana Luiza Borges Porto - Pregoeira

MUNICÍPIO DE MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº. 080/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2021
Edital 017/2021

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de vigilância patrimonial desarmada noturna, a serem executados nas dependências; Garagem Municipal, Velório Municipal e Terminal Rodoviário, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Machado/MG. **INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE:** Dia 03 de maio de 2021 as 09h00minh. **FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia 17 de Maio de 2021 as 13h00minhs. **ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:** Dia 17 de Maio 2021 as 13h01minh00minh. **ABERTURA E DISPUTA DE LANCES:** Tão logo encerrada a abertura e avaliação das propostas. Os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão adquirir o edital através do site: ***http://machadoportaltransparencia.portalfacil.com.br/licitacoes***

Luiz Fernando da Silva - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO LEOPOLDO

AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2021 (NOVA DATA)

O município de Pedro Leopoldo/MG, torna público que realizará no dia 12 de maio de 2021, licitação na modalidade Pregão Eletrônico / Registro de Preços nº 018/2021, Processo Licitatório nº 027/2021, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE DIETAS E SUPLEMENTOS PARA ATENDER A FARMÁCIA BÁSICA E O PRONTO ATENDIMENTO CENTRAL/ HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO GONÇALVES, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS.** Recebimento das propostas: das 13h do dia 30/04/2021 até às 13h do dia 12/05/2021. Início da disputa de preços: às 13h30min do dia 12/05/2021 através do site www.comprasbr.com.br. O Edital poderá ser adquirido no site www.pedroleopoldo.mg.gov.br ou www.comprasbr.com.br. Os licitantes deverão ficar atentos a futuras alterações do edital (caso seja necessário), através dos mesmos sites. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos no e-mail: licitacao@pedroleopoldo.mg.gov.br ou no Tel. de contato: (31) 3660-5114
PATRÍCIA DUARTE COSTA PEREIRA - PREGOEIRA.

AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO / REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2021

O município de Pedro Leopoldo/MG, torna público que realizará no dia 17 de maio de 2021, licitação na modalidade Pregão Eletrônico / Registro de Preços nº 020/2021, Processo Licitatório nº 029/2021, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ANTROPOMÉTRICO, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 1.012 DE 18 DE MAIO DE 2020 DO GOVERNO FEDERAL, COM BASE NA POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PNAN, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS.** Recebimento das propostas: das 13h do dia 30/04/2021 até às 13h do dia 17/05/2021. Início da disputa de preços: às 13h30min do dia 17/05/2021 através do site www.comprasbr.com.br. O Edital poderá ser adquirido no site www.pedroleopoldo.mg.gov.br ou www.comprasbr.com.br. Os licitantes deverão ficar atentos a futuras alterações do edital (caso seja necessário), através dos mesmos sites. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos no e-mail: licitacao@pedroleopoldo.mg.gov.br ou no Tel. de contato: (31) 3660-5114
PATRÍCIA DUARTE COSTA PEREIRA - PREGOEIRA.

AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO / REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2021

O município de Pedro Leopoldo/MG, torna público que realizará no dia 14 de maio de 2021, licitação na modalidade Pregão Eletrônico / Registro de Preços nº 022/2021, Processo Licitatório nº 031/2021, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE APARELHO ELETROCARDIÓGRAFO DIGITAL COM CONEXÃO USB PARA ATENDER O PRONTO ATENDIMENTO SITUADO NO BAIRRO LAGOA DE SANTO ANTÔNIO, REGIÃO NORTE DO MUNICÍPIO, COM RECURSOS DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 12237.669000/1190-03, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE , DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS.** Recebimento das propostas: das 13h do dia 30/04/2021 até às 13h do dia 14/05/2021. Início da disputa de preços: às 13h30min do dia 14/05/2021 através do site www.comprasbr.com.br. O Edital poderá ser adquirido no site www.pedroleopoldo.mg.gov.br ou www.comprasbr.com.br. Os licitantes deverão ficar atentos a futuras alterações do edital (caso seja necessário), através dos mesmos sites. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos no e-mail: licitacao@pedroleopoldo.mg.gov.br ou no Tel. de contato: (31) 3660-5114
PATRÍCIA DUARTE COSTA PEREIRA - PREGOEIRA.

AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2021

O município de Pedro Leopoldo/MG, torna público que realizará no dia 17 de maio de 2021, licitação na modalidade Pregão Presencial / Registro de Preços nº 026/2021, Processo Licitatório nº 037/2021, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA P13 E P45, VASILHAME (BOTIJÃO) E REGULADOR, CONFORME SOLICITAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDUCAÇÃO, SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE ACORDO COM O EDITAL E SEUS ANEXOS.** Recebimento das propostas: das 13h do dia 03/05/2021 até às 13h do dia 17/05/2021. Início da disputa de preços: às 13h30min do dia 17/05/2021 através do site www.comprasbr.com.br. O Edital poderá ser adquirido no site www.pedroleopoldo.mg.gov.br ou www.comprasbr.com.br. Os licitantes deverão ficar atentos a futuras alterações do edital (caso seja necessário), através dos mesmos sites. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos no e-mail: licitacao@pedroleopoldo.mg.gov.br ou no Tel. de contato: (31) 3660-5114
PATRÍCIA DUARTE COSTA PEREIRA - PREGOEIRA.

AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO / REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2021

O município de Pedro Leopoldo/MG, torna público que realizará no dia 13 de maio de 2021, licitação na modalidade Pregão Eletrônico / Registro de Preços nº 021/2021, Processo Licitatório nº 030/2021, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES E MATERIAIS PARA LIMPEZA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDIMENTO DA FROTA DA PREFEITURA DE PEDRO LEOPOLDO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, EDITAL E ANEXOS.** Recebimento das propostas: das 13h do dia 30/04/2021 até às 13h do dia 13/05/2021. Início da disputa de preços: às 13h30min do dia 13/05/2021 através do site www.comprasbr.com.br. O Edital poderá ser adquirido no site www.pedroleopoldo.mg.gov.br ou www.comprasbr.com.br. Os licitantes deverão ficar atentos a futuras alterações do edital (caso seja necessário), através dos mesmos sites. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos no e-mail: licitacao@pedroleopoldo.mg.gov.br ou no Tel. de contato: (31) 3660-5114/5154
PATRÍCIA DUARTE COSTA PEREIRA - PREGOEIRA.

AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO / REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2021

O município de Pedro Leopoldo/MG, torna público que realizará no dia 12 de maio de 2021, licitação na modalidade Pregão Eletrônico / Registro de Preços nº 019/2021, Processo Licitatório nº 028/2021, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS PARA ATENDER PACIENTES DO PRONTO ATENDIMENTO / HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO GONÇALVES E BENEFICIÁRIOS (QUE ATENDEREM AO PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DO MUNICÍPIO) PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE PEDRO LEOPOLDO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, EDITAL E SEUS ANEXOS.** Recebimento das propostas: das 13h do dia 30/04/2021 até às 13h do dia 12/05/2021. Início da disputa de preços: às 13h30min do dia 12/05/2021 através do site www.comprasbr.com.br. O Edital poderá ser adquirido no site www.pedroleopoldo.mg.gov.br ou www.comprasbr.com.br. Os licitantes deverão ficar atentos a futuras alterações do edital (caso seja necessário), através dos mesmos sites. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos no e-mail: licitacao@pedroleopoldo.mg.gov.br ou no Tel. de contato: (31) 3660-5114/5154 -
PATRÍCIA DUARTE COSTA PEREIRA - PREGOEIRA.

AVISO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO / REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2021

O município de Pedro Leopoldo/MG, torna público que realizará no dia 14 de maio de 2021, licitação na modalidade Pregão Eletrônico / Registro de Preços nº 025/2021, Processo Licitatório nº 036/2021, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, VIATURAS PARA A GUARDA CIVIL MUNICIPAL E TRANSPL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, EDITAL E ANEXOS..** Recebimento das propostas: das 13h do dia 04/05/2021 até às 13h do dia 14/05/2021. Início da disputa de preços: às 13h30min do dia 14/05/2021 através do site www.comprasbr.com.br. O Edital **será disponibilizado no dia 04 de maio** e poderá ser adquirido no site www.pedroleopoldo.mg.gov.br ou www.comprasbr.com.br. Os licitantes deverão ficar atentos a comunicados e/ou alterações do edital (caso seja necessário), através dos mesmos sites. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos no e-mail: licitacao@pedroleopoldo.mg.gov.br ou no Tel. de contato: (31) 3660-5114/5154
PATRÍCIA DUARTE COSTA PEREIRA - PREGOEIRA.

TURBO BRASIL S.A. CNPJ : 02962068000187

Balanço Patrimonial Consolidado de 01/01/2020 até 31/12/2020

ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		**PASSIVO CIRCULANTE**	
NUMERÁRIOS EM CAIXA	16.702,22D	EMPRESTIMOS BANCARIOS E FINANCIAMENTOS	1.262.535,90C
BANCOS CONTA MOVIMENTO	6,05D	FORNECEDORES	719.911,69C
APLICAÇÕES	916.580,26D	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	1.304.007,52C
CLIENTES	6.185.374,25D	SALARIOS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS	102.863,95C
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	15.019,73D	PROVISÕES	1.759.560,38C
ESTOQUES	5.688.168,09D	**=T o t a l - PASSIVO CIRCULANTE**	**5.148.879,44C**
DESPESAS ANTECIPADAS	3.086,97D	**PATRIMÔNIO LIQUIDO**	
=T o t a l - ATIVO CIRCULANTE	**12.824.937,57D**	CAPITAL INTEGRALIZADO	2.000.010,00C
ATIVO NÃO CIRCULANTE		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO - SOMENTE ATÉ 2011	9.450.373,77C
SÓCIOS	7.653.704,36D	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	52.765,62D
DEPÓSITOS JUDICIAIS	2.670,96D	RESERVAS DE LUCRO	24.919.942,77C
PARTICIPAÇÕES	1.504.881,12D	**=T o t a l - PATRIMÔNIO LIQUIDO**	**36.317.560,92C**
INVESTIMENTOS	691.861,88D	**=T o t a l - PASSIVO**	**41.466.440,36C**
IMOBILIZADO	18.788.384,47D		
=T o t a l - ATIVO NÃO CIRCULANTE	**28.641.502,79D**		
=T o t a l - ATIVO	**41.466.440,36D**		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	
RECEITAS OPERACIONAIS	
RECEITA DE VENDAS/SERVIÇOS	31.954.492,04C
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA DE VENDAS/SERVIÇOS	2.360.728,33D
RECEITAS FINANCEIRAS	109.389,50C
RECUPERAÇÕES DIVERSAS	93.622,50C
=RECEITAS OPERACIONAIS	**29.796.775,71C**
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	
RECEITAS EVENTUAIS	10.000,00C
=RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	*******10.000,00C**
=T o t a l - RECEITA BRUTA	**29.806.775,71C**
DESPESAS/CUSTOS OPERACIONAIS	
CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	4.163.584,68D
DESPESAS COM PESSOAL	3.696.302,19D
DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO	12.534,00D
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	3.250.264,26D
IMPOSTOS E TAXAS	57.402,36D
DESPESAS BANCARIAS E FINANCEIRAS	156.125,92D
DESPESAS TRIBUTARIAS	3.227.039,80D
=DESPESAS/CUSTOS OPERACIONAIS	**14.563.253,21D**
=T o t a l - DESPESAS/CUSTOS	**14.563.253,21D**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**15.243.522,50**

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Turbo Brasil S.A., apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com o padrão contábil brasileiro, referentes ao exercício social de 2020.

A Companhia auferiu receitas operacionais no valor de R$29.796.775,71.

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas e fornecedores, bem como à equipe de colaboradores, pelo empenho e dedicação dispensados.

Contagem/MG, 12 de março de 2021..
A Administração

Ivandro Viveiros Ferreira
Diretor Administrativo e Financeiro

ECOVIA VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA.

CNPJ: 20.307.234/0001-93

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2020	2019
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	66	128
Contas a receber de clientes	1.638	1.336
Estoques	29	18
Impostos a recuperar	64	31
Outras contas a receber	163	43
Total do ativo circulante	**1.960**	**1.556**
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo:		
Mútuos a receber de partes relacionadas	-	363
Ativo fiscal diferido	38	52
	38	**415**
Imobilizado	50	19
Intangível	6.548	4.283
	6.598	**4.302**
Total do ativo não circulante	**6.636**	**4.717**
TOTAL DO ATIVO	**8.596**	**6.273**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	2019
CIRCULANTE		
Fornecedores	958	344
Empréstimos e financiamentos	902	612
Salários, benefícios e encargos sociais	200	148
Impostos, taxas e contribuições	195	205
Imposto de renda e contribuição social	66	49
Dividendos a pagar	1.857	985
Adiantamento de clientes	315	368
Total do passivo circulante	**4.493**	**2.711**
NÃO CIRCULANTE		
Mútuos a pagar a partes relacionadas	978	-
Empréstimos e financiamentos	1.810	2.244
Provisões	256	305
Total do passivo não circulante	**3.044**	**2.549**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	500	500
Lucros Acumulados	559	513
Total do patrimônio líquido	**1.059**	**1.013**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8.596**	**6.273**

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares reais)

	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**9.298**	**5.004**
Custo dos serviços prestados	(7.359)	(3.583)
LUCRO BRUTO	**1.939**	**1.421**
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas Comerciais	(1)	(2)
Despesas administrativas	(158)	(164)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2	(3)
RECEITAS E DEPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	**(157)**	**(169)**
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	**1.782**	**1.252**
RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		
Receitas financeiras	13	17
Despesas financeiras	(452)	(452)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	**(439)**	**(435)**
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**1.343**	**817**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Corrente	(411)	(299)
Diferido	(14)	(5)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**918**	**513**

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	918	513
Total do resultado abrangente da empresa	**918**	**513**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**500**	**-**	**-**	**500**
Lucro líquido do exercício	-	-	513	513
Reserva de lucros	-	513	(513)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**500**	**513**	**-**	**1.013**
Lucro líquido do exercício	-	-	918	918
Reserva de lucros	-	46	(46)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(872)	(872)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**500**	**559**	**-**	**1.059**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	918	513
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	880	438
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos e mútuos	314	384
Rendimentos financeiros inerentes à mútuos	(11)	(9)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	(49)	145
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	425	304
Aumento / Redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(302)	300
Impostos a recuperar	(33)	66
Estoques	(11)	(3)
Outras contas a receber	(120)	(19)
Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	289	4
Partes relacionadas	325	11
Salários, provisões e encargos sociais	52	(24)
Impostos, taxas e contribuições	(12)	(14)
Adiantamento de clientes	(53)	368
Outras contas a pagar	-	(2)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**2.612**	**2.462**
Imposto pagos sobre o lucro	(394)	(266)
Mútuos passivos - juros pagos	-	(60)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(140)	(366)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**2.078**	**1.770**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Mútuos ativos - aplicação	(266)	(467)
Mútuos ativos - recebimento principal	641	114
Aquisições de imobilizado	(3.176)	-
Adição de intangível	-	(502)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(2.801)**	**(855)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Mútuos passivos - captação	1.133	85
Mútuos passivos - pagamento principal	(160)	(800)
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(312)	(415)
Dividendos pagos	-	(1)
Caixa líquido gerado pelas / aplicado nas atividades de financiamento	**661**	**(1.131)**
AUMENTO / REDUÇÃO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(62)**	**(216)**
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	128	344
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	66	128
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(62)**	**(216)**

Domênico Barreto Granata - CPF: 013.014.936-51
Administrador

Marcio Aparecido Utrila
Contador - CRC 1SP235229/O-2-S-MG

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 78A6-C354-BA58-C6BB.

ORBIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ Nº 06.984.726/0001-92

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 da Orbis Ambiental S/A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Nova Lima, 19 de abril de 2021. **A Diretoria**.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Ativo	**Nota**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.422	16.471
Contas a receber de clientes	5	1.527	1.826
Impostos a recuperar	6	619	561
Estoques		5	5
Partes relacionadas	7	-	12.180
		19.573	31.043
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Partes relacionadas	7	27.154	27.000
Investimentos			
Controladas e coligadas	8	6.465	-
Imobilizado	9	8.852	9.937
		42.471	36.937
Total do Ativo		62.044	67.980
Passivo	**Nota**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Circulante			
Fornecedores		51	106
Empréstimos e financiamentos	10	538	379
Obrigações fiscais	11	1.370	1.313
Salários e obrigações sociais	12	399	405
Outras obrigações	13	473	297
		2.831	2.500
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	1.124	1.609
		1.124	1.609
Patrimônio líquido	14		
Capital social		48.107	48.107
Reservas de lucros		9.982	15.764
		58.089	63.871
Total do Passivo e Patrimônio líquido		62.044	67.980

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

		Reserva de lucros				
	Capital Social	**Reserva legal**	**Reserva de lucros a realizar**	**Total**	**Lucros acumulados**	**Total**
Saldos em 1º/01/2019	48.107	476	1.747	2.223	-	50.330
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.541	13.541
Constituição de reserva legal	-	677	-	677	(677)	-
Retenção de lucros	-	-	12.864	12.864	(12.864)	-
Saldos em 31/12/2019	48.107	1.153	14.611	15.764	-	63.871
Ajuste reflexo da investida Ecovital Ambiental S/A no resultado de exercícios anteriores	-	-	(755)	(755)	-	(755)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.273	11.273
Constituição de reserva legal	-	564	-	564	(564)	-
Retenção de lucros	-	-	10.709	10.709	(10.709)	-
Pagamento de dividendos conf. AGO de 27/07/2020	-	-	(16.300)	(16.300)	-	(16.300)
Saldos em 31/12/2020	48.107	1.717	8.265	9.982	-	58.089

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Receita operacional líquida	15	27.875	20.878
Custos dos serviços prestados	16	(5.582)	(4.827)
Lucro bruto		22.293	16.051
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas administrativas	17	(3.248)	(3.291)
Despesas tributárias		(205)	(47)
Resultado da equivalência patrimonial	8	(5.789)	-
Outras	18	1.325	1.528
		(7.917)	(1.810)
Resultado antes do resultado financeiro		14.376	14.241
Resultado Financeiro	19		
Receitas financeiras		1.506	3.560
Despesas financeiras		(357)	(40)
		1.149	3.520
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		15.525	17.761
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	20		
Imposto de renda		(3.120)	(3.097)
Contribuição social		(1.132)	(1.123)
		(4.252)	(4.220)
Lucro líquido do exercicio		11.273	13.541
Lucro por ação		0,23	0,28

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31.12.2020	**31.12.2019**
Lucro Líquido do Exercício	11.273	13.541
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	11.273	13.541

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31.12.2020	**31.12.2019**
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	11.273	13.541
Ajustes por:		
Depreciação	1.033	700
Valor residual do imobilizado baixado	1.255	-
Remuneração sobre debêntures	(154)	-
Resultado da equivalência patrimonial	5.789	-
Lucro ajustado	19.196	14.241
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (diminuição) em contas a receber	299	(205)
Aumento (diminuição) em impostos a recuperar	(58)	(63)
Aumento (diminuição) em estoques	-	(5)
Aumento (diminuição) em partes relacionadas	12.180	(12.180)
Aumento (diminuição) em fornecedores	(55)	(229)
Aumento (diminuição) em obrigações fiscais a pagar	57	307
Aumento (diminuição) em obrigações com pessoal	(6)	7
Aumento (diminuição) em outras obrigações	175	53
Caixa líqudo gerado das operações	31.788	1.926
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.203)	(2.260)
Aquisição de investimento	(13.008)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	(14.211)	(2.260)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(16.300)	-
Venda de títulos e valores mobiliários	-	12.000
Captação/(pagamento) de empréstimos e financiamentos	(326)	1.988
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(16.626)	13.988
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	951	13.654
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.471	2.817
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	17.422	16.471
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	951	13.654

As notas explicativas da administração
são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto Operacional: 1.1. Objeto social: A Orbis Ambiental S/A ("Orbis" ou "Companhia") é uma Companhia por ações de capital fechado, constituída em agosto de 2004. Sua sede é no município de Nova Lima – Belo Horizonte – Brasil. A Orbis atua nas seguintes áreas: • Atendimento à demanda dos municípios brasileiros que vêm adotando a terceirização de serviços de limpeza através de contratos de prestação de serviços ou concessões de serviços públicos; • Construção de aterros sanitários, por iniciativa própria, que atendam a várias cidades em conjunto; • Recuperação de áreas degradadas e de deposição irregular de resíduos; • Manutenção de áreas verdes, parques e jardins, conservação de monumentos e logradouros públicos; • Locação de máquinas, veículos e equipamentos sem mão de obra associada; • Participação em outras sociedades. **1.2. Operações da Companhia:** As investidas da Orbis Ambiental S/A e suas respectivas áreas de negócio são: **Central de Gerenciamento Ambiental Figueiras Ltda.:** Sociedade empresária limitada que tem como objeto social a implantação e operação de empreendimento voltado ao gerenciamento de resíduos sólidos ou rejeitos, perigosos e não perigosos, contemplando: transporte, transbordo, tratamento, destinação final de resíduos ambientalmente adequada e disposição final de rejeitos ambientalmente adequada. Em 31 de dezembro de 2020 a sociedade encontra-se em fase pré-operacional. **Ecol Saneamiento Ambiental S.A.S.:** Sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Bogotá-Colômbia que tem como objetivo específico os serviços de: a) execução de serviços de limpeza pública e privada, incluindo coleta e transporte de resíduos domésticos, urbanos, industriais e especiais; b) serviços de varredura de ruas, praças e logradouros; c) construção, operação e manutenção de sistemas de disposição de resíduos sólidos; d) operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação e exploração dos serviços públicos de coleta de lixo em geral; e) construção, implantação, operação, manutenção, controle e operação de unidades de reciclagem e compostagem de resíduos e aterro sanitário; f) coleta, transporte e tratamento de resíduos dos serviços de saúde; g) recuperação de áreas degradadas; h) recuperação de áreas de deposição irregular de resíduos; i) implantação, modernização e manutenção de áreas verdes, parques e jardins; j) limpeza e conservação de monumentos e locais públicos; k) o desempenho de serviços e atividades relevantes e relacionados; l) participação com recursos próprios em outras empresas; m) aluguel de máquinas, equipamentos e veículos, sem mão de obra associada; n) consultoria na área ambiental; o) participação, a critério do Conselho de Administração, em consórcio com empresas congêneres, com o objetivo de contestar ofertas e realizar serviços relacionados aos demais objetivos do seu estatuto social; p) assessoria comercial, em atividades intermediárias, para sociedades controladas, coligadas ou controladas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2020 a sociedade encontra-se em fase pré-operacional. **Ecovital Central de Gerenciamento Ambiental S/A:** Sociedade por ações de capital fechado que tem como objeto social o tratamento, inclusive térmico, gestão, gerenciamento e remediação de áreas contaminadas, armazenamento e operações de estações de transferência, blindagem, disposição final de resíduos e rejeitos industriais em qualquer estado físico, execução de serviços de engenharia ambiental, assim como análises, consultorias, assessorias e projeto relacionados ao meio ambiente e prestação de serviços ligados à área de engenharia ambiental. **Arendal Locadora Ltda.:** Sociedade empresária limitada que tem como objeto social a exploração do ramo de locação de veículos, máquinas e equipamentos, novos ou usados, nacionais ou importados, de sua propriedade, sem a utilização de mão de obra. **1.3 - Efeitos da pandemia da COVID-19:** A Orbis Ambiental S.A. adotou providências para que seus empreendimentos pudessem continuar operando, e manteve em andamento a totalidade dos empreendimentos. Não obstante todo o esforço operacional empregado, a Orbis Ambiental S.A. também adotou medidas para preservação de caixa, em linha com toda a legislação emanada pelos Municípios, Estados e União com relação ao enfrentamento da Pandemia Covid-19. Entre elas podemos citar: a colocação de parte do quadro de funcionários administrativos em regime de *home-office*, a redução percentual de salários, a postergação de tributos e o afastamento imediato dos colaboradores acima de 60 anos. A Administração da Companhia e de suas controladas e coligadas tem envidado os maiores esforços para a preservação de emprego e manutenção da renda, permanecendo em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança de seus empregados e usuários, bem como assegurar o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia e de suas controladas. Entendemos que a retomada da atividade econômica, associada ao fim das restrições de movimentação e contato social, trará importante impulso aos setores de infraestrutura e de construção, beneficiados pelos juros mais baixos e retomada dos programas de investimentos públicos e concessões. Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos possíveis impactos da Covid-19 em seus negócios e nos de suas controladas, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração concluiu que não houve efeitos materiais que afetassem significativamente a sua situação patrimonial e financeira em relação as suas demonstrações contábeis. Entretanto, o efeito financeiro e econômico para o Grupo dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica. A Administração continuará monitorando os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações contábeis. **2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: 2.1 - Base de preparação e apresentação demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) , em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem como as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC – PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). Em 19 de abril de 2021, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (d). **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2019. **e) Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade. **2.2 - Novas normas e pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis:** Na data de autorização destas demonstrações contábeis, a Companhia não adotou os CPCs novos e revisados a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

Norma ou interpretação	**Descrição**	**Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após**
Alterações no CPC 36(R3)/ IFRS 10 e no CPC 18(R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "*Joint Venture*"	Postergada indefinidamente
Alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/ IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16	Reforma da taxa de juros de referência	A partir de 1º de janeiro de 2021
Alterações ao CPC 27/IAS 16	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	A partir de 1º de janeiro de 2022
Alterações ao CPC 15/IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	A partir de 1º de janeiro de 2022
Alterações ao CPC 26/IAS 1	Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante	A partir de 1º de janeiro de 2023

A administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis em períodos futuros. **3 - Resumo das Principais Políticas Contábeis: a. Apuração do resultado:** É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios. **b. Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa n° 4. ***Empréstimos e recebíveis:*** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. ***Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:*** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **c. Contas a receber:** Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Atualmente a Companhia possui como prática para o registro de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, registrar apenas a provisão de saldos referentes a contratos encerradoscom órgãos públicos. **d. Estoque:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação. A Companhia utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **e. Imobilizado:** Demonstrado aos custos de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações que não superam o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, conforme descrito na Nota Explicativa nº 9. A Companhia avalia a cada exercício o valor para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Um ativo imobilizado é considerado passível de ajuste de desvalorização quando seu valor contábil exceder seu valor recuperável. **f. Investimentos:** Investimentos em controladas e coligadas, avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com base em Demonstrações Contábeis das Empresas investidas. Os resultados apurados estão demonstrados como resultado operacional na conta de resultado de equivalência patrimonial. Investimentos em Entidades Controladas e Coligadas: Entidades controladas são aquelas que, de forma direta ou indireta, a controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para a obtenção de benefícios de suas atividades normalmente acompanhadas de uma participação de mais do que a metade dos direitos de voto (capital votante). Coligadas, são investimentos onde a Companhia tem o poder de exercer uma influência significativa, mas que não detém o controle ou o controle conjunto através da participação nas decisões financeiras e operacionais da Companhia. O uso do método da equivalência patrimonial é suspenso a partir da data em que a Companhia deixar de ter influência sobre a coligada. **g. Redução ao valor recuperável de não financeiros (*impairment*): *Ativos não financeiros:*** Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelo regime de tributação do Lucro Presumido. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 32% do faturamento da Companhia, acrescido de outras receitas operacionais. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%. A contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9%. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **i. Reconhecimento de receita:** A receita operacional, (serviços e locação) são reconhecidas por ocasião da efetiva prestação de serviços, quando incorridas e auferidas e possam ser mensuradas de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **j. Resultado básico por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período. **k. Demonstração dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalente de Caixa	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Bancos conta movimento	1.128	1.018
Aplicações financeiras	16.448	15.453
Caixa e Equivalentes de Caixa líquido	**17.576**	**16.471**

(i) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 - Contas a Receber de Clientes	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Saldos vincendos	1.077	1.360
Saldos vencidos até 180 dias	33	67
Saldos vencidos há mais de 180 dias	417	399
Total	**1.527**	**1.826**

Conforme política definida pela administração da Companhia, os títulos vencidos há mais de 365 dias somente são provisionados para perdas se relacionados a contratos públicos já encerrados.

6 - Impostos a Compensar	**31.12.2020**	**31.12.2019**
IRRF por terceiros a compensar	-	10
ISS a compensar	-	4
INSS a compensar	619	547
	619	**561**

7 - Partes relacionadas - Debêntures	**% de**		
Ativo	**Participação**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Circulante			
Empréstimos a receber			
ECOVITAL - Central de Gerenciamento Ambiental S/A	28,21%	-	12.180
		-	**12.180**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
MACAÚBAS Meio Ambiente S/A	-	27.154	27.000
		27.154	**27.000**
Total Ativo		**27.154**	**39.180**

Em 26 de outubro de 2018, conforme AGE, a Companhia incorporou parcela cindida da Vital Engenharia Ambiental S/A. Dentre os ativos incorporados estão 39.000 (trinta e nove mil) debêntures, da espécie quirografária, conversíveis da Empresa Macaúbas Meio Ambiente S/A, totalizando R$39.000), com taxa equivalente a 125% do CDI e vencimento em 10 de abril de 2022. Em 21 de novembro de 2019 foi aprovado, em AGE, a amortização parcial pela Companhia de 12.000 (doze mil) debêntures, totalizando R$12.000. Em decorrência da amortização parcial das debêntures, o valor total da 1ª Emissão, passa de R$39.000) para R$27.000. Em 22 de maio de 2020 a Companhia subscreveu um aumento no Capital Social da Ecovital – Central de Gerenciamento Ambiental S/A, mediante capitalização do crédito decorrente de contratos de mútuo, no valor de R$12.358 (doze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil reais), através da emissão de 12.357.180 (doze milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, cento e oitenta) novas ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

8 - Investimentos: O quadro abaixo apresenta a composição do saldo do Investimento em controladas, coligadas e empreendimento controlados em conjunto.

a) Composição		**31.12.2020**			**31.12.2019**	
Descrição	**%**	**Investimento**	**Equiv. Patrimonial**	**%**	**Investimento**	**Equiv. Patrimonial**
Central de Gerenciamento Ambiental FIGUEIRAS Ltda.	99,99	100	-	-	-	-
ECOL Saneamiento Ambiental S.A.S	52,00	536	(16)	-	-	-
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	28,21	5.817	(5.785)	-	-	-
ARENDAL Locadora Ltda.	0,01	12	12	0,01	-	-
TOTAL		**6.465**	**(5.789)**		**-**	**-**

b) Movimentação					
Descrição	**Investimento em 31.12.2019**	**Aportes**	**Ajustes (i)**	**Equiv. Patrimonial**	**Investimento em 31.12.2020**
Central de Gerenciamento Ambiental FIGUEIRAS Ltda.	-	100	-	-	100
ECOL Saneamiento Ambiental S.A.S	-	551	-	(15)	536
ECOVITAL – Central de Gerenciamento Ambiental S/A	-	12.357	(755)	(5.785)	5.817
ARENDAL Locadora Ltda.	-	-	-	12	12
TOTAL	**-**	**13.008**	**(755)**	**(5.788)**	**6.465**

(i) Ajuste reflexo na Investida Ecovital Central de Gerenciamento Ambiental S/A referente a baixa para resultado, com efeito direto no patrimônio líquido, de adiantamentos a fornecedores cuja conclusão e valor dos serviços está em discussão administrativa e o êxito foi considerado remoto. O investimento na Ecovital – Central de Gerenciamento Ambiental S/A no valor de R$12.358 (doze milhões, trezentos e cinquenta e oito mil reais) se deu através da capitalização de créditos de mútuo que a Companhia possui junto à investida, conforme demonstrado na Nota Explicativa Nº 7.

continua

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 12F3-5FDA-20BB-E1F1.

ORBIS AMBIENTAL S.A. - CNPJ Nº 06.984.726/0001-92

continuação

9 - Imobilizado

a) Composição

	Taxa Anual de Depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2020 Valor residual	31.12.2019 Valor residual
Terrenos	-	1.685	-	1.685	1.685
Instalações	10	10.139	(6.463)	3.676	3.866
Equipamentos de campo e auxiliar	20	3.789	(919)	2.870	3.492
Veículos	20	1.028	(407)	621	894
		16.641	**(7.789)**	**8.852**	**9.937**

b) Movimentação do imobilizado

Descrição	Terrenos	Instalações	Equip. de Campo e Aux.	Veículos	Total
Saldo líquido em 31/12/2019	**1.685**	**3.866**	**3.492**	**894**	**9.937**
Adições	-	-	7	1.067	1.074
Baixas	-	-	-	(1.126)	(1.126)
(-) Depreciações/Amortizações	-	(190)	(629)	(214)	(1.033)
Saldo líquido em 31/12/2020	**1.685**	**3.676**	**2.870**	**621**	**8.852**
Saldo líquido em 31/12/2018	**1.685**	**4.055**	**1.577**	**1.060**	**8.377**
Adições	-	1	2.208	91	2.300
Baixas	-	-	-	(40)	(40)
(-) Depreciações/Amortizações	-	(190)	(293)	(217)	(700)
Saldo líquido em 31/12/2019	**1.685**	**3.866**	**3.492**	**894**	**9.937**

10 - Empréstimos e financiamentos

	Circulante		Não Circulante	
Agente Financeiro	**31.12.2020**	**31.12.2019**	**31.12.2020**	**31.12.2019**
Caterpillar Financial S/A	538	378	1.124	1.609
Total	**538**	**378**	**1.124**	**1.609**

Todos os contratos são de CDC com taxa prefixada de 12,12% a.a, utilizando como garantia da operação os próprios bens, registrados em equipamentos de campo.

a) Cronograma de vencimentos

Ano	31.12.2020	31.12.2019
2020	-	378
2021	538	568
2022	604	568
2023	520	473
Total	**1.662**	**1.987**

11 - Obrigações fiscais	31.12.2020	31.12.2019
PIS s/Faturamento	20	16
COFINS s/Faturamento	92	73
ISS s/Faturamento	148	118
Obrigações fiscais sobre lucro	1.045	1.050
Impostos retidos de terceiros	65	56
	1.370	**1.313**

12 - Salários e obrigações Sociais	31.12.2020	31.12.2019
Salários a pagar	77	78
Provisão de férias e encargos	270	269
Encargos sociais a recolher	52	58
	399	**405**

13 - Outras Obrigações	31.12.2020	31.12.2019
Credores diversos	198	297
Adiantamento p/venda de ativo imobilizado	274	-
	472	**297**

14 - Patrimônio líquido: a) Capital Social: O capital social em 31 de dezembro de 2020, totalmente subscrito e integralizado é de R$48.107.578 (quarenta e oito milhões, cento e sete mil, quinhentos e setenta e oito reais), representado por 48.107.578 (quarenta e oito milhões, cento e sete mil e quinhentas e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O capital social da Companhia é composto da seguinte forma:

Acionista	Ações Ordinárias Quantidade	Participação
Queiroz Galvão S/A	14.744.973	30,65%
Gama FIP	33.362.605	69,35%
	48.107.578	100,00%

b) Distribuição de lucros: O Estatuto prevê que dos lucros líquidos apurados nos exercícios serão destinados 5% (cinco por cento) à constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social e 3% (três por cento) à distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral deliberar pela distribuição a menor.

	31.12.2020
Lucro Líquido do Exercício	11.273
Reserva Legal	(564)
Dividendos mínimos pagos	(321)
Dividendos adicionais pagos	(3.115)
Saldo à disposição da Assembleia	**7.273**

Em 2020 a Companhia distribuiu dividendos aos seus acionistas no montante de R$3.436 (três milhões, quatrocentos e trinta e seis mil reais), sendo R$321 (trezentos e vinte e um mil reais) a título de dividendos mínimos obrigatórios e R$3.115 (três milhões, cento e quinze mil reais) a título de dividendos adicionais. **c) Reserva de retenção lucros:** O Estatuto prevê que após a constituição da reserva legal e da distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, a Assembleia Geral poderá deliberar pela retenção de todo o lucro.

d) Resultado por ação	Resultado do Exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação
31.12.2020	11.273	48.107	0,23
31.12.2019	13.541	48.107	0,28

15 - Receita operacional líquida	31.12.2020	31.12.2019
Receita de Serviços	29.357	22.384
Receita de Locação	1.097	446
Total de Receita Bruta	**30.454**	**22.830**
(-) ISS	(1.468)	(1.119)
(-) PIS	(198)	(148)
(-) COFINS	(913)	(685)
Total de Impostos s/ Faturamento	**(2.579)**	**(1.952)**
Receita Operacional Líquida	**27.875**	**20.878**

16 - Custos dos serviços prestados	31.12.2020	31.12.2019
Insumos	(1)	(16)
Pessoal	(296)	(416)
Locação	(19)	(37)
Serviços de terceiros	(4.009)	(3.484)
Depreciações/Amortizações	(1.033)	(700)
Outros	(224)	(174)
	(5.582)	**(4.827)**

17 - Despesas administrativas	31.12.2020	31.12.2019
Pessoal	(2.739)	(2.995)
Locação	(102)	(100)
Serviços de terceiros	(365)	(98)
Outros	(42)	(98)
	(3.248)	**(3.291)**

18 - Resultado financeiro líquido	31.12.2020	31.12.2019
Receitas Financeiras		
Sobre aplicações financeiras	618	447
Remuneração de debêntures	888	2.981
Juros	-	132
Total	**1.506**	**3.560**
Despesas Financeiras		
Bancária	(12)	(11)
Juros	(78)	(29)
Encargos s/financiamentos	(267)	-
Total	**(357)**	**(40)**
Resultado Financeiro Líquido	**1.149**	**3.520**

19 - Outras receitas operacionais	31.12.2020	31.12.2019
Outras Receitas		
Ganho na alienação de ativo imobilizado	1.255	1.528
Eventuais	70	-
Total	**1.325**	**1.528**

20 - Despesas de IRPJ e CSLL: Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado:

	31.12.2020	31.12.2019
Receita bruta sujeita a 32%	30.454	23.105
Lucro presumido 32%	9.745	7.394
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	2.831	5.088
Base de cálculo	12.576	12.482
IRPJ 15%	(1.886)	(1.872)
IRPJ adicional 10%	(1.234)	(1.224)
	(3.120)	(3.096)
CSLL 9%	(1.132)	(1.123)
Total de IRPJ e CSLL	(4.252)	(4.220)

21 - Gestão de Riscos Financeiros: a) Considerações Gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. **b) Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia está exposta: (i) a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e (iii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e outras contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Diretoria: Sebastião da Costa Pereira Neto; Andre Luís Pereira Gomes.
Contador: Walter Luis da Silva Junior - CRC-RJ 093.575/O-7.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Orbis Ambiental S.A. - Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Orbis Ambiental S.A.("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Orbis Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 25 de março de 2020, sem modificação. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasilaplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria, além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2021.

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP 025.583/O-1

Marcio Romulo Pereira
CT CRC RJ 076774-O – 7

VALIAS ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ 07.136.883/0001-00

Balanço Patrimonial - Ativo	2020	2019
Ativo Circulante	**72814,70 D**	**187559,12 D**
Disponível	**23544,09 D**	**62559,12 D**
Caixa	376,77 D	376,77 D
Bancos com Movimento	23167,32 D	62182,35 D
Realizável a Curto Prazo	**49270,61 D**	**125000,00 D**
Créditos	**49270,61 D**	**125000,00 D**
Duplicatas a Receber	49270,61 D	0,00 D
Créditos Diversos	0,00 D	125000,00 D
Ativo Não Circulante	**9492806,73 D**	**9469306,73 D**
Investimentos	**14244,75 D**	**14244,75 D**
Participações Societárias	14244,75 D	14244,75 D
Imobilizado	**9478561,98 D**	**9455061,98 D**
Imobilizado	9478561,98 D	9455061,98 D
Total do Ativo	**9565621,43 D**	**9656865,85 D**

Balanço Patrimonial - Passivo	2020	2019
Passivo Circulante	**1071158,56 C**	**1565220,28 C**
Exigível	**1071158,56 C**	**1565220,28 C**
Fornecedores	4942,35 C	0,00 D
Obrigações Tributárias	1808,40 C	4562,50 C
Empréstimos e Financiamentos	0,00 D	100,00 C
Contas a Pagar	1052998,55 C	1525757,78 C
Apropriações	11409,26 C	34800,00 C
Passivo Não Circulante	**191135,05 C**	**429135,05 C**
Exigível a Longo Prazo	**191135,05 C**	**429135,05 C**
Contas a Pagar	191135,05 C	429135,05 C
Patrimônio Líquido	**8303327,82 C**	**7662510,52 C**
Capital Social	**6247085,62 C**	**6247085,62 C**
Capital Social	6247085,62 C	6247085,62 C
Lucros/Prejuízos Acumulados	**1808558,07 C**	**1276569,23 C**
Lucros do Exercício	1808558,07 C	1276569,23 C
Reserva de Lucros	**202684,13 C**	**138855,67 C**
Reserva Legal	202684,13 C	138855,67 C
Adiant. p/Futuro Aum. Capital	**45000,00 C**	**0,00 D**
Adiant. p/Futuro Aum. Capital	45000,00 C	0,00 D
Total do Passivo	**9565621,43 C**	**9656865,85 C**

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro

	2020	2019
Receita Bruta	**1844210,89 C**	**1500000,00 C**
Receitas com Aluguéis	561722,04 C	1500000,00 C
Receita da Atividade Rural	1282488,85 C	0,00 D
Deduções da Receita Bruta	**46793,86 D**	**54750,00 D**
(-) Tributos Incidentes	20502,85 D	54750,00 D
(-) Tributos Incidentes - Ativ. Rural	26291,01 D	0,00 D
Despesas	**76145,64 D**	**36708,52 D**
(-) Despesas com Pessoal	11606,06 D	0,00 D
(-) Despesas Financeiras	6,00 D	3,98 D
(-) Despesas Operacionais	30456,01 D	36704,54 D
(-) Despesas Operac. da Ativ. Rural	33625,48 D	0,00 D
(-) Despesas Financ. da Ativ. Rural	452,09 D	0,00 D
Outras Receitas	**238158,27 C**	**7227,75 C**
(+) Receitas Financeiras	158,27 C	7227,75 C
(+) Outras Receitas	238000,00 C	0,00 D
Provisão para Contribuição Social	**49527,71 D**	**43200,00 D**
(-) Provisão Contribuição Social	35676,83 D	43200,00 D
(-) Provisão Contr. Social-Ativ.Rural	13850,88 D	0,00 D
Provisão para Imposto de Renda	**101343,88 D**	**96000,00 D**
(-) Provisão Imposto de Renda	79694,10 D	96000,00 D
(-) Provisão Imp.Renda - Ativ.Rural	21649,78 D	0,00 D
Lucro/Prej. Líquido do Exercício	**1808558,07 C**	**1276569,23 C**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social Realizado Dez./2020	Dez./2019	Lucros do Exercício Dez./2020	Dez./2019	Lucros a Realizar Dez./2020	Dez./2019	Reservas de Lucros Dez./2020	Dez./2019	Adiant.p/Fut. Aum. Capital Dez./2020	Dez./2019	Total Dez./2020	Dez./2019
Saldo Inicial	6247085,62 C	6247085,62 C	1276569,23 C	1498949,56 C	0,00 D	0,00 D	138855,67 C	63908,20 C	0,00 D	0,00 D	**7662510,52 C**	**7809943,38 C**
Apuração de Resultado do Exercicio	0,00 D	0,00 D	1808558,07 C	1276569,23 C	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	**1808558,07 C**	**1276569,23 C**
Transferencia para Dividendos a Distribuir	0,00 D	0,00 D	1212740,77 D	1498949,56 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	**1212740,77 D**	**1498949,56 D**
Transferencia p/Reserva Legal	0,00 D	0,00 D	63828,46 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	63828,46 C	74947,47 C	0,00 D	0,00 D	**0,00 D**	**74947,47 C**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	45000,00 C	0,00 D	**45000,00 C**	**0,00 D**
Saldo Final	6247085,62 C	6247085,62 C	1808558,07 C	1276569,23 C	0,00 D	0,00 D	202684,13 C	138855,67 C	45000,00 C	0,00 D	**8303327,82 C**	**7662510,52 C**

Adaoney Pereira Valias - Administrador - CPF 495.854.286-87 **Geraldo Majela Teodoro** - Contador CRC/MG - 46.637 - CPF 502.710.756-00

EDMIL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES SA
CNPJ 07.152.336/0001-19

Balanço Patrimonial - Ativo	2020	2019
Ativo Circulante	**95773,80 D**	**196021,36 D**
Disponível	**43623,20 D**	**68626,36 D**
Caixa	1141,42 D	1141,42 D
Bancos com Movimento	42481,78 D	67484,94 D
Realizável a Curto Prazo	**52150,60 D**	**127395,00 D**
Créditos	**52150,60 D**	**127395,00 D**
Duplicatas a Receber	52150,60 D	0,00 D
Créditos Diversos	0,00 D	126765,00 D
Impostos e Contribuições a Recuperar	0,00 D	630,00 D
Ativo Não Circulante	**9712904,94 D**	**9667904,94 D**
Investimentos	**14685,38 D**	**14685,38 D**
Participações Societárias	14685,38 D	14685,38 D
Imobilizado	**9698219,56 D**	**9653219,56 D**
Imobilizado	9698219,56 D	9653219,56 D
Total do Ativo	**9808678,74 D**	**9863926,30 D**

Balanço Patrimonial - Passivo	2020	2019
Passivo Circulante	**195909,44 C**	**770056,61 C**
Exigível	**195909,44 C**	**770056,61 C**
Fornecedores	183,00 C	0,00 D
Obrigações Tributárias	1925,20 C	4630,03 C
Contas a Pagar	181070,92 C	730022,74 C
Apropriações	12730,32 C	35403,84 C
Patrimônio Líquido	**9612769,30 C**	**9093869,69 C**
Capital Social	**7636763,04 C**	**7636763,04 C**
Capital Social	7636763,04 C	7636763,04 C
Lucros/Prejuízos Acumulados	**1718899,79 C**	**1310526,51 C**
Lucros do Exercício	1718899,79 C	1310526,51 C
Reserva de Lucros	**212106,47 C**	**146580,14 C**
Reserva Legal	212106,47 C	146580,14 C
Adiant. p/Futuro Aum. Capital	**45000,00 C**	**0,00 D**
Adiant. p/Futuro Aum. Capital	45000,00 C	0,00 D
Total do Passivo	**9808678,74 C**	**9863926,30 C**

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro

	2020	2019
Receita Bruta	**1908572,64 C**	**1529770,00 C**
Receitas com Aluguéis	601471,97 C	1529770,00 C
Receita de Atividade Rural	1307100,67 C	0,00 D
Deduções da Receita Bruta	**48749,26 D**	**55836,62 D**
(-) Tributos Incidentes	21953,72 D	55836,62 D
(-) Tributos Incidentes - Ativ. Rural	26795,54 D	0,00 D
Receita Líquida	**1859823,38 C**	**1473933,38 C**
Despesas	**60440,75 D**	**27612,12 D**
(-) Despesas com Pessoal	11606,06 D	0,00 D
(-) Despesas Financeiras	6,00 D	2,74 D
(-) Despesas Operacionais	13912,43 D	27609,38 D
(-) Despesas Operac. da Ativ. Rural	34916,26 D	0,00 D
Outras Receitas	**2590,69 C**	**7609,03 C**
(+) Receitas Financeiras	2590,69 C	7609,03 C
Resultado Exerc.Antes CSLL e IR	**1801973,32 C**	**1453930,29 C**
Provisão p/Contribuição Social	**31672,24 D**	**44057,38 D**
(-) Provisão Contribuição Social	17555,55 D	44057,38 D
(-) Provisão Contrib.Social-Ativ.Rural	14116,69 D	0,00 D
Provisão para Imposto de Renda	**51401,29 D**	**99346,40 D**
(-) Provisão Imposto de Renda	29259,27 D	99346,40 D
(-) Provisão Imp. Renda - Atividade	22142,02 D	0,00 D
Lucro/Prej. Líquido do Exercício	**1718899,79 C**	**1310526,51 C**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social Realizado Dez./2020	Dez./2019	Lucros do Exercício Dez./2020	Dez./2019	Lucros a Realizar Dez./2020	Dez./2019	Reservas de Lucros Dez./2020	Dez./2019	Adiant.p/Fut. Aum. Capital Dez./2020	Dez./2019	Total Dez./2020	Dez./2019
Saldo Inicial	7636763,04 C	7636763,04 C	1310526,51 C	1578523,81 C	0,00 D	0,00 D	146580,14 C	67653,95 C	0,00 D	0,00 D	**9093869,69 C**	**9282940,80 C**
Apuração de Resultado do Exercicio	0,00 D	0,00 D	1718899,79 C	1310526,51 C	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	**1718899,79 C**	**1310526,51 C**
Transferencia para Dividendos a Distribuir	0,00 D	0,00 D	1245000,18 D	1578523,81 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	**1245000,18 D**	**1578523,81 D**
Transferencia p/Reserva Legal	0,00 D	0,00 D	65526,33 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	65526,33 C	78926,19 C	0,00 D	0,00 D	**0,00 D**	**78926,19 C**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	0,00 D	45000,00 C	0,00 D	**45000,00 C**	**0,00 D**
Saldo Final	7636763,04 C	7636763,04 C	1718899,79 C	1310526,51 C	0,00 D	0,00 D	212106,47 C	146580,14 C	45000,00 C	0,00 D	**9612769,30 C**	**9093869,69 C**

Edmilson Pereira Valias - Administrador - CPF 285.489.736-68 **Geraldo Majela Teodoro -** Contador CRC/MG - 46.637 - CPF 502.710.756-00

unidas

COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS
CNPJ/ME Nº 10.215.988/0001-60 / NIRE 31.300.136.973
(Companhia Aberta de Capital Autorizado)
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Senhores acionistas da **COMPANHIA DE LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS** ("Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada, em segunda convocação, no dia 10 de maio de 2021, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, situada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 1781, 12º andar, Bairro Luxemburgo, CEP 30.380-457, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:**(a)** deliberar sobre a modificação do Parágrafo 1º do Artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, de modo a adequá-lo às exigências do Novo Mercado. **(b)** deliberar sobre a modificação do Parágrafo 1º do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para simplificar a estrutura dos Comitês Estatutários da Companhia. **(c)** deliberar sobre a modificação do Parágrafo 2º do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, de modo a adequar os critérios para consideração do Conselheiro Independente. **(d)** deliberar sobre a inclusão do Parágrafo 9º do Artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, de modo a estabelecer os critérios para caracterização do Conselheiro Independente. **(e)** deliberar sobre a modificação do Parágrafo 2º do Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, de modo a adequar as regras aplicáveis às reuniões trimestrais do Conselho de Administração que contenham reportes do Comitê de Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos. **(f)** deliberar sobre a modificação do inciso (vi) do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, de modo a adequar as regras aplicáveis à aprovação e criação dos regimentos internos dos Comitês da Companhia.**(g)** deliberar sobre a inclusão do inciso (xxix) do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, de modo a adequar as regras aplicáveis à aprovação do código de conduta da Companhia. **(h)** deliberar sobre a inclusão do inciso (xxx) do Artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, de modo a adequar a competência do Conselho de Administração para estabelecer a política e os valores de alçada da Diretoria para efetuar aplicações financeiras. **(i)** deliberar sobre a modificação da alínea (a) do Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, de modo a flexibilizar as regras de representação da Companhia. **(j)** deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia, caso aprovadas as alterações promovidas nos itens (a) a (i) acima, consolidando a sua redação. **Instruções Gerais aos Acionistas**: Com o fim de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, a Companhia solicita aos Senhores acionistas que pretendam tomar parte na Assembleia Geral ora convocada que apresentem, preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data da sua respectiva realização (isto é, até às 14:00 horas do dia **06 de maio de 2021**: **(i)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente datado de até 02 (dois) dias úteis antes da realização da Assembleia Geral; e **(ii)** instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador. Sem prejuízo, os Senhores acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à Assembleia Geral munidos de documentos que comprovem a sua identidade e os seus poderes, conforme o caso. Os instrumentos de mandato deverão **(i)** ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano e para procurador que seja acionista da Companhia, administrador da Companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira, observado que **(a)** se pessoa jurídica: o acionista pode ser representado por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras da Lei nº 10.406/2002, conforme alterada ("Código Civil"), não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira; e **(b)** se fundo de investimento: o acionista por ser representado pelo seu administrador e/ou gestor (conforme o caso) ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil, não havendo necessidade, neste caso, de que o procurador seja acionista, administrador da companhia, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou instituição financeira; e **(ii)** ser acompanhados dos documentos que comprovem os poderes de representação e identidade do outorgante e do outorgado, conforme o caso. Solicitamos aos Senhores acionistas que depositem ou enviem por correspondência os referidos documentos: **(i)** para a sede social da Companhia, situada na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.781, 12º andar, bairro Luxemburgo, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30380-457, aos cuidados do Departamento Jurídico da Companhia; ou **(ii)** por correio eletrônico assembleias@unidas.com.br, preferencialmente, no prazo de até 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia Geral ora convocada (isto é, até às 14:00 **horas do dia 06 de maio de 2021**). Considerando que as matérias constantes da Ordem do Dia a serem analisadas na Assembleia Geral não se encontram nas hipóteses indicadas no parágrafo 1º do Artigo 21-A da Instrução CVM 481, a Companhia esclarece que **não** oferecerá, para a Assembleia Geral ora convocada, a possibilidade de voto por meio do boletim de voto a distância. Todos os documentos pertinentes à Ordem do Dia a serem analisados ou discutidos na Assembleia Geral, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração da Companhia, bem como aqueles exigidos nos termos do Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e na forma da Instrução da CVM 481, encontram-se disponíveis aos Senhores acionistas, a partir desta data: **(i)** na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão na rede mundial de computadores (www.b3.com.br); **(ii)** na página da CVM na rede mundial de computadores (www.cvm.gov.br); **(iii)** na sede social da Companhia, conforme endereço acima mencionado; e **(iv)** na página da Companhia na rede mundial de computadores (ri.unidas.com.br). Belo Horizonte/MG, 30 de abril de 2021. **EDUARDO LUIZ WURZMANN -** Presidente do Conselho de Administração

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código FC40-2162-BA6C-D5DC.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG

Aviso de abertura da 3ª sessão do Processo Licitatório nº 225/2021, Tomada de Preços nº 008/2020, para abertura dos envelopes "D" contendo as Propostas Comerciais. Dia 03/05/2021, às 09h30min, na Sala de Pregões da Prefeitura Municipal. Objeto: Contratação de Serviços de Publicidade prestados por intermédio de Agência de Propaganda. Mais informações pelo telefone (37) 3226.9031. Nova Serrana, 28 de abril de 2021. Elaine Maria Ribeiro Pires – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA/MG

Torna Público o aviso de licitação, referente ao PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2021, objetivando a prestação de serviços gráficos-Credenciamento: 12/05/2021 às 09h00min, Abertura 12/05/2021 às 09h15min. Interessados manter contato: (38) 3834-1748 pelo e-mail: licitacao@novaporteirinha.mg.gov.br ou diretamente na sede do município, na Av. Tancredo de Almeida Neves, 260 - Centro, Nova Porteirinha-MG-28/04/2021- Eulene Mendes Pereira-Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG

Torna público o edital de Licitação na modalidade Pregão Presencial SRP nº 029/2021. Processo Licitatório nº 057/2021. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual, Aquisição de Materiais Hidráulicos em Geral, para atender as diversas Secretarias do Município de Juramento/MG. Data de realização: 13.05.2021 às 09:00 horas, na Sala de Licitação, Avenida Antônio Maia Sobrinho, 43, Centro, Juramento/MG, CEP: 39590-000. Maiores informações e retirada do edital pelo e-mail: juramentolicitacao.mg@gmail.com ou na sede do Município de segunda a sexta feira de 07:30 as 11:30 horas e 13:00 as 17:00 horas. July France Silveira Fonseca – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretaria Municipal de Transportes. Aviso de Licitação. **Pregão Presencial SRP nº 07/2021. Processo de Compra nº 27/2021** – Tipo: Menor Preço Global. Objeto Contratação de empresa especializada para realização de monitoramento e rastreamento dos veículos pertencentes à municipalidade, com instalação de aparelho de GPS em regime de comodato. Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Rua da Contagem, nº 2045 – Bairro: Paracatuzinho, no dia **13/05/ 2021** às **09:00h**. Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Rua da Contagem, nº 2045 – Bairro: Paracatuzinho e no site da Prefeitura **www.paracatu.mg.gov.br.**

Paracatu-MG, 28 de Abril de 2021. **Diego Porfírio de Araújo** – Pregoeiro.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD - CNPJ: 19.212.117/0002-48

B Balanços Patrimoniais em 31/12/2020 e 2019 (Valores expressos em R$)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		**2.102.817**	**1.857.548**
Caixa e equivalentes de caixa	3	808.462	639.970
Recursos vinc. a projetos e convênios	4	1.291.091	1.148.497
Créditos a receber	5	3.264	69.081
Não circulante		**1.055.555**	**1.170.906**
Imobilizado	6	1.055.555	1.170.906
Total do ativo		**3.158.372**	**3.028.454**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante		**1.718.681**	**1.502.965**
Empréstimos e financiamentos	**7**	30.756	-
Fornecedores	8	22.547	212.501
Obrigações sociais e trabalhistas	9	373.480	141.967
Obrigações c/projetos e convênios	4	1.291.898	1.148.497
Não circulante		**46.135**	-
Empréstimos e financiamentos	7	46.135	-
Patrimônio líquido		**1.393.556**	**1.525.489**
Patrimônio social	13	1.525.489	1.073.355
(Déficit)/superávit do exercício	-	(131.933)	452.134
Total do passivo e do patrim. social		**3.158.372**	**3.028.454**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social (Valores expressos em R$)

	Patrimônio social	Superávit/(Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31/12/2018	**1.099.345**	**(25.990)**	**1.073.355**
Incorp.do déficit de 2018	(25.990)	25.990	-
Superávit do exercício	-	452.134	**452.134**
Saldos em 31/12/2019	**1.073.355**	**452.134**	**1.525.489**
Incorp.do superávit (déficit) de 2019	452.134	(452.134)	-
Déficit do exercício	-	(131.933)	**(131.933)**
Saldos em 31/12/2020	**1.525.489**	**(131.933)**	**1.393.556**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2020 e 2019 (Valores expressos em R$)

	Nota	2020	2019
Receitas operacionais		**7.129.120**	**11.545.669**
Doações	-	925.078	42.918
Repasses financeiros	14	4.603.092	9.268.270
Prestação de serviços	-	1.577.954	2.193.296
Resultado financeiro	-	22.996	41.185
Despesas operacionais		**(7.261.053)**	**(11.093.535)**
Desp.c/invest.e manut.proj.sociais	15	(5.322.980)	(9.613.715)
Desp. gerais/apoio administrativo	-	(1.938.073)	(1.479.820)
(Déficit)/superávit do exerc.		**(131.933)**	**452.134**

Demonstração do Resultado Abrangente em 31/12/2020 e 2019

(Valores expressos em R$)	2020	2019
(Déficit)/superávit do exercício	**(131.933)**	**452.134**
Resultado abrangente total do exerc.	**(131.933)**	**452.134**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/20 e 19 (Valores expressos em R$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Superávit líquido/(déficit) do exercício	**(131.933)**	**452.134**
Aj.p/reconciliar o result.do exerc. c/recursos provenientes de atividades operac.		
Depreciação do exercício	236.564	193.000
	104.631	**645.134**
Aumento líquido/(redução) nos ativos		
Recursos vinculados a projetos e convênios	(142.594)	(665.066)
Créditos a receber	65.817	5.797
	(76.777)	**(659.269)**
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(189.954)	160.619
Obrigações sociais e trabalhistas	231.513	19.276
Obrigações com projetos e convênios	143.401	665.066
	184.960	**844.961**
Caixa líq. gerado das atividades operac.	**212.814**	**830.826**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(121.213)	(640.400)
Caixa líq. das atividades de invest.	**(121.213)**	**(640.400)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	76.891	-
Caixa líquido das atividades de invest.	**76.891**	**-**
Aumento líq. de caixa e equiv. de caixa	**168.492**	**190.426**
Caixas e equiv.de caixa no início do exercício	639.970	449.544
Caixas e equiv.de caixa no final do exercício	808.462	639.970
Aumento líq. de caixa e equiv. de caixa	**168.492**	**190.426**

Notas Explicativas da Administração

1. Contexto operacional: O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1984, em Belo Horizonte/MG, com a seguinte missão: promover educação popular e o desenvolvimento comunitário a partir da cultura, tomada como matéria-prima de ação institucional e pedagógica. A Entidade é reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal. Possui o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, do CNAS e registro de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social. A Entidade, em conformidade com o seu Estatuto Social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit a título de lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos, refletidos, devidamente, em seus demonstrativos contábeis. O CPCD se dedica à implementação e realização de projetos inovadores, programas integrados e plataformas de transformação social e desenvolvimento sustentável, destinados, preferencialmente, às comunidades e cidades brasileiras com menos de 50 mil habitantes onde vivem mais de 95% da população brasileira. Dentre seus projetos sociais podemos destacar: Projeto Ser Criança, Projeto Fabriquetas, Projeto Vale Água, Vale Vida, Projeto Raposos Sustentável, Projeto Casa Saudável, Projeto Estação Conhecimento, Projeto Parelheiros Saudável, Projeto Barra Longa: Presente do Futuro Saudável, Projeto Júpiter, dentre outros. **Impactos da COVID 19 (Corona vírus) nos negócios da Entidade:** Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira. Dentre estas restrições, que poderiam afetar o desempenho da Entidade, ocorreu a redução drástica da realização de viagens e serviços de campo, tendo a Entidade adotado medidas para manter sua captação de pedidos, utilizando recursos tecnológicos para o trabalho remoto, realizando reuniões e atendimento a clientes em regime de teletrabalho (home office), visando preservar a saúde de seus funcionários e parceiros, bem como reduzindo o impacto negativo em suas atividades no ano de 2020. Além disso, a Entidade implementou medidas para proteger seu fluxo de caixa e evitar efeitos financeiros relevantes que poderiam afetar o resultado do exercício, dentre elas, a adesão as Portarias do Ministério da Economia nº 139 e nº 245 para postergação de determinados impostos federais e adesão a Medida Provisória nº 936 para redução de salários e da jornada de trabalho em 25%, 50% ou 70% no período de maio a dezembro de 2020. Nosso plano de continuidade visa em primeiro lugar, à saúde sanitária dos nossos colaboradores, clientes e fornecedores, priorizando as ações de combate e propagação do Coronavírus. Com isso, seguimos apostando na cooperação dos nossos colaboradores, clientes e fornecedores como forma de conter o avanço do Covid-19 e minimizar os seus efeitos físicos e econômicos. Essas medidas foram adotadas na Empresa e nas unidades onde temos operação. As ações adotadas estão em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde do Brasil e são de extrema importância para combater a transmissão do Coronavírus com segurança e conscientização. A Entidade está monitorando os efeitos econômicos advindos da pandemia do Covid-19 já considerando um "novo normal", que serviu para nos auxiliar na revisão dos pilares de liquidez, rentabilidade e risco. Após revisarmos os pilares, contatamos, que, até o momento, não apuramos impactos materiais que poderia modificar as posições do balanço patrimonial e dos resultados operacionais da Empresa em 31/12/2020. **Aprovação da emissão das demonstrações contábeis:** A Administração do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) aprovou a emissão das demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas em 26/04/2021. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, mais especificamente as Normas Brasileiras de Contabilidade - ITG 2002 (R1), específica para Entidades sem Finalidades de Lucros, combinadas com a NBC TG 1000 (CPC PME) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.1 Sumário e descrição das principais práticas contábeis: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Entidade. **b) Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são: **(a)** vida útil estimada do imobilizado; **(b)** provisão para riscos e processos judiciais. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez. **2.3 Créditos a receber:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.4 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.5 Redução ao valor recuperável (impairment):** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos", os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. **2.6 Doações e subvenções:** As doações locais e as subvenções são apropriadas no momento da disponibilização do recurso em conta corrente bancária ou do recebimento do bem. **2.7 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. **2.8 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.9 Patrimônio social:** Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. **2.10 Apuração do superávit ou déficit:** O superávit ou déficit do exercício é apurado pelo regime contábil da competência dos exercícios. **2.11 Isenção tributária:** A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e estar devidamente regularizada nos órgãos normativos. **2.12 Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros não derivativos:** A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado (superávit e déficit). Os ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. **ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit (déficit) na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetado pela referida operação. **iii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Obrigações com projetos e convênios. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2020. **2.13 Trabalho voluntário:** As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas também no resultado do exercício. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** As disponibilidades constantes dos saldos bancários referem-se a recursos que serão aplicados nos projetos sociais no próximo exercício e a composição da conta cheque em trânsito, refere-se a cheques que foram emitidos no final do mês/12/2019, cuja compensação não ocorreu até o fechamento desse exercício:

	2020	2019
Bancos contas movimento	7.059	452.717
Aplicações financeiras	802.902	188.753
Numerários em Trânsito	(1.500)	(1.500)
	808.462	**639.971**

4. Recursos vinculados a projetos e convênios: Compreende os valores recebidos de terceiros por meio de convênios e que serão utilizados no exercício seguinte, assim dispostos:

	2020	2019
Repasse-Proj. Arari Estação do Conhecimento	-	92.765
Repasse-Raposos	-	35.364
Repasse-Projeto Buriticupu	-	3.521
Repasse-CS Itapecuru	35.888	423.359
Repasse-CS Arari	-	22.392
Repasse-CS Anajatuba	-	163.797
Repasse-Natura 2019	478.053	530.802
Repasse-CMDCA Araçuai	-	6.503
Repasse-Proj. Casa Saudável Boca do Mel	610.990	-
Repasse-Proj. Casa Saudável Presinha e Pindaré	-	80
Repasse-Proj. Casa Saudável Roça Grande Tucumã	-	1.777
Repasse-Proj. Barra Longa Presente do Futuro	4	80.337
Repasse-Projeto Vale Agua Vale Vida	-	101
Repasse-Projeto Jupiter	16.151	172.946
Repasse-Fec Canal Sempre	-	60.055
Repasse-Secretaria de Estado de Cultura	150.006	-
(-) Provisão taxa de adminitração	-	(445.302)
	1.291.091	**1.148.497**

5. Créditos a receber: Os créditos a receber referem-se à prestação de serviços realizados pela entidade, conforme os contratos pactuados:

	2020	2019
Instituto Viva a vida	-	69.081
Adiantamento de Salário	23	-
INSS a Recuperar	3.241	-
	3.264	**69.081**

6. Imobilizado: Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado era a seguinte, conforme levantamento físico dos bens patrimoniais:

Custo ou avaliação	Terrenos	Máq. e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Telefones	Total
Saldos em 31/12/2018	**203.715**	**210.182**	**109.900**	**168.695**	**30.381**	**633**	**723.506**
Aquisição	-	49.323	50.979	521.087	19.011	-	**640.400**
Depreciação	-	(33.101)	(21.009)	(124.123)	(14.536)	(231)	**(193.000)**
Saldos em 31/12/2019	**203.715**	**226.404**	**139.870**	**565.659**	**34.856**	**402**	**1.170.906**
Custo total	203.715	696.988	338.860	1.108.954	300.205	9.553	**2.658.275**
Depreciação acumulada	-	(470.584)	(198.990)	(543.295)	(265.349)	(9.151)	**(1.487.369)**
Saldos em 31/12/2019	**203.715**	**226.404**	**139.870**	**565.659**	**34.856**	**402**	**1.170.906**
Aquisição	-	37.175	15.044	56.349	8.931	3.714	**121.213**
Depreciação	-	(36.630)	(24.773)	(159.286)	(15.654)	(221)	**(236.564)**
Saldos em 31/12/2020	**203.715**	**226.949**	**130.141**	**462.722**	**28.133**	**3.895**	**1.055.555**
Custo total	203.715	734.164	353.904	1.165.303	309.136	13.267	**2.779.489**
Depreciação acumulada	-	(507.214)	(223.763)	(702.581)	(281.003)	(9.373)	**(1.723.934)**
Saldo contábil	**203.715**	**226.950**	**130.141**	**462.722**	**28.133**	**3.894**	**1.055.555**

7. Empréstimos e financiamentos:

Instituição financeira	Modalidade	Moeda	Taxa média (a.a.)	2020
Banco do Brasil	Financ. Folha de pgto.	BRL	3,75%	49.580
Banco Santander	Financ. Folha de pgto.	BRL	3,75%	27.310
				76.890
Circulante				30.756
Não circulante				46.134
				76.890

Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31/12/2020 não possuem cláusulas restritivas de manutenção de indicadores econômico-financeiros (covenants) e tampouco não financeiras. Os valores utilizados para pagamento da folha de pagamento dos funcionários da Entidade. Os empréstimos foram contratados em 30 (trinta) parcelas. **8. Fornecedores:** As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Entidade. Em 31 de dezembro os saldos estão demonstrados assim:

	2020	2019
Fornecedores de serviços	19.456	36.591
Fornecedores de materiais	3.091	175.910
	22.547	**212.501**

9. Obrigações sociais e trabalhistas: As obrigações sociais e trabalhistas em 31 de dezembro estão demonstradas assim:

	2020	2019
Salários e ordenados a pagar	15.157	18.375
Provisão de férias e encargos	246.322	69.064
INSS a Recolher	18.338	20.999
FGTS a Recolher	61.963	17.817
PIS a Recolher	1.732	1.997
IRRF a Recolher	10.976	13.715
Outras obrigações	18.991	-
	373.480	**141.967**

10. Gratuidades e subvenções: A Entidade recebe gratuidades e subvenções relacionadas à isenção tributária, trabalhos voluntários e benefícios financeiros na prestação de serviços e fornecimento de produtos. A Entidade mantém registrado em contas próprias as suas obrigações com os impostos e as contribuições retidas na fonte dos terceiros e os incidentes para os seus respectivos recolhimentos. A Entidade protocolou o requerimento de renovação da certificação de Entidade beneficente de assistência social em 22/05/2018 (Protocolo nº 71000025491/2018-87). Em 2020 o processo de renovação foi indeferido e a CPCD entrou com um novo recurso de renovação. Devido a pandemia mundial do Corona Vírus (COVID-19), enfrentada em todo mundo, mudanças de políticas e estratégias do Governo e mudanças das rotinas das secretarias, a Entidade foi orientada a reunir a documentação completa e necessária para a realização de um novo pedido do CEBAS junto ao ministério responsável pela certificação, o Ministério da Cidadania, desta vez comprovando de forma mais clara e precisa que a Entidade reúne todos os requisitos (gratuidade nas ofertas, continuidade nas ofertas e planejamento nas ofertas) para gozar das isenções tributárias propiciadas pela certificação junto ao Ministério da Cidadania. **Tributos e contribuições (renúncia fiscal):** Em atendimento a ITG 2002 R1 - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2020 e 2019 caso as obrigações fossem devidas. Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas: ISS (5% sobre o montante das Receitas operacionais) R$78.898 em 2020 e R$109.665 em; PIS/COFINS (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta e Receita Financeira, diminuídos do PIS sobre folha de pagamento apropriado) R$223.792 em 2020 e R$379.439 em 2019; IRPJ e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício), em 2020 a Entidade apresentou déficit e R$153.726 em 2019. Ressaltamos que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. **11. Passivos contingentes:** A Entidade possui ações judiciais em andamento, oriundos do curso normal de suas atividades, existindo certos processos em andamento e riscos associados. Conforme determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos da Entidade, não há necessidade de constituir provisões para perdas ou de outras divulgações, uma vez que não há processos de natureza passiva com expectativa de perdas prováveis em 31/12/2020. Os processos de natureza passiva com expectativa de perda possível são de R$10.600, em 31/12/2020. **12. Partes relacionadas:** A Entidade não possui partes relacionadas e os membros Diretoria Executivo da Entidade não são remunerados, conforme determina a Lei 12.101/09. **13. Patrimônio social:** O Patrimônio social em 31/12/2020 é de R$1.525.489 (R$1.073.355 em 31/12/2019). Todos os resultados obtidos pelas operações da Entidade são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários. Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de entidade sem fins lucrativos. **14. Repasses financeiros:** A Entidade recebeu repasses de convênios firmados com empresas e órgãos públicos, durante o exercício, registrados em contas de receita da seguinte forma:

	2020	2019
Casa Saudável	978.873	5.494.189
Barra Longa	421.207	991.044
Viva Vida	768.081	821.769
Vale do Rio Doce	831.458	743.813
Itau	693.389	500.000
Avina	123.874	275.913
Projeto PP	-	8.681
Outros	541.258	432.861
	4.358.140	**9.268.270**

(a) Nos exercícios de 2020 e 2019 a Entidade recebeu através de contrato doação realizada pela Fundação Itaú Social o valor de R$ 500.000 a título de apoio financeiro para contribuir com o fortalecimento e custeio das operações do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD. O referido contrato de doação será, durante o exercício de 2020, objeto de prestação de contas e avaliação por parte da Fundação Itaú Social conforme estipulado em contrato firmado entre as partes. **15. Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais:** As despesas da Entidade c/investimentos e manutenção de projetos sociais, podem ser demonstradas assim:

	2020	2019
Porticus	-	(56.665)
Casa saudável	(1.082.215)	(5.380.224)
Arari - Estação conhecimento	(939.066)	(684.502)
Fundo Municipal Araçuai	(6.000)	-
Sementinha SP	-	(46.953)
Raposos	(34.274)	(3.758)
Comunidades saudáveis	(616.564)	(541.736)
Dedo de gente	(599.072)	(567.730)
Ser criança	(195.419)	(268.533)
Sítio maravilha	(93.375)	(129.860)
Arasempre	(299.185)	(324.588)
Mini Pronac	-	(981)
Cuidadores em Saúde	-	(203.245)
Itaú Fomento	(207.736)	(460.968)
Barra Longa - Presente futuro saudável	(501.135)	(678.833)
Vale água vale vida	(234.016)	(216.947)
Brazil Foundation	-	(4.200)
Projeto Meninos Araçuai-SEC	-	(4.459)
Natura Cosméticos	(57.500)	(1.802)
Projeto Jupter	(399.694)	(22.654)
Raposos Sustentável	(19.723)	(15.077)
Fec Fanal Sempre	(38.000)	-
Secretaria de Estado de Cultura	(6)	-
	(5.322.980)	**(9.613.715)**

16. Seguros (não auditado): A Entidade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **17. Trabalho voluntário:** Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do CFC a qual interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviços voluntários (receita) e administrativa (despesa) e não altera o resultado do período. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de remuneração dos administradores divulgadas pelo mercado de trabalho. **Mensuração do trabalho voluntário - Em reais:**

2020 Cargo	Salário Referencia	Salário Hora (220h/mês)	Total de Horas do Período	Valor Total
Integrante da Admin.	12.595,70	57,25	40	2.290,13
Integrante da Admin.	12.595,70	57,25	12	687,04

2019 Cargo	Salário Referencia	Salário Hora (220h/mês)	Total de Horas do Período	Valor Total
Integrante da Admin.	12.595,70	57,25	40	2.290,13
Integrante da Admin.	12.595,70	57,25	12	687,04

18. Eventos Subsequentes: De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico nº CPC 24, não houve outros eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Sebastião Rocha - Diretor Presidente

Carlos José Rodrigues Contabilidade - CRC/MG 02318

Carlos José Rodrigues - CRC/MG070047/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e quotistas do **Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) -** Curvelo - MG. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento - CPCD** em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 R1 - Entidades sem finalidade de lucros). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS):** Conforme Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Entidade protocolou o requerimento de renovação do CEBAS - Certificação de Entidade beneficente de assistência social em 22 de maio 2018 (Protocolo nº 71000025491/2018-87). Em 2020 o processo de renovação foi indeferido e devido a pandemia mundial do Corona Vírus (COVID-19), enfrentada em todo mundo, mudanças de políticas e estratégias do Governo e mudanças das rotinas do Ministério da Cidadania, a Entidade foi orientada pelos seus assessores jurídicos a entrar com um novo recurso, reunir e revisar a documentação requerida para realizar novo pedido de renovação do CEBAS e, consequentemente, obter a manutenção da isenção de contribuições para a seguridade social. A Administração da Entidade, com base em medidas administrativas vem recorrendo desta decisão de indeferimento da renovação do CEBAS, cujo sucesso depende do desfecho destas ações. As presentes demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relacionada ao indeferimento da renovação do Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 - (R1) - Entidades sem finalidade de Lucro) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26/04/2021

BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 MG 009485/F-0

Paulo Eduardo Santos - Contador CRC 1 MG 078750/O-3

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 0E98-31DF-D6A6-AFD8.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU/MG

A Pref. torna público a abertura do Proc. Licit. 037/2021, TP 002/2021 - **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE ENGENHARIA CIVIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA PAVIMENTAÇÃO EM BLOQUETES SEXTAVADOS EM TREVO ENTRE AS LOCALIDADES DE CAMPO ALEGRE E SÃO DOMINGOS.** - Credenciamento: 21/05/21 às 08h00min - Abertura da sessão 21/05/21 às 08h15min. e-mail: pmibiracatulicitacao@gmail.com, site: http://www.ibiracatu.mg.gov.br

Kleber da Silva de Moraes - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS/MG

Aviso de novo horário do Processo Licitatório n° n°37/2021, Pregão n°20/2021. Menor preço global. Registro de Preços para contratação de empresa especializada em topografia – Secretaria Municipal de Obras Regulação Urbana e Defesa Civil. Data de Apresentação de Envelopes e Julgamento: 14h00 min do dia 13/05/2021. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefax: (35)3694-4021. Denilson Teixeira – Diretor de Suprimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS – MG

Aviso de nova data do Processo Licitatório nº 24/2021 – Pregão 012/2021. Contratação de empresa especializada em serviço de manutenção de geradores de energia a diesel. A data de apresentação de envelopes e julgamento: 09h00min do dia 18/05/2021. O Edital encontra-se na sede da Prefeitura Municipal, à Av. Dr. Sylvio Menicucci, nº 1575, Bairro Presidente Kennedy ou pelo site www.lavras.mg.gov.br. Telefone: (35) 3694-4065. Denilson Teixeira – Diretor de Suprimentos.

EMPRESA DE TRANSPORTES E TRÂNSITO DE BELO HORIZONTE S/A - BHTRANS -

CNPJ 41.657.081/0001-84 - **Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020** (Em R$)

Balanço Patrimonial	Nota	2020	2019
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	9.807.648	11.807.106
Contas a Receber	4	253.865	3.641.892
Almoxarifado		483.863	299.494
Impostos a Recuperar		1.222.340	461.020
Créditos Vinculados ao PAMEH		-	823.340
Devedores Diversos		2.416.469	2.441.038
Despesas Antecipadas		13.050	14.375
Total do Ativo Circulante		**14.197.235**	**19.488.269**
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	5	2.736.445	3.174.299
Convênios a receber		22.055	22.055
Multa Transp. Coletivo	4	21.339.962	19.087.316
Subtotal do Ativo Não Circulante		**24.098.462**	**22.283.670**
Investimentos	6	26.070	26.070
Imobilizado	7	1.742.589	1.936.443
Intangível	8	808	808
Subtotal do Ativo Não-Circulante		**1.769.467**	**1.963.321**
Total do Ativo Não-Circulante		**25.867.929**	**27.877.497**
Total do Ativo		**40.065.164**	**43.735.256**

Balanço Patrimonial	Nota	2020	2019
Passivo Circulante			
Fornecedores		4.927.435	2.517.559
Obrigações Sociais e Trabalhistas	9	8.804.916	7.711.029
Obrigações Fiscais		2.029.124	2.841.264
Provisão de Férias e Encargos		13.315.436	12.079.029
Outras Contas a Pagar		1.542.803	1.754.365
Total do Passivo Circulante		**30.619.714**	**26.903.246**
Não-Circulante			
Obrigações Vinculadas ao PAMEH		-	1.269.347
INSS Segurados		941.855	941.855
Provisão Ação Trabalhistas	10	29.959.863	26.077.993
Provisão Ações Judiciais	11	17.700.371	17.941.384
Provisão Contingências Foscais	12	17.024.457	17.024.457
Total Passivo Não-Circulante		65.626.546	63.255.036
Patrimônio Líquido			
Capital Social	13	67.418.193	67.418.193
Prejuízos Acumulados		(123.599.289)	(113.841.219)
Total Patrimônio Líquido		**(56.181.096)**	**(46.423.026)**
Total do Passivo		**40.065.164**	**43.735.256**

Demonstração do Resultado

	Nota	2020	2019
Receita Operacional Bruta	16	**199.182.198**	**194.890.186**
(-) Deduções da Receita Bruta		(1.748.665)	(3.091.879)
Receita Operacional Líquida		197.433.533	191.798.307
(-) Custos dos Serviços Prestados		(106.049.348)	(100.589.255)
Lucro Bruto		**91.384.185**	**91.209.052**
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas Gerais		(101.344.751)	(92.381.022)
Despesas tributárias		(80.261)	(83.923)
Despesas Financeiras		(4.379)	(53.912)
Receitas Financeiras		287.136	914.379
Prejuízo Operacional	17	**(9.758.070)**	**(395.426)**
Qtde. de Ações do Capital Social		10.000.000	10.000.000
Prejuízo por ação		(0,97)	(0,039)

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Direto

Das Atividades Operacionais	
(+) Subvenção do Município	**180.481.765**
(+) Recebimento de Clientes e outros	**16.485.465**
(+) Juros recebidos	**224.197**
(-) Pagamentos de fornecedores e outros	**36.154.921**
(-) Pagamentos de empregados e outros	**128.477.221**
(-) Pagamentos de encargos tributários e sociais	**34.511.582**
Disponib. geradas(aplicadas)nas Ativ. Operac.	**(1.952.297)**
Das Atividades de Investimentos	
(-) Aquisição de ativo permanente	**(47.161)**
Caixa líq. consumido pelas ativ. de investimentos	**(47.161)**
Aumento (redução) líq. de caixa e equiv. de caixa	**(1.999.458)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**11.807.106**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**9.807.648**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital			Lucros ou Prejuízos	
Descrição	**Subscrito**	**A realizar**	**Realizado**	**Acumulados**	**Total**
Saldo em 31/12/2019	**75.000.000**	**(7.581.807)**	**67.418.193**	**(113.841.219)**	**(46.423.026)**
lucro líquido do exercício	-	-	-	(9.758.070)	(9.758.070)
Saldo em 31/12/2020	**75.000.000**	**(7.581.807)**	**67.418.193**	**(123.599.289)**	**(56.181.096)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: A Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS é uma sociedade de economia mista constituída sob a forma de sociedade anônima em 30 de agosto de 1991, por autorização da Lei Municipal de nº 5953/91 de Belo Horizonte, tendo como atividade: a organização, direção, coordenação, execução, delegação, planejamento operacional e controle da prestação dos serviços públicos relativos a transporte coletivo e individual de passageiros, trânsito e sistema viário municipal. As atividades de prestação de serviços da empresa geram receitas que, adicionadas às subvenções econômicas e outras transferências orçamentárias recebidas do Município de Belo Horizonte garantem os recursos necessários às suas operações. As principais receitas da empresa são originárias dos seguintes serviços: **a) Gerenciamento do Estacionamento Rotativo**: Para melhor racionalizar o sistema de trânsito e facilitar o estacionamento de veículos particulares em vias públicas, a BHTRANS, através de terceirização, promove a distribuição e comercialização dos créditos do estacionamento rotativo no município de Belo Horizonte, através de aplicativo digital. **b) Gerenciamento de Táxi, Transporte Escolar e Suplementar:** Compete à BHTRANS a regulamentação e fiscalização dos serviços prestados, e vistorias nos veículos. **2. Sumário das Principais Práticas Contábeis: a) Informações Gerais**: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de acordo com as práticas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisões para perdas de crédito a receber, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. **b) Apuração do Resultado:** É apurado pelo regime de competência de exercícios. **c) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Contempla, substancialmente, ativos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa os quais estão sujeitos a insignificante risco de mudança de seu valor de mercado. Os ativos que compõem a rubrica estão mencionados na Nota Explicativa nº 3. **d) Clientes:** São demonstrados ao valor de realização incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas até a data das demonstrações financeiras, ajustados, quando aplicável, por perda equivalente do montante a receber, considerada pela administração como suficiente a ajustar os referidos ativos aos seus valores de realização. **e) Estoques:** Os materiais de consumo estão avaliados pelo preço médio de aquisição, inferior ao de reposição. **f) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes:** São apresentados pelo valor de custo de aquisição, atualizando conforme disposições legais ou contratuais, ajustando ao valor provável de realização. **g) Investimento:** São demonstrados pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. **h) Imobilizado**: Está registrado pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que refletem a vida útil estimada dos bens mencionada na Nota Explicativa nº9. **i) Passivos Circulantes e Não Circulantes**: São apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos em base "pró-rata". **j) Provisão para Férias e Encargos:** A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os correspondentes encargos sociais. **k) Plano de Saúde da BHTRANS - PAMEH:** PAMEH - Plano de Saúde Médico-Hospitalar, plano de autogestão, cuja responsabilidade é da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A, operadora do plano de assistência à saúde, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob nº 475322164, classificada na modalidade autogestão, amparada pela Lei nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, que conforme o parágrafo 2º, incluem-se na abrangência dessa Lei as entidades ou empresas que mantêm sistemas de assistência à saúde, pela modalidade de autogestão ou de administração. Por decisão da direção da empresa, o PAMEH teve suas atividades encerradas em 30/11/2020, tendo suas atribuições terceirizadas através de processo licitatório na modalidade de "chamamento público", tendo sido homologada a proposta da UNIMED, que passou a atender aos empregados, na assistência médico-hospitalar e odontológica a partir de 01/12/2020.

Receitas	**Nov/2020**	**2019**
Contribuição associados	2.970.968	3.165.584
Contribuição Bhtrans	4.073.643	4.372.439
Outras receitas	4.931	45.531
Total	**7.049.542**	**7.583.554**
Despesas		
Despesas médico hospitalar	(6.736.480)	(7.547.819)
Encargos	14.517	31.435
Outras despesas	(441.438)	(906.330)
Total	**(7.192.435)**	**(8.485.584)**
Resultado	**(142.893)**	**(902.030)**

3. Caixa e Equivalente de Caixa: Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários em instituições financeiras, que podem ser utilizados a qualquer momento.

	2020	2019
Caixa	-	679
Banco C/Movimento	308.591	178.859
Aplicação Financeira	7.809.099	11.148.848
Bancos conta vinculada		
Pameh	602.230	-
Outros	1.087.728	478.720
Total	**9.807.648**	**11.807.106**

4. Multas de Transporte Coletivo a Receber e Outras:

Circulante	**2020**	**2019**
Multas Transporte Coletivo	-	4.235.406
(-) Provisão Para Perdas	-	(847.081)
Subtotal	-	3.388.325
Outras Contas a Receber		
Mídia Ônibus a Receber	253.865	253.567
Total	**253.865**	**3.641.892**
Não Circulante		
Multas Transporte Coletivo	26.674.952	22.439.546
(-) Provisão Para Perdas	(5.334.990)	(3.352.230)
Total	**21.339.962**	**19.087.316**

A Companhia vem realizando notificações aos devedores e constituiu uma PCLD -Perdas Prováveis com Créditos de Liquidação Duvidosa, com base em análise da inadimplência, utilizando o percentual de 20%, considerado pela administração como suficiente a adequar os respectivos ativos aos seus valores de realização. A estimativa de perda adotada para fins de adequação às regras contábeis não significa renúncia, em nenhum momento, do direito de crédito da companhia. **5. Depósitos Judiciais:** Depósitos judiciais/recursais relacionados à provisão para contingências passivas oriundas do curso normal das atividades da Companhia (Notas Explicativas 10, 11 e 12).

6. Investimentos:	**2020**	**2019**
Obras de Arte	25.200	25.200
Participação Societária	870	870
Total	**26.070**	**26.070**

7. Imobilizado:

Descrição	**Taxa de Deprec. a.a.**	**Custo de Aquisição em 31/12/2020**	**Depreciações Acumuladas em 31/12/2020**	**Imobilizado Líquido em 31/12/2020**	**Imobilizado Líquido em 31/12/2019**
Máquinas e equipamentos	10%	278.464	201.297	77.167	50.657
Ferramentas	10%	8.160	7.942	218	460
Equipamentos de comunicação	20%	162.016	162.016	-	-
Instalações	10%	92.617	73.354	19.263	23.033
Móveis e utensílios	10%	508.103	472.995	35.108	48.917
Instalações administrativas	10%	98.491	98.491	-	40
Aparelhos/ equipamentos diversos	10%	653.247	471.073	182.174	222.245
Micros/impressoras/acessórios e equip. p/process. de dados	20%	3.703.507	2.642.685	1.060.822	1.156.295
Imobilização em imóveis de terceiros e Estação Diamante	4%	1.673.924	1.306.087	367.837	434.796
Total		**7.178.529**	**5.435.940**	**1.742.589**	**1.936.443**

Descrição	**Taxa de Deprec. a.a.**	**Imobilizado Líquido em 31/12/2019**	**Aquisições em 2020**	**Ajustes, Baixas e Transf. em 2020**	**Depreciação em 2020**	**Imobilizado Líquido em 31/12/2020**
Máquinas e equipamentos	10%	50.657	43.400	-	(16.890)	77.167
Ferramentas	10%	460	-	-	(242)	218
Equipamentos de comunicação	20%	-	-	-	-	-
Instalações	10%	23.033	-	-	(3.770)	19.263
Móveis e utensílios	10%	48.917	2.318	-	(16.127)	35.108
Instalações administrativas	10%	40	-	-	(40)	-
Aparelhos/ equipamentos diversos	10%	222.245	1.443	(159)	(41.355)	182.174
Micros/impressoras/acessórios e equip. p/process. de dados	20%	1.156.295	-	(442.781)	347.308	1.060.822
Imobilização em imóveis de terceiros e Estação Diamante	4%	434.796	-	-	(66.959)	367.837
Total		**1.936.443**	**47.161**	**(442.940)**	**(201.925)**	**1.742.589**

Redução ao Valor Recuperável: Em observância ao Pronunciamento Contábil nº 01 (NBC TG 01), a Administração entende que, em 2020, não há indícios de que existam unidades geradoras de caixa com valores contábeis superiores ao valor de realização. A Entidade encontra-se com a sua operacionalidade normal, não havendo indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica, considerada relevante, não requerendo, portanto, necessidade de reconhecer contabilmente eventual desvalorização de seus ativos em 31 de dezembro de 2020.

8. Intangível:	**Custo**	**Amortização Acumulada**	**2020 Líquido**	**2019 Líquido**
Direitos de Uso/Marcas e Patentes	808	-	808	808
Programas e Sistemas	36.750	(36.750)	-	-
Total	**37.558**	**(36.750)**	**808**	**808**

9. Obrigações Sociais e Trabalhistas:	**2020**	**2019**
Salários a Pagar	5.062.481	4.050.301
INSS	2.483.864	2.247.654
FGTS	830.477	761.876
Contribuição ao PAMEH	-	468.747
Outras Obrigações	428.094	182.451
	8.804.916	**7.711.029**

10. Provisão Ações Trabalhistas: O valor de **R$ 29.959.863 (R$ 26.077.993 em 2019)**, estimado e classificado pela Assessoria Jurídica da BHTRANS como perdas prováveis, refere-se às ações ajuizadas por empregados e pelos Sindicatos de forma coletiva.

11. Provisão Ações Judiciais:	**2020**	**2019**
Gematur (i)	15.400.000	15.400.000
Ações de Terceiros (ii)	2.300.371	2.541.385
Total	**17.700.371**	**17.941.385**

O valor de **R$ 17.700.371 (R$ 17.941.385 em 2019)**, estimado como perda provável, sendo R$ 15.400.000 de ações ajuizadas pela empresa de ônibus Gematur que não fez parte do encontro de contas conforme Lei nº 9314/07 e está em grau de recurso no Superior Tribunal de Justiça - STJ em Brasília, e mais **R$ 2.300.371** de outras ações de terceiros ajuizadas contra a BHTRANS. O valor de R$ 14.300.000 foi estimado pela Assessoria Jurídica da BHTRANS como perdas possíveis, por esse motivo não consta da provisão. Este valor refere-se a ações ajuizadas pela empresa de ônibus Santa Tereza que não fez parte do encontro de contas conforme Lei nº 9314/07.

12. Provisão Contingências Fiscais:	**2020**	**2019**
INSS (i)	12.294.457	12.294.457
Receita Federal (ii)	4.730.000	4.300.000
Total	**17.024.457**	**16.594.457**

i) O valor de R$ 12.294.457 refere-se à compensação de INSS realizada pela BHTRANS no ano de 2016. Os valores dos créditos compensados foram apurados por meio de trabalho de Assessoria Contábil contratada pela Prefeitura de Belo Horizonte e foram objeto de auditoria por parte da Receita Federal do Brasil, processo nº 10680-733.569/2018-34 e despacho decisório 1502/2018 DRF/BHE. Atualmente encontra-se com a Procuradoria Geral do Município para as devidas providências. ii) O valor de R$ 4.730.000 refere-se à condenação em processo administrativo que discutiu perante a Receita Federal do Brasil a validade do Auto de Infração aplicado em razão de enquadramento tributário CNAE - apurado em fiscalização que a classificação CNAE correta seria 63.21-5 - Atividades Auxiliares aos Transportes Terrestres, com recolhimento de alíquota de 3%, contrapondo enquadramentos anteriores como 84.11.6-00 - Administração Geral Pública- com alíquota de 2%.

13. Patrimônio Líquido: a) Capital Social: O Capital Social é composto por 10.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal conforme AGE de 30/07/2007 e o capital autorizado é de R$160.000.000, conforme AGE de 30/07/2007, podendo ser assim apresentado:

	2020	**2019**
Capital Subscrito	**75.000.000**	**75.000.000**
Capital a realizar	**(7.581.807)**	**(7.581.807)**
Capital Integralizado	**67.418.193**	**67.418.193**

b) Participação Acionária:	**Participação (%)**
Município de Belo Horizonte	**98,68%**
Superintendência de Desenvolvimento da Capital	**0,66%**
Empresa de Informática e Informação do Mun. de BH	**0,66%**
Total	**100%**

14. Seguros: A empresa mantém cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

15. Instrumentos Financeiros Derivativos: A empresa não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Receita Operacional Bruta:	**2020**	**2019**
Estacionamento Rotativo	12.029.630	21.834.176
Subvenção Econômica - PBH	180.481.765	162.205.700
Multas Transporte Coletivo	-	4.235.406
Outras	6.670.803	6.614.904
Total da receita bruta	**199.182.198**	**194.890.186**
(-) Deduções de receita bruta	**(1.748.665)**	**(3.091.879)**
Total Receita Líquida	**197.433.533**	**191.798.307**

As multas de trânsito não fazem parte das receitas da BHTRANS, sendo contabilizadas no Fundo de Transportes Urbanos - FTU, vinculado ao Município de Belo Horizonte - MBH. A pandemia da COVID-19 acarretou impactos relevantes sobre as receitas de Estacionamento Rotativo e Multas de Transporte Público, uma vez que: • Por força do Decreto nº 17.298 de 20 de março de 2020, a BHTRANS suspendeu naquela data a emissão das notificações de cobrança de multas de transporte público, motivo pelo qual não auferiu receita de multas de transporte coletivo no exercício de 2020; • A PBH suspendeu temporariamente a obrigatoriedade de utilização de rotativo na região hospitalar de Belo Horizonte, o que trouxe como consequência a evasão significativa de receita dessa natureza no exercício de 2020.

17. Resultado Líquido no Período: O pagamento das despesas gerais de custeio e de pessoal da BHTRANS, que é uma empresa estatal dependente, é feito mediante o repasse mensal de recursos financeiros, na forma de subvenção econômica, pelo seu principal acionista e controlador, o Município de Belo Horizonte. Esse repasse é realizado mediante o registro de "Nota de Pagamento de Despesa", em conformidade com a programação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual - LOA. Diante disso, o prejuízo apurado ao final do exercício não implica em risco de descontinuidade da empresa. Além desse ponto, vale ressaltar que a composição do prejuízo está relacionada principalmente às perdas estimadas (detalhamento nas Notas Explicativas 10, 11 e 12).

18. Covid: A pandemia da COVID-19 acarretou impactos relevantes sobre as atividades da BHTRANS uma vez que as medidas de isolamento social e trabalho remoto trouxeram como consequência direta, a necessidade de readequação das rotinas e processos das áreas dessa instituição. Dessa forma, o Decreto nº 17.298 de 20 de março de 2020 dispôs sobre a suspensão dos prazos do contencioso administrativo do município por tempo indeterminado, o que inclui o prazo concedido ao sujeito passivo das multas de transporte coletivo para apresentação da reclamação, defesa ou interposição de recurso. Por esse motivo, a BHTRANS suspendeu naquela data a emissão das notificações de cobrança de multas de transporte público, motivo pelo qual não auferiu receita de multas de transporte coletivo no exercício de 2020. Outro impacto relevante da pandemia da COVID-19 sobre as operações da BHTRANS de 2020 decorreu da suspensão temporária pela PBH da obrigatoriedade de utilização de rotativo na região hospitalar, o que trouxe como consequência a evasão significativa de receita dessa natureza no exercício de 2020. A Administração, ciente do seu papel social, está redobrando esforços e cuidados visando a manutenção das operações indispensáveis à nossa sociedade, sem prejuízo do cumprimento das instruções de segurança sanitárias divulgadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde. A Administração segue atenta à evolução da pandemia nos cenários doméstico e internacional com intuito de avaliar potenciais impactos futuros.

Diretoria

Celio Freitas Bouzada
Presidente

Deusuite Matos Pereira de Assis
Diretora de Ação Regional e Operação

José Carlos Mendanha Ladeira
Diretor de Sistema Viário

Walter dos Santos Viana
Gerente da Contadoria Geral
Contador
CRC/MG 22.393

Daniel Marx Couto
Diretor de Transporte Público

Elizabeth Gomes de Moura
Diretora de Planejamento e Informação

Patrícia Passeli
Diretora de Finanças e Controle

Parecer do Conselho Fiscal

Nós, membros efetivos do Conselho Fiscal da Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS, examinamos os documentos que foram apresentados pela BHTRANS, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para efeitos do artigo 163 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976. Do exame a que procedemos e tendo em vista as informações complementares prestadas pela administração e o relatório dos Auditores Independentes, somos de parecer que os documentos podem ser aprovados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Belo Horizonte, 23 de Abril de 2021

Francisco Maia Barbosa Duarte - Conselheiro

Fernanda Valadares Couto Girão - Conselheiro

Paulo Roberto Lamarc Júnior - Conselheiro

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores da **Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS. Opinião com Ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS**, que compreendem balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto apresentado no parágrafo a seguir intitulado "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A - BHTRANS**, em 31 de dezembro de 2020, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para a opinião com ressalva: Contas a receber:** Conforme evidenciado na nota explicativa 4, a empresa apresenta em suas demonstrações contábeis, na rubrica "Contas a receber", créditos a receber vencidos e não pagos por Consórcios de transportes coletivos, no montante de R$ 21.340 mil no ativo não circulante (em 2019, R$ 3.388 mil no ativo circulante e R$ 19.087 mil no ativo não circulante), reconhecidos em sua totalidade em exercícios anteriores e para os quais a empresa não efetuou os ajustes requeridos de forma a adequá-los a seus efetivos valores de realização, o que representa um desvio em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil. Não nos foi praticável obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor estimado da perda requerida para adequar o contas a receber a seus efetivos valores de realização. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos:** As demonstrações financeiras da Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós examinadas e nosso relatório emitido em 05 de março de 2020 conteve ressalva quanto ao assunto descrito na seção "Base para Opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Referido documento não nos foi enviado como parte das demonstrações financeiras. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Belo Horizonte, 23 de março de 2021. **Audsérvice - Auditores Associados S.S. -** CRC-01-MG-4553 - O; **Alexandre Oliveira Chagas -** Responsável Técnico - CRC-MG-075751- O; **Fernanda Filizzola Mattos de Santos -** Contadora - CRC-MG-113796/O-0.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 24BC-5C53-832E-C7DF.

INSTITUTO ASSISTENCIAL ESPIRITA ANDRÉ LUIZ - CNPJ: 17.308.883/0001-02

Balanço Patrimonial - Exercícios findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 (Valores Expressos em Reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	15.130.161	17.785.477
Clientes	7	1.632.072	1.878.622
Estoques	8	156.429	145.149
Outros Ativos	9	173.108	376.737
Total Ativo Circulante		**17.091.770**	**20.185.985**
Não Circulante			
Depósitos Judiciais	10	293.300	332.009
Imobilizado	11	9.163.804	7.683.898
Intangível	11	150.310	228.636
Depreciações e Amortizações	11	(3.718.124)	(3.181.388)
Total Não Circulante		**5.889.290**	**5.063.155**
Total do Ativo		**22.981.060**	**25.249.140**

Passivo Circulante	Nota	2020	2019
Circulante			
Fornecedores	12	234.077	306.097
Obrigações Trabalhistas e Provisões Sociais	13	1.031.104	1.067.947
Obrigações Fiscais, Previdênciárias e Tributárias	14	4.344	4.311
Adiantamento Recebido de Clientes	15	267.579	-
Receita a Apropriar	16	275.000	-
Outros Passivos	17	11.327	15.896
Total do Passivo Circulante		1.823.431	1.394.251
Não Circulante			
Adiantamento Recebido de Clientes	15	22.298	-
Provisão para Contingências Trabalhistas	18	2.224.073	675.000
Total do Passivo não Circulante		**2.246.371**	**675.000**
Patrimônio Social			
Fundo Patrimonial		23.179.889	8.876.538
(Déficit) / Superávit do Período		(4.268.631)	14.303.351
Total do Patrimônio Social		**18.911.258**	**23.179.889**
Total do Passivo		**22.981.060**	**25.249.140**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31/12/2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Instituto Assistencial Espírita André Luiz**, anteriormente denominado Hospital Espírita André Luiz, fundado em 25 de dezembro de 1949 é uma associação beneficente de assistência social voltada à promoção do tratamento médico e hospitalar de pacientes psiquiátricos e de drogadição, tendo por fim minorar o sofrimento humano. Desde o final do ano de 2018, em razão de alteração do seu estatuto social, a estrutura orgânica de atividades operacionais do Instituto passou a ser desenvolvida através de suas filiais: • **Hospital Espírita André Luiz**, filial localizada à Rua Úrsula Paulino, nº 7 - Bairro Betânia, na cidade de Belo Horizonte - MG, hospital especializado em atendimento psiquiátrico em regime ambulatorial e de internação, voltado ao tratamento de pessoas com sofrimento mental e em estado de drogadição; • **Casa do Caminho**, filial localizada à Rua Clóvis Cyrilo Limonge, nº 61 - Bairro Havaí, na cidade de Belo Horizonte - MG, atuando como residência terapêutica destinada também ao atendimento de pessoas com sofrimento mental e em estado de drogadição; • **CETAS - Centro de Terapias e Assistência Social André Luiz,** filial localizada à Rua Úrsula Paulino, nº 7 - Bairro Betânia, na cidade de Belo Horizonte - MG, atuando como centro de terapias para tratamento em regime de longa duração, de dependentes químicos. A administração da Associação é exercida por uma Diretoria Executiva, **não remunerada**, composta por Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e de Atenção à Saúde, Diretor Financeiro e Diretor Secretário, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de 03 (três) anos, cujo mandato atual vigente é de março de 2019 até maio de 2021. De 01.01.2020 a 31/12/2020 o **Instituto Assistencial Espírita André Luiz** realizou 8.508 (oito mil, quinhentos e oito) atendimentos gratuitos a pacientes com vulnerabilidade social, sendo 4.871 (quatro mil oitocentas e setenta e uma) diárias hospitalares no **Hospital Espírita André Luiz** e permanência dia no **Centro de Terapias e Assistência Social André Luiz - CETAS**, incluindo assistência médica, psicológica, medicamentos e terapias coletivas, 3.597 (três mil, quinhentas e noventa e sete) consultas ambulatoriais com médicos psiquiatras e psicólogos e 40 (quarenta) sessões de Eletroconvulsoteria. As seções de Eletroconvulsoterapia são realizadas por equipe multifuncional composta por médico psiquiatra, médico anestesista, enfermeira e técnicos de enfermagem. Os atendimentos gratuitos custaram R$ 904.788 (novecentos e quatro mil, setecentos e oitenta e oito reais), dos quais R$ 378.504 (trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e quatro reais) foram oriundos de doações recebidas. No campo terapêutico, em consonância com a política de saúde mental vigente, o **Instituto Assistencial Espírita André Luiz** tem adotado opções de atendimento ambulatorial e extra-hospitalar, principalmente no **Centro de Terapia e Assistência Social André Luiz - CETAS**, que apresenta excelente resultados na recuperação de usuários de substâncias psicoativas. **2. Impacto da Pandemia COVID-19:** A pandemia Covid-19 marcará para sempre o ano de 2020. Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou emergência em saúde pública internacional. No Brasil, a Portaria nº 188/GM/MS, de 03 de fevereiro de 2020, declarou situação de emergência em saúde pública nacional (ESPIN) e o Decreto Legislativo nº 6/2020 declarou estado de calamidade pública no País. O Decreto do Município de Belo Horizonte nº 17.297/2020, determinou a suspensão de alvarás de localização e funcionamento do comércio e autorizações emitidas para realizações de atividades com potencial de aglomeração de pessoas. As autoridades públicas recomendaram o afastamento social e a restrição da circulação de pessoas como forma de combater os efeitos e a disseminação do contágio pelo COVID-19. Neste contexto de calamidade pública que marcou todo o ano, o **Instituto Assistencial Espírita André Luiz (INSTITUTO)** desenvolveu e aplicou rígidos protocolos e medidas para manter a segurança dos pacientes e empregados, tais como: (i) suspensão das atividades presenciais no **CETAS - Centro de Terapias e Assistência Social André Luiz**, (ii) redução das internações de pacientes no **Hospital Espírita André Luiz**, que operou no ano de 2020 com menos de 60% (sessenta por cento) de sua capacidade operacional e (iii) suspensão dos serviços de **ECT - Eletroconvulsoterapia** e os atendimentos ambulatoriais. Estes protocolos redundaram ainda em aumento do custo operacional em virtude da necessidade de aquisição de EPIs - Equipamentos de Proteção Individual - específicos para o COVID-19. Foram afastados das atividades os médicos integrantes do corpo clínico pertencentes ao grupo de risco, o que contribuiu para a redução da capacidade de atendimento do **INSTITUTO**. Houve redução natural da procura espontânea pelos serviços de assistência à saúde ofertado, motivado pelo medo generalizado da população com a pandemia. O **INSTITUTO** realizou no decorrer do ano de 2020, em todas as áreas, enorme esforço visando redução do custo, ressaltando que lançou mão de todas as prerrogativas oferecidas pelo poder público, como a realização de redução e suspensão da jornada de trabalho autorizada pela Medida Provisória nº 936/2020. Apesar de todo o esforço empreendido, esse cenário, caracterizado por redução da receita e aumento dos custos operacionais, impactou fortemente o resultado do **INSTITUTO**, resultando em déficit operacional no exercício 2020. Para o exercício do ano de 2021 o **INSTITUTO** em função da segunda onda da Pandemia da COVID-19 se vê pessimista em relação a possibilidade de superávit operacional em seu resultado. **3. Apresentação das Demonstrações Finaneiras:** As demonstrações contábeis foram elaboradas utilizando-se como base a continuidade das operações, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo como referência a NBC ITG 2002 - Entidades sem fins de lucros, e suas alterações, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, além das informações mínimas a serem divulgadas em Notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros. A Lei nº 11.638/2007 e demais referências normativas aplicáveis ao universo contábil foram adotadas naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor, assim como o **INSTITUTO**. **4. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** A seguir, o resumo das principais práticas contábeis. **4.1 Regime contábil:** As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade e normas emanadas do órgão regulador da profissão contábil, obedecendo o regime de competência. **4.2 Caixa e Equivalente de Caixa:** Conforme determina as resoluções emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, os valores registrados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. Os valores representados pelas aplicações financeiras estão registrados ao custo original acrescidos dos rendimentos auferidos até à data de encerramento das demonstrações. **4.3 Ativo Circulante - Clientes:** Representado pelo conjunto de valores a receber por parte do Instituto, oriundo dos contratos de prestação de serviço nas áreas em que atua. **4.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Constituída em montante considerado suficiente pela Administração do Instituto, para suprir eventuais perdas na realização de créditos oriundos da prestação de serviços realizada na área de saúde. Essa provisão foi calculada seguindo critérios estabelecidos pela Administração, considerando perspectivas de realização de créditos em relação à situação individual do devedor. **4.5 Imobilizado e Intangível:** Corresponde ao conjunto de bens e direitos aplicados diretamente na realização da atividade operacional da entidade. Estão registrados pelo custo de aquisição e ou construção, deduzidos da depreciação e ou amortização, calculadas com base em taxas mencionadas na Nota 10, e leva em consideração a vida útil estimada dos bens. **4.6 Passivos Circulante e Não-Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data de encerramento do balanço patrimonial. **4.7 Provisões para contingências:** São calculadas e reconhecidas com base em estimativa de perda, em razão de eventos passados que poderão gerar desembolsos futuros. **4.8 Apuração do Resultado:** O Resultado foi apurado obedecendo-se ao Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços foram mensuradas pelo valor justo acordado em contratos, mensurados e reconhecidos em razão da probabilidade dos benefícios econômicos a serem agregados ao patrimônio do Instituto. Os rendimentos e encargos incidentes sobre ativos e passivos, além de suas realizações, estão reconhecidos no resultado. **4.9 Doações:** As doações foram reconhecidas na data em que ocorreram e são contabilizadas como Outras Receitas Operacionais. Somam no balanço anual o montante de R$ 378.504 (trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e quatro reais) sendo totalmente aplicados em ações de filantropia na área de saúde e assistência social mediante atestado de carência socioeconômica, conforme avaliação expedida pelo Serviço Social elaborado na forma do Estatuto da Entidade. **4.10 Trabalho Voluntário:** Em conformidade com a ITG 2002 (R1), o Instituto passou a mensurar o trabalho voluntario da Administração, no exercício de suas funções, calculando a valor justo como se devido fosse. Resultando em 3.600 (três mil, seiscentas) horas despendidas de trabalho voluntário, totalizando a importância de R$ 193.333 (cento e noventa e três mil, trezentos e trinta e três reais). A administração considerou como significativa o montante envolvido, por isso, fez o registro de receitas e despesas de voluntariado. **5. Origem e Aplicação dos Recursos:** Os recursos gerados pelo Instituto tiveram suas origens, exclusivamente, nas atividades associativas previstas em seu estatuto social, ainda que destinados a aplicações financeiras, como forma de garantir e preservar o ativo financeiro, buscando manter a manutenção do poder de compra. No decorrer do ano de 2020, o Instituto não recebeu qualquer tipo de recurso originário do Poder Público. **5.1 Sustentabilidade das Operações do Instituto:** Com a decisão favorável transitada em julgado nos processos judiciais que envolviam a imunidade tributária das contribuições sociais do Instituto, o Conselho de Administração determinou que tais recursos fossem destinados à constituição de reserva financeira para fins de aplicação em projetos de manutenção e ou expansão, melhoria de infraestrutura, etc., preservando e garantindo a continuidade das operações até então desenvolvidas e das gratuidades a serem realizadas. **6. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Representam os recursos disponíveis em moeda corrente, a saber:

	2020	2019
Caixa	1.947	8.300
Bancos Conta Movimento	101.294	159.083
Aplicações Financeiras - Curto Prazo	15.026.920	17.618.094
	15.130.161	**17.785.477**

As aplicações financeiras adotam a premissa de conservadorismo, sendo realizadas em instituições financeiras de primeira linha. Visam rentabilidade no nível do CDI e possuem liquidez imediata. A aplicação contempla as bases de cálculo do período por competência, acrescidas dos respectivos rendimentos das aplicações financeiras que o compõem e que atendem ao princípio do conservadorismo. Os recursos são reaplicados quando do vencimento das aplicações ou na oportunidade de melhores taxas.

	2020	2019
Saldo Inicial:	-	12.320.405
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	796.212
Aplicação financeira	-	2.317.754
(-) IRRF s/ aplicação financeira	-	(170.725)
Transferido para Aplicações Financeiras - Curto Prazo	-	(15.263.646)
Saldo Final:	-	-

Em março de 2019, após os Processos 0032920.30.2008.4.01.3800 de Contribuição Previdenciária Patronal - INSS e Processo 0033521.36.2008.4.01.3800 de Imunidade Tributária do **Instituto Assistencial Espírita André Luiz** transitarem em julgado, a constituição da reserva financeira de contingência foi transferida para aplicação de curto prazo, para garantir sustentabilidade das atividades do Instituto. **7. Clientes:** São as prestações de serviços hospitalares de internação, terapias diversas e atendimentos ambulatoriais faturados para convênios e particulares recebíveis até a data do balanço.

Clientes - Convênio e Particulares	2020	2019
Clientes	2.342.910	2.771.326
(-) Provisão de Créditos de Difícil Liquidação	(710.838)	(892.704)
	1.632.072	**1.878.622**

Provisão de Créditos de Difícil Liquidação - Clientes	2020	2019
Clientes de convênios - Processo cobrança Judicial	(277.875)	(287.134)
Clientes Contas Particulares - Em cobrança judicial	(235.806)	(246.913)
Clientes de convênios - Vencidos há mais de 90 dias	(197.157)	(358.656)
(-) Provisão de Créditos de Difícil Liquidação	**(710.838)**	**(892.703)**

8. Estoques: São registrados ao custo médio de aquisição.	2020	2019
Medicamentos e Material hospitalar	49.598	97.130
Almoxarifado	106.831	48.019
	156.429	**145.149**

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31/12/2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

Receitas	Nota	2020	2019
Serviços Hospitalares - Convênios e Particulares	20	12.513.193	17.135.224
Receita Bruta		**12.513.193**	**17.135.224**
(-) Deduções da Receita Bruta			
Glosas de Convênios, Perdas e Descontos Concedidos	20	(76.762)	(114.349)
Receita Líquida		**12.436.431**	**17.020.875**
Custos dos Serviços Prestados	21	**(6.616.252)**	**(7.164.506)**
Superávit Bruto		**5.820.179**	**9.856.369**
Despesas Operacionais			
Despesas Gerais e Administrativas	22	(4.219.004)	(9.166.017)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	22	(6.544.381)	12.266.312
Outras Receitas			
Doações	4.9	378.504	457.122
Superávit(Déficit)Operac.antes do Result.Financeiro		**(4.564.702)**	**13.413.786**
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras	23	(47.680)	(70.585)
Receitas Financeiras	23	343.751	960.150
(Déficit) / Superávit Operacional		**(4.268.631)**	**14.303.351**
Gratuidades Realizadas	19	(904.788)	(1.689.167)
Gratuidades Concedidas	19	904.788	1.689.167
Trabalho Voluntário Realizado	4.10	(193.333)	-
Trabalho Voluntário Concedido	4.10	193.333	-
(Déficit) / Superávit do Exercício		**(4.268.631)**	**14.303.351**

Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Social em 31/12/2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio Social	Ajustes de Exercicios Anteriores	Superávit ou Déficit do Exercicio	Total
Saldos em 31/12/2018	**6.498.023**	**18.398**	**2.360.117**	**8.876.538**
Transferência de superávit	2.360.117		(2.360.117)	-
Superávit do período			14.303.351	**14.303.351**
Saldos em 31/12/2019	**8.858.140**	**18.398**	**14.303.351**	**23.179.889**
Transferência de superávit	14.303.351		(14.303.351)	-
(Déficit) do período			(4.268.631)	**(4.268.631)**
Saldos em 31/12/2020	**23.161.491**	**18.398**	**(4.268.631)**	**18.911.258**

9. Outros Ativos: Saldos remanescentes até a data do balanço e que deverão ser liquidados no exercício seguinte.

	2020	2019
Cartões de Crédito/Débito	76.781	102.763
Outros Valores a Receber	10.000	15.000
Adiantamento de Férias	57.331	59.479
Outros Adiantamentos para Empregados	16.467	13.365
Adiantamentos a Fornecedores	319	112
Prêmio de Seguros	10.815	10.923
Assinaturas de Jornais e Revistas	765	637
Impostos a recuperar	-	170.725
Outros	630	3.733
	173.108	**376.737**

O saldo de impostos a recuperar corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre o rendimento de aplicação financeira retido indevidamente pela instituição financeira onde os recursos estão aplicados. O respectivo saldo foi restituído ao **Instituto Assistencial Espírita André Luiz** em 02 de janeiro de 2020. **10. Depósitos Judiciais:** Representam recursos financeiros à disposição do Judiciário para discussão de ações trabalhistas. **11. Imobilizado e Intagível:** São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção do ativo. Em 31 de dezembro de 2020, o **Instituto Assistencial Espírita André Luiz** realizou testes de recuperabilidade dos seus ativos imobilizados, conforme requerido no CPC 01 - Redução ao valor Recuperável de Ativos e também revisou a vida útil do seu Ativo Imobilizado, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil CPC 27 - Ativo Imobilizado. O CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável Ativos gerou um ajuste no ativo imobilizado de R$ 79.095 (setenta e nove mil, noventa e cinco reais). O Imobilizado está registrado pelo custo corrigido monetariamente até dezembro de 1995, sendo que a partir de 1996 com o advento da Lei nº 9.249/95 o imobilizado deixou de ser corrigido. Sua composição até a data do balanço é:

Imobilizado - Custo de aquisição	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Transferência	Saldo em 31/12/2020	
Terrenos	671.775	-	-	-	671.775	
Edificações	3.102.267	-	-	10.905	3.113.172	
Instalações	1.183.224	79.355	-	492.374	1.754.953	
Moveis e Utensílios	907.880	34.140	(4.926)	80.743	1.017.837	
Equipamentos Hospitalares	369.707	-	-	13.877	383.584	
Maquinas e Equipamentos	271.815	-	-	-	271.815	
Equip. de Informática e Comunicações	623.438	49.962	-	-	673.400	
Veículos	79.462	-	-	-	79.462	
Ferramentas	979	-	-	-	979	
Obras em Andamento - SND	-	207.875	(206.925)	-	950	
Projeto Implantação do Prontuário Eletrônico	61.014	-	(60.652)	(362)	-	
Projeto Reformas - PA	381.571	256.700	(40.099)	(598.172)	-	
Projeto Melhoria de Infraestrutura e TI	3.818	-	(1.953)	(1.865)	-	
Projeto Reformas - Muro	26.948	22.279	(49.227)	-	-	
Projeto Reforma - DAE	-	4.186	(4.186)	-	-	
Projeto Reforma - Renovar 1A	-	825.228	-	2.500	827.728	
Projeto Reforma - Telhados	-	16.000	-	-	16.000	
Projeto - Subestação	-	358.583	(6.434)	-	352.149	
Total Imobilizado - Custo	**7.683.898**	**1.854.308**	**(374.402)**	**-**	**9.163.804**	
Depreciação acumulada	**Saldo em 31/12/2019**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência**	**Saldo em 31/12/2020**	**Taxa Média**
Depreciação - Edificações	(1.243.931)	(124.309)	-	-	(1.368.241)	3,33%
Depreciação - Instalações	(318.669)	(144.889)	-	-	(463.558)	3,33%
Depreciação - Móveis e Utensílios	(569.980)	(72.554)	-	-	(642.534)	12,05%
Depreciação - Equipamentos Hospitalares	(229.712)	(27.474)	-	-	(257.186)	9,15%
Depreciação - Máquinas e Equipamentos	(188.980)	(19.917)	-	-	(208.897)	13,50%
Depreciação - Equip. Infor. e Comunicações	(400.038)	(68.417)	-	-	(468.455)	16,39%
Depreciação - Veículos	(79.462)	-	-	-	(79.462)	0%
Depreciação - Ferramentas	(306)	(79)	-	-	(385)	10%
Perdas Estimadas por Redução do Valor	-	(79.096)	-	-	(79.096)	
Depreciação Acumulada	**(3.031.078)**	**(536.735)**	**-**	**-**	**(3.567.814)**	
Saldo Imobilizado	**4.652.820**	**1.687.409**	**-**	**-**	**5.595.990**	
Ativo Intangível	**Saldo em 31/12/2019**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência**	**Saldo em 31/12/2020**	
Softwares ou Programas de Computador	74.350	-	-	-	74.350	
Outros Intangíveis	75.960	-	-	-	75.960	
Projeto Implantação do *Wareline*	78.326	9.124	(87.450)	-	-	
Total Intangível	**228.636**	**-**	**-**	**-**	**150.310**	
Ativo Intangível	**Saldo em 31/12/2019**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência**	**Saldo em 31/12/2020**	**Taxas**
Amortização - Soft ou Progr. De Computador	(74.350)	-	-	-	(74.350)	20%
Amortização - Outros Intangíveis	(75.960)	-	-	-	(75.960)	20%
Amortização Acumulada	**(150.310)**	**-**	**-**	**-**	**(150.310)**	-
Saldo Intangível	**78.326**	**9.124**	**(87.450)**	**-**	**-**	

12. Fornecedores: Referem-se a compras a prazo de materiais de uso e consumo e materiais diversos, além de serviços contratados, em aberto até a data do Balanço. Não existem valores pendentes, ou seja, os créditos estão dentro dos prazos estipulados para pagamento no Setor Financeiro. **13. Obrigações Trabalhistas e Provisões Sociais:** São os proventos devidos aos funcionários e o reconhecimento de Obrigações trabalhistas com férias vencidas e a vencer e seus referidos encargos até a data do balanço, calculados de forma individualizada e cuja liquidação se dará no período subsequente, são eles:

	2020	2019
Salários e Ordenados	1.425	-
Décimo Terceiro Salário	-	36
FGTS a Recolher	82.334	80.599
INSS sobre Fopag	116.968	70.429
IRRF sobre Fopag	35.792	32.317
Contribuições e Mensalidades Sindicais	3.413	6.178
Provisão para Pgto. Férias e Encargos	791.172	878.388
	1.031.104	**1.067.947**

A composição do quadro de Pessoal do **Instituto Assistencial Espírita André Luiz** até a data do balanço era de 330 (trezentos e trinta) empregados ativos. **14. Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Tributárias:** São as contribuições sociais e tributárias devidas relativas às retenções na fonte sobre serviços tomados reconhecidos na data do Balanço, e cuja liquidação se dará no exercício subsequente, a saber:

	2020	2019
Impostos e Contribuições a recolher		
IRRF Retido na Fonte a Recolher	628	743
INSS sobre Prestação de Serviço	549	430
PIS/COFINS/CSLL Retidos na Fonte	1.499	1.520
ISS Retido sobre Nfs. de Serviços Prestados	1.668	1.618
	4.344	**4.311**

15. Adiantamento Recebido de Clientes: O **Instituto Assistencial Espirita André Luiz** recebeu do cliente **UNIMED Belo Horizonte,** auxílio financeiro COVID-19, a título de adiantamento a cliente a importância de R$ 401.369 (quatrocentos e um mil, trezentos e sessenta e nove reais), a serem pagas em 18 prestações mensais consecutivas no valor de R$ 22.298 (vinte e dois mil e duzentos e noventa e oito reais) em forma de desconto nos faturamentos mensais do **Instituto Assistencial Espirita André Luiz.**

	2020	2019
Adiantamento de Cliente - Circulante		
UNIMED BH	267.579	-
Credores Diversos - Não Circulante		
UNIMED BH	22.298	-
	289.877	-

16. Receitas a Apropriar: O **Instituto Assistencial Espirita André Luiz** recebeu em dezembro de 2020 do cliente **UNIMED Belo Horizonte** a importância de R$ 275.000 (duzentos e setenta e cinco mil reais) a título de cooperação técnica para implantação do prontuário eletrônico, o prazo de validade do presente termo de cooperação iniciou-se em 01.12.2020 e tem prazo para término em 01.07.2021, se o prontuário eletrônico não for implantado o **Instituto Assistencial Espirita André Luiz** será obrigado a devolver a importância de R$ 275.000 (duzentos e setenta e cinco mil reais).

	2020	2019
Receitas a apropriar	275.000	-

17. Outros Passivos: São outras obrigações de curto prazo pendentes de pagamento até a data do balanço, com vencimento no exercício subsequente, a saber:

	2020	2019
Adiantamentos de Clientes	11.327	15.896

18. Provisão para Contingência Trabalhista: A entidade é parte envolvida em processos trabalhistas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativas e judicial. O risco de perda associado a cada processo é classificado em PROVÁVEL, POSSÍVEL e REMOTA, e é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos internos e externos, e leva em consideração: (i) histórico da perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada processo. Com base nessa avaliação a Administração, quando aplicável, constitui provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco foi classificada como PROVÁVEL. A variação da contingência trabalhista ocorreu em virtude de cálculo de liquidação de sentença apresentado em processo em curso. Estes valores estão sujeitos a variação, uma vez que o valor definitivo ainda não foi fixado.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercicios findos em 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

	Nota	2020	2019
(Deficit) / Superávit do período		**(4.268.631)**	**14.303.351**
Ajustes para reconciliar o resultado:			
Depreciação e Amortização	11	457.640	350.817
Perdas Estimadas por Redução de Valor	11	79.096	-
Rendimento da Aplicação Financeira de Contingência	5	-	(132.234)
Constituição (Reversão) Provisão de Natureza Cível	18	-	(60.000)
Constituição (Reversão) Prov.de Natureza Trabalhista	18	1.753.583	(18.078)
Constit.(Reversão)Prov.p/Créd.de Liquidação Duvidosa	7	(181.865)	184.279
Constituição (Reversão) Provisão para Faturamento	20	(17.875)	81.369
Constituição (Reversão) Outras Provisões	9	-	(1.000)
Constituição (Reversão) Prov.Contingenciais Passivas		-	(12.115.312)
Resultado ajustado		**(2.178.052)**	**2.593.192**
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a Receber de Clientes	7	446.290	(39.563)
Estoques	8	(11.280)	(54.204)
Outros Ativos	9	203.629	(205.217)
Aplicação financeira	6	-	12.452.639
Depósitos Judiciais	10	38.709	(38.697)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Obrigações trabalhistas e provisões sociais	13	(36.843)	146.683
Fornecedores	12	(72.020)	(41.111)
Obrigações fiscais, previdênciárias e tributárias	14	33	(3.158)
Outros Passivos	17	(4.569)	6.821
Provisões Processos Trabalhista e Civil	18	(204.510)	(53.422)
Adiantamento Recebido de Clientes	15	289.877	-
Receita a Apropriar	16	275.000	-
Caixa liq. gerado pelas Atividades Operacionais		**(1.253.736)**	**14.763.963**
Fluxo de caixa das Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intagível	11	(1.401.580)	(1.180.977)
Caixa liq. aplicado nas atividades de investimento		**(1.401.580)**	**(1.180.977)**
(Redução) Aumento Líq. no Caixa e Equiv. Caixa		**(2.655.316)**	**13.582.986**
(Redução) Aumento Líq. no Caixa e Equiv. Caixa		**(2.655.316)**	**13.582.986**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	6	**17.785.477**	**4.202.491**
Caixa e Equivalentes de Caixa - Final do Período	6	**15.130.161**	**17.785.477**

Em 31 de dezembro de 2020 o **INSTITUTO** ainda possui em trâmite o montante de R$ 14.651 (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e um reais) relacionados a processos administrativos e judiciais, cuja probabilidade de perda parcial é possível. **19. Resumo das Gratuidades:** As gratuidades no decorrer do exercício social de 2020, foram gravemente impactadas pelo contexto da COVID-19, conforme a Demonstração do Resultado referente ao exercício de 2020 realizada pelo **Instituto Assistencial Espírita André Luiz** no campo da política de saúde, assim se resumem:

	2020		2019	
Unidade	**Quantidade***	**Custo Gratuidades R$**	**Quantidade***	**Custo Gratuidades R$**
Internação	923	263.597	3.983	1.048.182
Ambulatório	3.597	284.307	2.126	203.371
E.C.T	40	11.428	95	28.144
Cetas	3.948	345.456	6.550	409.470
Total	**8.508**	**904.788**	**12.754**	**1.689.167**

*Diárias Globais de atendimentos para Internação e **Cetas;** Número de consultas realizadas para Ambulatório; Número de exames realizados para **ECT**. **20. Detalhamento das Receitas:**

	2020	2019
Receita Operacional Bruta		
Internação - Convênios e Particulares	9.205.187	12.736.223
T.U.H - Internação*	186.672	276.883
Ambulatório - Convênios e Particulares	415.209	390.967
Materiais Médico Hospitalares e Medicamentos	738.241	788.046
CETAS - Convênios e Particulares	127.975	411.693
ECT - Convênios e Particulares	448.987	1.182.139
Outras Receitas Operacionais	1.375.906	1.364.242
Provisão de Faturamento	1.052.748	1.782.378
Reversão Provisão de Faturamento	(1.037.732)	(1.797.347)
	12.513.193	**17.135.224**
Deduções da Receita Bruta		
(-) Glosas	(63.124)	(110.622)
(-) Descontos Concedidos	-	(2.199)
(-) Perdas de Faturamento	(13.638)	(1.528)
	(76.762)	**(114.349)**
Total Líquido das Receitas	**12.436.431**	**17.020.875**

***T.U.H** - *Taxa de Utilização Hospitalar - Taxa cobrada dos profissionais de saúde sem vínculo empregatício pela utilização de espaços e infraestrutura da Instituição.* As glosas representam *0,50%* da receita operacional bruta. **21. Detalhamento dos Custos sobre os Serviços Prestados:**

Custo dos Serviços Prestados	2020	2019
Gastos com Pessoal	4.911.476	5.152.406
Materiais Hospitalares e Medicamentos	318.569	479.588
Serviços de Terceiros	321.521	566.978
Custos Indiretos	185.639	328.454
Custos Gerais	509.688	389.339
Outros Custos	369.359	247.741
	6.616.252	**7.164.506**

22. Detalhamento das Despesas Operacionais:	2020	2019
Despesas Operacionais		
Despesas com Pessoal (Valor Bruto)	6.303.001	6.122.068
Despesas com Terceiros (PF)	16.930	22.144
Despesas com PJ	392.313	562.082
Despesas com Manutenção	118.794	106.738
Despesas com Gêneros Alimentícios	735.949	690.001
Despesas Gerais	1.315.286	1.296.025
Despesas com Água e Esgoto	192.463	219.396
Despesas com Energia Elétrica	121.576	147.563
	9.196.312	**9.166.017**
Outras Despesas Operacionais	**2020**	**2019**
Provisões de Natureza Trabalhista	1.833.583	48.556
Provisões de Natureza Cível	-	18.000
Provisões de Natureza Tributária	-	401.208
(-) Reversão de Provisões de Natureza Trabalhista	(284.510)	(157.556)
(-) Reversão de Provisões de Natureza Cível	18.000	(60.000)
(-) Reversão de Provisões de Natureza Tributária	-	(12.516.520)
	1.567.073	**(12.266.312)**
Total	**10.763.385**	**(3.100.295)**

A Reversão de provisão de natureza tributária refere-se à reversão da reserva Contingência. **23. Detalhamento das Despesas e Receitas Financeiras:**

Receitas Financeiras	2020	2019
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras de Contingência	-	796.212
Rendimentos sobre Aplicações Financeiras e Outras	400.492	163.161
Descontos Obtidos	4.291	777
Outras Receitas Financeiras	137	-
Perdas sobre Aplicação Financeira	(61.169)	-
	343.751	**960.150**
Despesas Financeiras	**2020**	**2019**
Despesas Bancárias	(28.062)	(34.803)
Juros e Multas	(725)	(6.559)
Outras Despesas Financeiras	-	(2.463)
Comissões sobre vendas -Cartões	(18.893)	(26.760)
	(47.680)	**(70.585)**

24. Imunidade Tributária: O **Instituto Assistencial Espírita André Luiz** encontra-se em pleno gozo da imunidade tributária no que tange aos impostos incidentes sobre patrimônio, renda e serviços, conforme previsto no Art. 150, inc. VI, alínea "c", da Constituição Federal, cumprindo com os requisitos estabelecidos no Art. 14 da Lei nº 5.172/1966. Também, encontra-se em plena fruição do benefício da imunidade tributária sobre contribuições sociais, conforme previsto no Art. 195 - §7º, Constituição Federal. **25. Requisitos da Imunidade Tributária de Contribuições Sociais:** Em março/2019, transitou em julgado decisões judiciais favoráveis ao **Instituto Assistencial Espírita André Luiz** que ratificaram a inexistência de relação jurídica tendentes a exigir o cumprimento de requisitos necessários à fruição e gozo da imunidade tributária das contribuições sociais com base em legislação ordinária. Tais decisões mantiveram, como base para cumprimento dos requisitos necessários ao gozo dessa benesse constitucional, as disposições contidas no Art. 14 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), declarando a inexistência de relação jurídica do Instituto com as exigências estabelecidas em razão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social.

Diretoria

Eleusa Mizrahy Polakiewicz
Diretora-Presidente

Sérgio Barbosa da Silva
Contador - CRC/MG 039012/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Srs. Diretores do **Instituto Assistencial Espírita André Luiz -** Belo Horizonte - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto Assistencial Espírita André Luiz**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Assistencial Espírita André Luiz** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 18 de março de 2021

Mattoso & Mendes Auditores Independentes
CRCMG nº 002.684/O

José Roberto de Almeida Mendes
Contador CRCMG 19.932/O-9

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código ADE7-827E-DE5F-A16C.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU/MG

A Pref. torna público a abertura do Proc. Licit. 0036/2021, PP/SRP 026/2021 – **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE BOMBAS SUBMERSAS, MOTOR, TUBOS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PARA ATENDER A SEC. DE OBRAS E SERV. URBANOS DO MUNICÍPIO** - Credenciamento: 17/05/21 às 08h00min - Abertura da sessão 17/05/21 às 08h15min. e-mail: pmibiracatulicitacao@gmail.com, site: http://www.ibiracatu.mg.gov.br
Kleber da Silva de Moraes - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

DECISÃO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2021

Objeto: contratar pessoas jurídicas prestadoras de Serviços Laboratoriais para a Realização de Exames de Análises Clínicas, Anatomopatológico e Citopatológicos, constantes da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, OPM do SUS, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS e outros não pertencentes a Tabela SUS, incluindo fornecimento de todos os materiais e insumos para coleta, transporte do material biológico até a liberação e entrega dos resultados (fase pré-analítica, analítica e pós-analítica), assim como todas as condições necessárias para a perfeita realização dos serviços, para atender a demanda do Município de Uberlândia em suas unidades de saúde.O Secretário Municipal de Saúde, tendo em vista aos pedidos de esclarecimento e impugnações apresentadas ao Edital Pregão Eletrônico nº 044/2021 e, considerando a necessidade de analisá-los DECIDE SUSPENDER, sine die, a referida Licitação.Deve-se dar amplo conhecimento dessa decisão mediante publicação de que a mesma foi SUSPENSA, sine die e que, oportunamente será marcada nova data para Sessão Pública para recebimento de proposta.Uberlândia, 28 de abril de 2021.GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO.Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBELITA

• **Aviso de Licitação.** A Prefeitura de Rubelita - MG, torna-se público a realização do Processo Licitatório N° 044/2021, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL POR SRP 007/2021**, em 13/05/2021 às 09h00min, tipo menor preço por item, objetivando o **Registro de Preços para aquisição eventual de cestas básicas.** Edital com informações complementares no site www.rubelita.mg.gov.br. Em 29/04/2021- Edileuza Miranda Jardim - Pregoeira Oficial.

• **Aviso de Licitação.** A Prefeitura de Rubelita - MG, torna-se público a realização do Processo Licitatório N° 045/2021, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL POR SRP 008/2021**, em 14/05/2021 às 09h00min, objetivando o **Registro de Preços para Prestação de Serviços de Locação e Manutenção Preventiva e Corretiva de Impressoras Multifuncionais, Recarga de Tonner e Fornecimento de Tonner novo**. Edital com informações complementares no site www.rubelita.mg.gov.br. Em 29/04/2021- Edileuza Miranda Jardim - Pregoeira Oficial

• **Aviso de Licitação.** A Prefeitura de Rubelita - MG, torna-se público a realização do Processo Licitatório N° 046/2021, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL POR SRP 009/2021,** em 17/05/2021 às 09h00min, objetivando o **Registro de Preços para eventual Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).** Edital com informações complementares no site www.rubelita.mg.gov.br. Em 29/04/2021- Edileuza Miranda Jardim - Pregoeira Oficial.

• **Aviso de Licitação.** A Prefeitura de Rubelita - MG, torna-se público a realização do Processo Licitatório N° 047/2021, na modalidade **Pregão Presencial 010/2021**, em 18/05/2021 às 09h00min, objetivando a **Aquisição, com entrega imediata, de Materiais Esportivos e Uniformes**, pagamento oriundo do CONVÊNIO Nº1481001054/2020/SEDESE. Edital com informações complementares no site www.rubelita.mg.gov.br. Em 29/04/2021- Edileuza Miranda Jardim - Pregoeira Oficial

SICOOB COOPCRED/SP

Edital de Leilão **004/2021**– O **Leiloeiro Jonas Gabriel Antunes Moreira**, JUCEMG 638, torna público que levará a leilão online em 18/06/2021 1ª Praça e 02/07/2021 2ª Praça às 13:00h, seu Imóvel: parte ideal de um imóvel rural, com área de 15,00Hás de uma área total de 130,68Hás, da propriedade denominada Fazenda Arco Iris (Santa Cecília). Matrícula: N°6435 CRI de Penápolis/SP. Informações, fotos e edital no site: www.jonasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 0800-242-2218.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAOBIM/MG

AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2021

O Município de Itaobim torna público que realizará Chamada Pública - destinada à aquisição de Gêneros Alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados à merenda escolar. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia: 14/05/2021 às 09:00 horas. As cópias do - PAL Nº. 053/2021 - CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2021, bem como esclarecimentos e informações poderão ser obtidos no Departamento Municipal de Licitação e Patrimônio, situado à Rua Belo Horizonte, 360, Centro, CEP: 39.625-000 - Itaobim/MG, Fone: (33) 3734-1157 ou e-mail: licitacao@itaobim.mg.gov.br, edital disponível pelo site: www.itaobim.mg.gov.br. Cláucio Melgaço Damasceno - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2021

O Município de Itaobim/MG - torna público a Retificação do Edital referente ao Processo licitatório nº. 044/2021 - Pregão Presencial nº. 023/2021 - Tipo: menor preço por item - para Aquisição de Equipamentos e Material de Construção, no sistema registro de preços, acrescentando mais itens no edital para formulação de proposta. As demais cláusulas permanecem inalteradas, assim como data de abertura, para mais esclarecimentos e informações poderão ser obtidos no Departamento Municipal de Licitação e Patrimônio - Rua Belo Horizonte, 360, Centro, CEP: 39.625-000 - Itaobim/MG, Fone: (33) 3734-1157, E-mail: licitacao@itaobim.mg.gov.br, edital disponível no site: www.itaobim.mg.gov.br. Cláucio Melgaço Damasceno - Pregoeiro.

AVISO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO

Pregão eletrônico 2301901-0002/2021
Processo SEI nº. 2300.01.017596/2020-45

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de engenharia de natureza contínua, sob o regime de empreitada por preços unitários, para Prestação de Serviços de Engenharia de Trânsito, na forma, nas quantidades e em conformidade com as especificações técnicas e demais condições expressas no Edital e nos seus respectivos anexos. O Diretor Geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG, no uso de suas atribuições, considerando manifestação da Diretoria de Operação Viária, CI 269, apensa aos autos, e por motivo de ordem administrativa, decide REVOGAR o referido pregão eletrônico. Desta forma restam prejudicados todos os recursos interpostos ao presente certame.

DER MG — MINAS GERAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA LAGOA/MG

• **Aviso contendo o Resumo do Edital.** A Prefeitura Municipal de São João da Lagoa/MG torna público que está aberto o prazo para **Credenciamento nº 005/2021, Processo Licitatório nº 033/2021. Objeto: Credenciamento de Instituições Financeiras para Prestação de Serviços Bancários para Recolhimento de Tributos e demais Receitas Públicas Municipais por meio de Guia de Arrecadação Municipal (Guia emitida pelo Município), em padrão FEBRABAN**. O Credenciamento ocorrerá a partir da data de sua publicação, válido por 12 meses, sem qualquer exclusividade. Informações: setor licitações, Av. Coração de Jesus, nº 1005, centro, site www.saojoaodalagoa.mg.gov.br, e-mail licita.pmsjl@yahoo.com.br. São João da Lagoa, 29 de abril 2021. José Leonan Leite dos Santos - Presidente da CPL.

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital nº: 035/2021.
Processo SEI nº: 2300.01.0077143/2021-53

O Diretor Geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG torna público que fará realizar, através da Comissão Permanente de Licitação, às 14:00hs (quatorze horas) do dia 17/05/2021, em seu edifício-sede, à Av. dos Andradas, 1.120, sala 1009, nesta capital, TOMADA DE PREÇO EXECUÇÃO DA REFORMA E RESTAURAÇÃO DO PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA (SEF), LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE MURIAÉ, ESTADO DE MINAS GERAIS, de acordo com edital e composições de custos unitários constantes do quadro de quantidades, que estarão disponíveis no endereço acima citado e no site www.der.mg.gov.br, a partir do dia 30/04/2021. A entrega dos envelopes de proposta e documentação deverá ser realizada até às 17:00hs (dezessete horas) do dia 14/05/2021 na forma prevista no Edital, no Serviço de Protocolo e Arquivo – SPA do DER/MG. A visita técnica ocorrerá nos dias 06/05/2021 de 14:00 horas às 17:00 horas e 07/05/2021 de 09:00 horas às 12:00 horas, mediante agendamento. Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone 3235-1272 ou pelo site acima mencionado.

DER MG — MINAS GERAIS

ASSOC DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIB D N

CNPJ : 01367181000151
Balanço Patrimonial Encerrado em 31/12/2020

	Exercício Anterior	Exercício Atual
Ativo (5)		
Circulante (10)		
Disponível (15)		
Numerários em caixa (20)		
Caixa (25)	13,62D	13,62D
=Numerários em caixa	*********13,62D	*********13,62D
Banco conta movimento (30)		
Banco do Brasil C/C 25234 (35)	0,00D	0,00D
Banco do Brasil C/C 42211 (45)	0,00D	0,00D
Banco do Brasil C/C 45334-x (53)	0,00D	0,00D
Banco do Brasil c/c 49050-4 (63)	0	0
Banco do Brasil c/c 47.402-9 (67)	0	0
=Banco conta movimento	**********0,00D	**********0,00D
Aplicações (50)		
Aplicação 42211 (55)	1.732,64D	69,13D
Aplicação 25234 (60)	18,06D	12.263,67D
Aplicação 27705 (65)	217,70D	0,00D
Aplicação 45334-x (84)	2.011,58D	412,85D
Aplicaçao 49050-4 (94)	8.419,83D	5.317,38D
Aplicaçao 47.402-9 (96)	6.017,92D	3.271,56D
=Aplicações	*****18.417,73D	*****21.334,59D
=Disponível	*****18.431,35D	*****21.348,21D
=T o t a l - Circulante	*****18.431,35D	*****21.348,21D
Ativo Não Circulante (370)		
Imobilizado (435)		
Imóveis (440)		
Terrenos (445)	372.910,11D	372.910,11D
Edificações (450)	303.560,33D	303.560,33D
Obras em Andamento (452)	77.235,71D	77.235,71D
=Imóveis	****753.706,15D	****753.706,15D
Máquinas e equipamentos (465)		
Máquinas e equipamentos (470)	33.380,21D	33.380,21D
=Máquinas e equipamentos	*****33.380,21D	*****33.380,21D
Informática (475)		
Equipamentos de Informatica (480)	7.307,77D	7.307,77D
Equipamentos de Foto (482)	706,89D	706,89D
=Informática	******8.014,66D	******8.014,66D
Móveis e utensílios (485)		
Móveis e Utensílios (490)	31.046,05D	31.046,05D
=Móveis e utensílios	*****31.046,05D	*****31.046,05D
Veículos (495)		
Veículos (500)	26.988,83D	26.988,83D
=Veículos	*****26.988,83D	*****26.988,83D
=Imobilizado	****853.135,90D	****853.135,90D
Depreciação Acumulada (545)		
Depreciação Acumulada Imobilizado (550)		
(-) Depreciação Acum. Aquis. Máquinas e Equipament (565)	1.628,32C	1.628,32C
(-) Depreciação Acum. Aquis. Informatica (570)	35,00C	35,00C
(-) Depreciação Acum. Aquis. Móveis e Utensílios (575)	16.707,86C	16.707,86C
=Depreciação Acumulada Imobilizado	*****18.371,18C	*****18.371,18C
=Depreciação Acumulada	*****18.371,18C	*****18.371,18C
=T o t a l - Ativo Não Circulante	****834.764,72D	****834.764,72D
=T o t a l - Ativo	****853.196,07D	****856.112,93D
	Exercício Anterior	Exercício Atual
Passivo (680)		
Circulante (685)		
Tributos e Contribuições (790)		
Tributos e Contribuições (795)		
INSS a Recolher (820)	13.568,95D	54.069,22C
FGTS a Recolher (825)	3.249,37D	4.970,78C
=Tributos e Contribuições	*****16.818,32D	*****59.040,00C
Retenções de Imposto e Contribuições (840)		
Imposto de Renda Retido na Fonte – de Funcionários (845)	472,98D	618,77C
Pis sobre folha (882)	406,17D	406,17D
=Retenções de Imposto e Contribuições	********879,15D	********212,60C
=Tributos e Contribuições	*****17.697,47D	*****59.252,60C
Obrigações com Pessoal (930)		
Salários (935)		
Salários a Pagar (940)	36.440,00D	93.320,16C
=Salários	*****36.440,00D	*****93.320,16C
=Obrigações com Pessoal	*****36.440,00D	*****93.320,16C
=T o t a l - Circulante	*****54.137,47D	****152.572,76C
Patrimônio líquido (1170)		
Reservas (1195)		
Reservas de Capital/Reservas Patrimoniais (1200)		
Reservas Social (1212)	111.656,28C	111.656,28C
Bens Moveis (1214)	19.149,57C	19.149,57C
Edificações (1216)	303.560,33C	303.560,33C
Lotes 4 e 6 Q10 b v. Mariana (1218)	372.910,11C	372.910,11C
=Reservas de Capital/Reservas Patrimoniais	****807.276,29C	****807.276,29C
=Reservas	****807.276,29C	****807.276,29C
Prejuízos/Déficits Acumulados ou Resultado (1325)		
Prejuízos/Déficits Acumulados (1330)		
Superávits Apurados (1335)	392.933,17C	392.933,17C
Déficits Apurados (1340)	292.875,92D	496.669,29D
=Prejuízos/Déficits Acumulados	****100.057,25C	****103.736,12D
=Prejuízos/Déficits Acumulados ou Resultado	****100.057,25C	****103.736,12D
=T o t a l - Patrimônio líquido	****907.333,54C	****703.540,17C
=T o t a l - Passivo	****853.196,07C	****856.112,93C

IMPORTA O PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL SOMANDO NO ATIVO E NO PASSIVO 856.112,93 (OITOCENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL, CENTO E DOZE REAIS E NOVENTA E TRêS CENTAVOS) DE ACORDO COM A DOCUMENTAÇÃO QUE NOS FOI APRESENTADA.
Ribeirão das Neves, 31 de dezembro de 2020
MARIA JOSÉ CARNEIRO OLIVEIRA - Presidente
CPF: 07574230609 RG: 12796771 Orgão: SSPMG Expedição: 28/02/2013
RICARDO VILANOVA CORREA - TEC.CONTABIL
CPF: 389.984.086-00 CRC: 44421MG RG: 2731967 Orgão: SSPMG

REFRAMEC - MANUTENÇÃO E MONTAGENS DE REFRATÁRIOS S.A.

CNPJ Nº 07.710.277/0001-57

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2020, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Diretoria. Contagem, 28 de abril de 2021.

Balanços patrimoniais Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativos	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.411	1.339
Contas a receber de clientes	454	3.796
Estoques	74	379
Impostos a recuperar	1.437	1.435
Total do ativo circulante	3.376	6.949
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	281	1.079
Imobilizado	1.854	2.406
Intangível	500	607
Total do realizável ao longo prazo	2.635	4.092
Total do ativo	6.011	11.041
Total do realizável ao longo prazo	2.635	4.092
Total do ativo	**6.011**	**11.041**

Passivos	2020	2019
Circulante		
Fornecedores	222	1.181
Salários e obrigações sociais	-	921
Impostos e contribuições a recolher	40	124
Provisão para reestruturação	1.885	3.757
Provisão contrato oneroso	-	545
Outras obrigações	2.158	1.397
Total do passivo circulante	4.305	7.925
Não circulante		
Provisão para contingências	-	121
Total passivo não circulante	-	121
Patrimônio líquido		
Capital social	32.041	32.274
Reservas de lucros	-	148
Ajuste de avaliação patrimonial	546	546
Lucros/Prejuizos acumulados	(30.881)	(29.973)
Total do Patrimônio líquido	1.706	2.995
Total do passivo e patrimônio líquido	**6.011**	**11.041**

Demonstrações do resultado Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Receita de contrato com clientes	2.490	19.724
Custo dos serviços prestados	(55)	(31.554)
Lucro bruto	**2.435**	**(11.830)**
Despesa de vendas	-	(166)
Despesas gerais e administrativas	(2.530)	(5.768)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(2.530)**	**(5.934)**
Receitas financeiras	10	32
Despesas financeiras	(25)	(105)
Resultado financeiro, líquido	**(15)**	**(73)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(110)**	**(17.837)**
Imposto de renda e contribuição social	(798)	-
Lucro líquido do exercício	**(908)**	**(17.837)**

Demonstrações de resultados abrangentes Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(908)	(17.837)
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente total	(908)	(17.837)

Demonstrações dos fluxos de caixa Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Lucro líquido do exercício	(908)	(17.837)
Ajustes		
Depreciação	659	35
Provisão para contingências	121	43
Provisão Contrato Oneroso	545	4.782
	417	(12.977)
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Contas a receber de clientes	3.342	216
Estoques	305	95
Impostos a recuperar	(2)	136
Outros	840	18
	4.485	465
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Fornecedores	(959)	(1.134)
Salários e obrigações sociais	(921)	(1.371)
Impostos e contribuições a recolher	(84)	(30)
Provisão para reestruturação	(1.872)	
Outros	(761)	1.397
	(4.597)	(1.138)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	305	(13.650)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	-	519
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	-	519
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para Aumento de Capital	(233)	-
Aumento de capital	-	13.530
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(233)	13.530
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	72	399
Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa	1.339	940
Saldo final caixa e equivalentes de caixa	1.411	1.339
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	72	399

Demonstrações do resultado Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reservas de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	**18.744**	**-**	**148**	**546**	**(12.136)**	**7.302**
Aumento de Capital	13.530	-	-	-	-	13.530
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(17.837)	(17.837)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**32.274**	**-**	**148**	**546**	**29.973**	**2.995**
Adiantamento para Aumento de Capital	(233)	-	-	-	-	(233)
Realização de reserva	-	-	(148)	-	-	(148)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(908)	(908)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**32.041**	**-**	**-**	**546**	**(30.881)**	**1.706**

Francisco José Carrara Fava — Diretor
Eduardo de Paula Schwarzbach — Diretor
Responsável Técnico — Carolina Teixeira Pedra, Contadora - CRC- MG-105542/O

As demonstrações financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Aviso de Licitação
Processo nº 068/2021
Pregão nº 033/2021

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios destinados a distribuição aos alunos de baixa renda durante o período de suspensão das aulas devido a pandemia do novo coronavírus da rede pública municipal de ensino conforme decreto legislativo nº 06 de 2020, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 14/05/2021. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 29/04/2021.
Astor José de Sá - Prefeito Municipal.

MATERNIDADE OCTAVIANO NEVES S/A

CNPJ 17.272.568/0001-64
NIRE 3130003955-2

AVISO DE DISPONIBILIDADE DOS DOCUMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO

Ficam os acionistas da Maternidade Octaviano Neves S/A ("Companhia") avisados que os documentos elencados no art. 133 da Lei nº 6.404/76 referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 encontrar-se-ão à disposição dos acionistas, na sede da Companhia (Rua Ceará nº 186, Sta. Efigênia, BH/MG), podendo ser acessados de segunda a sexta-feira em horário comercial e mediante a comprovação da qualidade de acionista.
Wander Moreira Soares
Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE REVOGAÇÃO

Pregão Presencial - nº 263/2020

O Município de Nova Lima torna público a **revogação** do Pregão Presencial - **nº 263/2020**. Objeto: Aquisição de kit de uniformes para serem distribuídos aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Nova Lima. A revogação está disponível no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Portal da Transparência/Publicações.**

Nova Lima, 29 de abril de 2021.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 6BE6-E3C0-9E51-19A4.

UNIAO DEL REI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SA

CNPJ: 18.801.200/0001-09

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	313.635,92	205.380,62
Contas a Receber de Clientes e Outros Créditos	17.848.824,03	16.745.881,57
Estoques	11.720.085,55	10.030.362,91
Tributos a Recuperar	2.457,77	2.113,58
Outros Ativos Circulantes	456.692,12	206.854,93
	30.341.695,39	**27.190.593,61**
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Contas a Receber de Clientes e Outros Créditos	97.806,40	97.806,40
Imobilizado	29.719,27	31.247,23
	127.525,67	**129.053,63**
TOTAL ATIVO	**30.469.221,06**	**27.319.647,24**

PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	356.471,82	455.069,01
Empréstimos, Financiamentos e Arrendamentos Financeiros	1.650.901,66	2.736.157,23
Obrigações Trabalhistas	139.211,71	98.524,14
Obrigações Tributárias	423.466,97	281.579,87
Outros Passivos Circulantes	6.023,96	0,00
	2.576.076,12	**3.571.330,25**
NÃO CIRCULANTE		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	7.859.000,00	7.859.000,00
Lucro Acumulado	20.034.144,94	15.889.316,99
	27.893.144,94	**23.748.316,99**
TOTAL PASSIVO	**30.469.221,06**	**27.319.647,24**

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	**7.748.431,08**	**7.355.006,38**
LUCRO BRUTO	**7.748.431,08**	**7.355.006,38**
Despesas com Pessoal	-873.143,62	-348.829,65
Serviços de Terceiros	-1.801.657,60	-3.092.738,46
Despesas Gerais	-535.887,21	-859.360,69
Despesas Tributárias	-173.291,08	-164.645,03
Despesas não Dedutíveis	-37.897,55	-167.656,82
Outras Receitas Operacionais	1,00	0,23
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**4.326.555,02**	**2.721.775,96**
Receita Financeira	597.019,60	434.503,04
Despesas Financeiras	-347.427,23	-330.672,62
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS S/ O LUCRO	**4.576.147,39**	**2.825.606,38**
Contribuição Social	-140.585,05	-121.548,54
Imposto de Renda	-290.734,39	-242.459,31
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**4.144.827,95**	**2.461.598,53**

Demonstração do Lucro/Prejuizo Acumulado em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019

Saldo Anterior	15.889.316,99	13.427.718,46
Resultado do Exercício	4.144.827,95	2.461.598,53
Saldo Atual	20.034.144,94	15.889.316,99

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020

	Capital social realizado	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Liquido
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2019	**7.859.000,00**	**13.427.718,46**	**21.286.718,46**
Lucro líquido do Exercício		2.461.598,53	2.461.598,53
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	**7.859.000,00**	**15.889.316,99**	**23.748.316,99**
SALDO EM 01 DE JANEIRO DE 2020	7.859.000,00	15.889.316,99	23.748.316,99
Lucro líquido do exercício		4.144.827,95	4.144.827,95
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	**7.859.000,00**	**20.034.144,94**	**27.893.144,94**

Demonstrações dos Fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019

Fluxo de Caixa Proveniente das Operações	31/12/2020	31/12/2019
Resultado Líquido do Exercício	4.144.827,95	2.461.598,53
Ajustes para Conciliar o Resultado às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais:		
Depreciação/Amortização	1.527,96	1.527,96
	4.146.355,91	2.463.126,49
Aumento (Redução) nos Ativos:		
Aumento (Redução) nos Clientes/ Contas a Receber	-1.102.942,46	-2.473.819,08
Aumento (Redução) nos Estoques	-1.689.722,64	-1.637.185,56
Aumento (Redução) nos Créditos com Pessoal	4.325,89	6.191,01
Aumento (Redução) nos Adiantamento a Fornecedores	-256.788,17	-103.649,79
Aumento (Redução) nos Impostos/ Contrib. a Comp. ou Restituir	-344,19	12.239,33
Aumento (Redução) Outros Ativos Circulantes	2.625,09	-5.285,09
Aumento (Redução) no Realizável a Longo Prazo	-	-
	-3.042.846,48	-4.201.509,18
Aumento (Redução) nos Passivos:		
Aumento (Redução) de Fornecedores	-98.597,19	137.439,63
Aumento (Redução) de Obrigações com Pessoal	40.687,57	57.103,16
Aumento (Redução) de Obrigações Tributárias	141.887,10	205.345,36
Aumento (Redução) de Outros Passivos Circulantes	6.023,96	-209.086,75
Aumento (Redução) de Passivo não Circulante	-	-
	90.001,44	190.801,40
Recursos Líquidos Provenientes das Atividades Operacionais	**1.193.510,87**	**-1.547.581,29**
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Aquisições de Ativo Imobilizado		-2.975,07
Alienações de Ativo Imobilizado	-	-
Aquisições de Ativo Intangível	-	-
Alienações de Ativo Intangível	-	-
	-	-2.975,07
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	**-**	**-2.975,07**
Fluxo de Caixa Utilizado nas Atividades de Financiamentos		
Aumento de Capital Social	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	-
Capitalização/Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-1.085.255,57	1.712.327,46
Distribuição de Lucros	-	-
	-1.085.255,57	1.712.327,46
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	**-1.085.255,57**	**1.712.327,46**
Aumento no caixa e equivalentes	**108.255,30**	**161.771,10**
Variação líquida no exercício		
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do exercício	205.380,62	43.609,52
Caixa e Equivalentes de Caixa no final do exercício	313.635,92	205.380,62
Caixa e Equivalentes de Caixa líquidos gerados/aplicados	**108.255,30**	**161.771,10**

DIRETORIA
Giovanni Anderson de Souza Cristo Presidente
CPF: 656.849.406-25
Núbia Cristina Moreira da Silva
Contadora - CRC/MG 095985/O-0
CPF: 066.294.306-62
Rogério Marques Noé
Contador - CRC/MG 054168/O-0
CPF: 559.548.716-04

As Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras completas,estão à disposição dos Senhores Acionistas no Site da Empresa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Aviso de Licitação
Processo nº 069/2021
Pregão Sistema Registro de Preço nº 034/2021

Objeto: Registro de preços para eventual Aquisição de material gráfico destinado à manutenção das diversas secretarias deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 17/05/2021. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 29/04/2021.

Astor José de Sá - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Processo nº 070/2021
Pregão nº 035/2021

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços com caminhão pipa e caminhonete cabine dupla com carroceria aberta destinada a manutenção das estradas vicinais e serviços da secretaria de obras deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 18/05/2021. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 29/04/2021.

Astor José de Sá - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Aviso de Licitação
Processo nº 071/2021
Pregão nº 036/2021

Objeto: Contratação de empresa de prestação de serviços de locação de tendas e carro de som para divulgação de anúncios, destinados às diversas secretarias deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 19/05/2021. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 29/04/2021.

Astor José de Sá - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO PARÁ/MG

Extrato de EDITAL do Processo Licitatório nº 025/2021, Concorrência nº 001/2021 - Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de ampliação do Cemei Abda Penna Duarte conforme projeto básico anexo a este edital, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão-de-obra. Entrega dos Envelopes - dia - 07 de junho de 2021 às 12:30 horas. Mais informações www.saogoncalodopara.mg.gov.br

São Gonçalo do Pará, 29 de abril de 2021
Amanda Boldrini Góes - Presidente da CPL

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

O SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO ESTADO DE MINAS GERAIS (SAEMG) convoca todos os empregados que trabalham na LYON ENGENHARIA COMERCIAL EIRELI para Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a ser realizada no dia 30/04/21 (sexta-feira), às 08h em primeira convocação e às 08h30 em segunda convocação onde terá inicio pelo aplicativo zoomhttps://us02web.zoom.us/j/84123606336?pwd=OEk1YjBNZFdmc3hMUnJkbXN0KzdlUT09. O objetivo da Assembleia é discussão e deliberação: a) Discussão e deliberação da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho Específico de jornada de Trabalho; b) Outros assuntos de interesse geral e social da categoria. Belo Horizonte, 29 de abril de 2021. (a) MAURÍCIO PEREIRA DE JESUS;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO 001/2021

A Prefeitura Municipal de Carangola/MG, através de seu Pregoeiro Oficial, torna a público a Prorrogação da Abertura do Processo Licitatório nº 032/2021, Pregão Eletrônico 001/2021, do tipo menor preço. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de óleo lubrificante, fluídos veiculares, elementos filtrantes e correlatos, conforme especificações constantes no termo de referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Carangola/MG, com exclusividade para Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI. Recebimento das propostas até o dia 12/05/2021 às 08:30 horas, abertura das propostas dia 12/05/2021 às 08:45 horas, início da sessão de disputa dia 12/05/2021 às 09:00 horas. Endereço da plataforma www.vasistemas.com.br, referência de tempo: horário de Brasília. Informações pelo Site: www.carangola.mg.gov.br; Telefone: (32) 3741-9604; e-mail: licitacao@carangola.mg.gov.br - Carangola/MG, 29 de abril de 2021, Rogério Ribeiro Netto Filho - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG
AVISO DE LICITAÇÕES

A Prefeitura Municipal de Fruta de Leite/MG, torna público a realização de licitações nas modalidades: **PREGÃO PRESENCIAL 008/2021**, tipo menor preço por item, destinado ao O REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para eventual fornecimento de tubos e realização de limpeza de Poços Artesianos do Município de Fruta de Leite/MG, cujo credenciamento se dará às 14:00 horas do dia 17 (dezessete) de maio de 2021. **PREGÃO PRESENCIAL 009/2021**, tipo menor preço por Item, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS para eventual Contratação de serviços produção de vídeos institucionais e artes gráficas informativas de interesse público para atender as necessidades das Secretarias Municipais, cujo credenciamento se dará às 09:00 horas do dia 18 (dezoito) de maio de 2021. Maiores informações, bem como Editais completos, junto a Prefeitura Municipal de Fruta de Leite/MG, com sede na Avenida Montes Claros, 900 - Centro, e-mail licitacao@frutadeleite.mg.gov.br e site www.frutadeleite.mg.gov.br

Fruta de Leite/MG, 29 de abril de 2021
José Cardoso de Oliveira Júnior
Pregoeiro

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 7AC1-A0FF-C87C-D2AB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO ROMÃO/MG
Proc. 15/21 - TP 1/21
Calçamento vias públicas - REVOGADO - Art. 49, L. 8.666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINDURI
Aviso de Republicação, Processo 036/2021, Pregão Eletrônico 005/2021, S.R.P. 007/2021, Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo, limpeza, higiene e gêneros alimentícios para cantina em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Minduri/MG. O dia da Sessão 12/05/2021, às 09:00hrs, mais informações e-mail licitacaominduri@gmail.com ou Tel.: 35 - 33261219. DANIEL DE AMORIM FREITAS – PREGOEIRO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS-MG
Edital Chamada Pública nº 005/2021, o Município de Bonfinópolis de Minas - MG torna publico que no **dia 21 de maio de 2021, a partir das 08h**, será realizada a sessão relativa á licitação na modalidade Chamada Pública n° 005/2021 em cumprimento da Lei 11.947/2009 e Resoluções nº. 38/2009 e nº 26/2013 do Ministério da Educação, cujo objeto é a Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar. Informações pelo tel. (38) 3675-1121 ou na sede da Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas-MG, 29 de abril de 2021.
Nádylla Aparecida Silva e Souza, Coordenadora de Licitações e Contratos.

BANCO DE ÊXITOS S.A - SOLIDARIEDADE E AUTONOMIA - CNPJ: 05.977.310/0001-84

Balanços Patrimoniais em 31/12/2020 e 2019 (Valores expressos em R$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2020	2019
Circulante		**10.721**	**9.945**	**Patrimônio líquido**		**10.814**	**10.337**
Caixa e equivalentes de caixa	3	10.721	9.945	Patrimônio social	6	10.337	5.295
Não circulante		**93**	**392**	Superávit acumulado		**-** 477	5.042
Imobilizado	4	93	392				
Total do ativo		**10.814**	**10.337**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**10.814**	**10.337**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
(Valores expressos em R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio social integraliz.	Superávit/ (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31/12/2018	**9.075**	**(3.780)**	**5.295**
Absorção do déficit acumul.	(3.780)	3.780	**-**
Superávit do exercício	-	5.042	**5.042**
Saldos em 31/12/2019	**5.295**	**5.042**	**10.337**
Incorp.do superávit acumul.	5.042	(5.042)	**-**
Superávit do exercício	-	477	**477**
Saldos em 31/12/2020	**10.337**	**477**	**10.814**

Demonstrações do Resultado em 31/12/2020 e 2019
(Valores expressos em R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2019
Receitas operacionais		**1.721**	**10.842**
Doações	-	3.000	12.000
Resultado financeiro	-	(1.279)	(1.158)
Despesas operacionais		**(1.244)**	**(5.800)**
Despesas gerais/apoio administrativo	7	(1.244)	(5.800)
Superávit do exercício		**477**	**5.042**

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31/12/20 e 19
(Valores expressos em R$, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Superávit do exercício	**477**	**5.042**
Deficit do exercício com efeito dos resultados abrangentes	**477**	**5.042**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2020 e 2019
(Valores expressos em R$, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operac.	2020	2019
Superávit/(déficit) do exercício	477	5.042
Ajustes p/reconciliar o result. do exerc. c/recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação do exercício	299	3.551
	776	**8.593**
Aumento líquido/(redução) nos passivos		
Fornecedores	-	(167)
	-	**(167)**
Caixa líq. gerado das atividades operac.	**776**	**8.426**
Aumento líq. no caixa e equiv. de caixa	**776**	**8.426**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	9.945	1.519
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	10.721	9.945
Aumento líq. no caixa e equiv. de caixa	**776**	**8.426**

Notas Explicativas da Administração

1. Contexto operacional: O Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia é um articulador de projetos sociais exitosos, identificando, avaliando, mapeando, reunindo e disseminando tecnologias sociais diversas, gerando visibilidade e apoio ao desenvolvimento dessas tecnologias, além do trabalho de defesa, preservação e conservação do meio ambiente, do ecossistema e promoção do desenvolvimento comunitário e sustentável. Possui certificado de qualificação federal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), desde 11/12/2003, pelo Ministério da Justiça e Certificado de Qualificação Estadual como OSCIP, desde 12/11/2004, pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Em 2012, desenvolveu na cidade de Araçuaí/MG o projeto Caminho das Águas: uma proposta para o semiárido com o patrocínio da Petrobras Ambiental e parceria do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), Dedo de Gente, Escola Família Agrícola (EFA), Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Biohabitate, entre outros parceiros locais. Em 2014, o Banco de Êxitos encerrou a gestão do projeto da Petrobrás e não iniciou a gestão de nenhum novo projeto. A Entidade, em conformidade com o seu estatuto social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit a título de lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no país, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos, refletidos devidamente, em seus demonstrativos contábeis. **Impactos da COVID 19 (Corona vírus) nos negócios da Entidade:** Em 11/03/2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira. Nosso plano de continuidade visa em primeiro lugar, à saúde sanitária dos nossos colaboradores e associados, priorizando as ações de combate e propagação do Coronavírus. Com isso, seguimos apostando na cooperação dos nossos colaboradores e associados como forma de conter o avanço do Covid-19 e minimizar os seus efeitos físicos e econômicos. As ações da Entidade estão em conformidade com as orientações do Ministério da Saúde e são de extrema importância para combater a transmissão do coronavírus com segurança e conscientização. O Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia - BESA está monitorando os efeitos econômicos advindos da pandemia do Covid-19 já considerando um "novo normal", que serviu para nós auxiliar na revisão dos pilares de liquidez, rentabilidade e risco. Após revisarmos os pilares, contatamos, que, até o momento, não apuramos impactos materiais que poderia modificar as posições do balanço patrimonial e dos resultados operacionais da Entidade em 31/12/2020. **Aprovação da emissão das demonstrações contábeis:** A Administração da Entidade aprovou a emissão das demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas, em 26/04/2021. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mais especificamente as Normas Brasileiras de Contabilidade - ITG 2002 (R1), específica para Entidades sem Finalidades de Lucros, combinadas com a NBC TG 1000 (CPC PME) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, com exceção do registro do trabalho voluntário dos membros da Administração em função das dificuldades de apuração. **2.1 Sumário e descrição das principais práticas contábeis: (a) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Entidade. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são: **(a)** Vida útil estimada do imobilizado; **(b)** Provisão para riscos e processos judiciais. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez. **2.3 Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. **2.4 Doações e subvenções:** As doações locais e as subvenções são apropriadas no momento da disponibilização do recurso em conta corrente bancária ou do recebimento do bem. **2.5 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. **2.6 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.7 Apuração do superávit ou déficit:** O superávit ou déficit do exercício é apurado pelo regime contábil da competência dos exercícios. **2.8 Isenção tributária:** A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e está devidamente regularizada nos órgãos normativos. **2.9 Instrumentos financeiros: i) Ativos financeiros não derivativos:** A Associação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado (superávit e déficit). Os ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. **ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit/(déficit) na Rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetado pela referida operação. **iii) Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações com projetos e convênios. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **iv) Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2020, incluindo operações de hedge. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** As disponibilidades constantes dos saldos bancários referem-se a recursos que serão aplicados nos projetos sociais no próximo exercício:

	2020	2019
Aplicações financeiras	10.721	9.946
	10.720	**9.946**

4. Imobilizado: Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado era a seguinte:

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Total
Saldos em 31/12/2018	43.985	14.394	58.379
Depreciação	(43.593)	(14.394)	(57.987)
Saldos em 31/12/2019	392	-	392
Custo total	43.985	14.394	58.379
Depreciação acumulada	(43.593)	(14.394)	(57.987)
Saldos em 31/12/2019	392	-	392
Depreciação	(299)	-	(299)
Saldos em 31/12/2020	93	-	93
Custo total	43.985	14.394	58.379
Depreciação acumulada	(43.892)	(14.394)	(58.286)
Valor contábil	93	-	93

5. Passivos contingentes: A Entidade não possui ações judiciais em andamento, seja nelas figurando no polo ativo ou passivo, em 31/12/2020. **6. Patrimônio social:** O Patrimônio social em 31/12/2020, é de R$ 10.337 (R$ 5.295 em 31/12/2019). Todos os resultados obtidos pelas operações da Entidade são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários. Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de entidade sem fins lucrativos. **7. Despesas gerais/apoio administrativo:** As despesas da Entidade com investimentos e manutenção de projetos sociais, podem ser assim demonstradas:

	2020	2019
Depreciação de ativos imobilizado	(299)	(3.551)
Internet	(467)	(982)
Telefone	(478)	(629)
Outras taxas	-	(638)
	1.244	**5.800**

8. Isenção tributária: A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e está devidamente regularizada junto aos órgãos normativos. **9. Instrumentos financeiros:** A boa prática contábil determina a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis do valor de mercado dos instrumentos financeiros, reconhecidos ou não nessas demonstrações. Os valores contábeis dos ativos financeiros da Entidade estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência deles, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante o exercício, a Entidade não realizou operações com derivativos. **10. Seguros (não auditado):** A Entidade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **11. Eventos subsequentes:** De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico nº CPC 24, não houve outros eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

Sebastião Rocha - Presidente | **Carlos José Rodrigues Contabilidade** - CRC/MG 02318 | **Carlos José Rodrigues** - CRC/MG070047/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Administradores do **Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia - BESA** - Curvelo - MG. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia - BESA ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco de Êxitos Solidariedade e Autonomia - BESA** em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 R1). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidade de Lucro) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 26/04/2021. **BDO RCS Auditores Independentes SS** - CRC 2 MG 009485/F-0; **Paulo Eduardo Santos** - Contador CRC 1 MG 078750/O-3.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 027/2021 - PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2021 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 13/05/2021 as 08:00 hs, em sua sede na Avenida João Teixeira Filho, Nº 335, Centro Comunitário - Jaíba/MG. Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do **Tipo Menor Preço por item**, cujo Objeto é contratação de empresas especializadas em coleta, transporte e destinação final de resíduos hospitalares, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jaíba/MG, Conforme especificações constantes do Edital e seus anexos, cuja cópia e esclarecimentos poderão ser obtidos através do site www.jaiba.mg.gov.br, e-mail licitacoes@jaiba.mg.gov.br, ou no setor de Licitações pelo telefone (38) 3833-1590, de segunda a sexta-feira de 08:00 as 12:00 hs, nos dias úteis, Jaíba/MG, 23 de abril de 2021. Teófilo Gomes Caires - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021
REGISTRO DE PREÇOS 041/202 - UASG 984305
Tipo: Menor Preço por item. Objeto: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresas para aquisição de material de expediente para atender à diversos setores da Secretaria Municipal de Saúde. Data de realização: 18 de maio de 2021, às 08h. Valor estimado: R$ 179.601,53. Disponibilidade do Edital: sede da Prefeitura Municipal de Cataguases/MG na Praça Santa Rita, 462, Centro, Cataguases/MG, por e-mail no seguinte endereço: pregaocataguases@gmail.com e pelo portal de compras do Governo Federal: www.comprasgovernamentais.gov.br.Todas as referências de tempo obedecerão ao horário de Brasília. Informações através do e-mail acima.
Cataguases, 27 de abril de 2021. José Henriques - Prefeito de Cataguases.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ENÉAS/MG
A Prefeitura Municipal de Capitão Enéas/MG, torna público o Processo Licitatório n° 030/2021, Tomada de Preço n° 002/2021, cujo o objeto é: Contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma do prédio da escola infantil proinfância, do município de Capitão Enéas/MG, conforme especificações constantes do edital. Credenciamento dia 18/05/2021 às 09:00 horas. Presidente da CPL: Marianne Marques Gonçalves. Telefone: (38) 3235-1001 ou pelo e-mail: licitacaocapitaoeneas@gmail.com - site: https://capitaoeneas.mg.gov.br/

AVISO AOS INVESTIDORES
A **OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.** inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, comunica que os Relatórios Anuais deste Agente Fiduciário Relativos ao Exercício Social de 2020, das emissões abaixo, encontram-se à disposição no site: **www.oliveiratrust.com.br**

EMISSÕES DE DEBÊNTURES

EMISSORA	EMISSÃO
ALGAR TI Consultoria S.A.	1ª
MGI - Minas Gerais Participações S.A.	5ª

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE MINAS GERAIS.
Edital de Convocação (1ª e 2ª chamadas)
Ficam convocados os senhores associados quites com as contribuições mensais, de conformidade com o Estatuto Social, para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia, 16 de maio de 2021, às 09:30 horas em primeira convocação e às 10:00 horas em segunda convocação, na Sede Campestre da Associação, na Alameda dos Paranaenses, 71, Bairro Jardim Encantado, Vespasiano – MG para tratar da seguinte ordem do dia:
a) Aprovar as demonstrações contábeis (balanço anual) e o parecer do Conselho Fiscal da Associação dos Empregados no Comércio de Minas Gerais – exercício 2020.
b) Tomar conhecimento do relatório anual da diretoria – exercício 2020.
Belo Horizonte, 30 de Abril de 2021.
Waldir Eustáquio de Andrade
Diretor Presidente

COMUNICADO DE NOVA DATA DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2021 – PROCESSO Nº 031/2021
A pregoeira do **Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas/MG**, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA que a sessão de abertura desta licitação que tem por objeto o Fornecimento de tubos de PVC ocre para esgoto, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I do edital, foi prorrogada para o dia 17 de maio de 2021 às 09:00 horas. Poços de Caldas, 29 de abril de 2021- Portaria 023/2021.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código A8C0-4842-AD34-77EA.

MAGNESITA REFRATÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 08.684.547/0001-65 - NIRE 31.300.026.485

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os documentos relativos às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2020, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. A Diretoria.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	**438.318**	627.732	**115.414**	345.016
Contas a receber de clientes	**920.080**	803.034	**208.280**	197.410
Estoques	**769.981**	751.891	**341.788**	346.668
Dividendos	**-**	-	**344**	33.798
Tributos sobre o lucro a recuperar	**85.653**	73.909	**16.960**	12.928
Outros tributos a recuperar	**81.436**	111.857	**31.330**	26.016
Outros ativos	**53.140**	86.318	**24.110**	11.749
	2.348.608	2.454.741	**738.226**	973.585
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**64.014**	32.595	**-**	-
Outros tributos a recuperar	**127.894**	123.298	**105.981**	118.425
Depósitos judiciais	**18.811**	20.547	**17.045**	18.793
Outros ativos	**1.295**	1.643	**-**	-
Créditos com partes relacionadas	**980.610**	-	**98.069**	92.772
Investimentos	**-**	-	**2.598.223**	1.683.436
Propriedades para investimento	**44.819**	43.810	**-**	-
Imobilizado	**1.971.512**	1.684.278	**528.983**	509.744
Intangível	**2.316.202**	2.175.546	**1.058.895**	1.101.375
	5.525.157	4.081.717	**4.407.196**	3.524.545
Total do ativo	**7.873.765**	**6.536.458**	**5.145.422**	**4.498.130**

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	**1.055.610**	1.026.506	**812.373**	968.508
Empréstimos e financiamentos	**101.343**	24.224	**10.036**	24.224
Mútuos com partes relacionadas	**-**	34.454	**-**	-
Passivo de arrendamento	**25.422**	23.744	**9.030**	10.032
Salários, provisões e contribuições sociais	**106.075**	97.573	**54.119**	55.261
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**46.459**	94.894	**-**	-
Outros tributos a recolher	**27.987**	44.816	**19.856**	21.586
Dividendos	**46.184**	46.290	**46.184**	46.184
Provisão para contrato oneroso	**4.879**	3.882	**2.537**	600
Outros passivos	**186.849**	205.394	**41.859**	39.281
	1.600.808	1.601.777	**995.994**	1.165.676
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	**61.683**	21.725	**23.922**	21.725
Mútuos com partes relacionadas	**2.788.485**	2.134.534	**1.116.752**	868.449
Passivo de arrendamento	**47.681**	56.205	**797**	3.586
Provisão para demandas judiciais	**80.919**	69.802	**46.704**	49.757
Obrigações pós-emprego	**474.213**	381.720	**170.240**	154.829
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**19.654**	143.740	**18.126**	113.940
Provisão para contrato oneroso	**8.672**	27.896	**-**	-
Outros passivos	**29.235**	**16.858**	**10.472**	**37.967**
	3.510.542	2.852.480	**1.387.013**	1.250.253
Patrimônio líquido				
Capital social	**1.576.215**	1.576.215	**1.576.215**	1.576.215
Reservas de capital	**113.517**	113.517	**113.517**	113.517
Prejuízo acumulado	**(187.974)**	(34.248)	**(187.974)**	(34.248)
Outros resultados abrangentes	**1.260.657**	426.717	**1.260.657**	426.717
	2.762.415	2.082.201	**2.762.415**	2.082.201
Total do passivo e patrimônio líquido	**7.873.765**	6.536.458	**5.145.422**	4.498.130

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Receita de contratos com clientes	**3.358.029**	3.288.579	**1.458.262**	1.725.171
Custo dos produtos e serviços vendidos	**(2.169.261)**	(1.913.902)	**(1.113.525)**	(1.350.031)
Lucro bruto	**1.188.768**	1.374.677	**344.737**	375.140
Receitas (despesas) operacionais				
Vendas	**(496.853)**	(671.338)	**(164.572)**	(172.178)
Gerais e administrativas	**(599.338)**	(489.476)	**(194.103)**	(142.085)
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	-	**124.887**	(147.887)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**123.235**	(33.657)	**(8.395)**	12.034
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**215.812**	**180.206**	**102.554**	**(74.976)**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	**307.742**	366.864	**357.220**	187.220
Despesas financeiras	**(818.221)**	(669.155)	**(716.343)**	(289.566)
	(510.479)	(302.291)	**(359.123)**	(102.346)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(294.667)**	(122.085)	**(256.569)**	(177.322)
Imposto de renda e contribuição social	**140.941**	(60.439)	**102.843**	(5.202)
Prejuízo do exercício	**(153.726)**	(182.524)	**(153.726)**	(182.524)

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do exercício	**(153.726)**	(182.524)	**(153.726)**	(182.524)
Avaliação atuarial com benefícios de aposentadoria	**(17.899)**	(22.925)	**(17.899)**	(22.925)
Imposto diferido sobre avaliação atuarial	**6.086**	7.795	**6.086**	7.795
Variação cambial de controladas localizadas no exterior	**845.753**	24.227	**845.753**	24.227
	833.940	9.097	**833.940**	9.097
Total dos resultados abrangentes no exercício	**680.214**	(173.427)	**680.214**	(173.427)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro - (Em milhares de reais)

		Reservas de capital			Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva de ágio na emissão de ações	Reserva especial Lei 8200.91	Opções de ações outorgadas	Reserva especial de ágio na incorporação	Para investimentos	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.576.215**	**14.161**	**5.973**	**48.723**	**88.874**	**138.553**	**9.723**	**-**	**417.620**	**2.299.842**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(182.524)	-	(182.524)
Avaliação atuarial com benefício de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	-	(22.925)	(22.925)
Variação cambial de investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	32.022	32.022
Destinação do lucro do exercício										
Realização de reservas	-	(14.161)	-	(30.053)	-	-	-	-	-	(44.214)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	(138.553)	(9.723)	148.276	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.576.215**	**-**	**5.973**	**18.670**	**88.874**	**-**	**-**	**(34.248)**	**426.717**	**2.082.201**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(153.726)	-	(153.726)
Avaliação atuarial com benefício de aposentadoria	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.899)	(17.899)
Imposto diferido sobre avaliação atuarial	-	-	-	-	-	-	-	-	6.086	6.086
Variação cambial de investimentos e ágio no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	845.753	845.753
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.576.215**	**-**	**5.973**	**18.670**	**88.874**	**-**	**-**	**(187.974)**	**1.260.657**	**2.762.415**

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	**(153.726)**	(182.524)	**(153.726)**	(182.524)
Ajustes				
Variações monetárias/cambiais líquidas	**602.335**	110.987	**284.689**	25.683
Encargos de juros líquidos	**89.412**	83.238	**48.495**	56.235
Depreciação e exaustão	**168.220**	135.739	**60.222**	44.403
Amortização do intangível	**20.586**	27.902	**15.878**	12.046
Resultado de equivalência patrimonial	**-**	-	**(124.887)**	147.887
Perdas com impairment	**22.351**	293.060	**22.287**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(149.574)**	(40.129)	**(101.067)**	5.202
Instrumentos derivativos	**-**	(1.629)	**-**	(1.629)
Provisão para estoques obsoletos	**12.854**	(7.300)	**794**	2.036
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**4.839**	(21.309)	**(405)**	3.963
Provisão para contingências	**11.117**	12.345	**(3.053)**	14.776
Provisão para contrato oneroso	**(18.227)**	(16.295)	**1.937**	600
Outros	**(181.908)**	(332.732)	**(30.715)**	10.470
	428.279	61.353	**20.449**	139.148
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	**(121.885)**	(131.343)	**22.989**	112.239
Estoques	**(30.944)**	274.352	**4.086**	23.528
Impostos a recuperar	**(17.338)**	(53.579)	**3.098**	(3.110)
Outros ativos	**(94.483)**	63.266	**33.331**	(57.716)
	(264.650)	152.696	**63.504**	74.941
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	**29.104**	(215.968)	**(156.135)**	219.440
Tributos a recolher	**(24.560)**	161.112	**(1.730)**	6.415
Outros passivos	**(65.160)**	**169.691**	**(9.186)**	**(53.316)**
	(60.616)	114.835	**(167.051)**	172.539
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(40.704)**	(78.972)	**-**	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais	**62.309**	**249.912**	**(83.098)**	**386.628**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	**-**	22.867	**-**	18.197
Vendas de imobilizado, investimentos e intangível	**81.732**	8.794	**31.631**	7.600
Adições de imobilizado e intangível	**(622.324)**	(306.803)	**(111.978)**	(117.595)
Integralização (redução) de capital em controlada	**-**	-	**-**	(13.530)
Recebimento de dividendos	**-**	-	**-**	12.425
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(540.592)**	**(275.142)**	**(80.347)**	**(92.903)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Ingressos de empréstimos e financiamentos	**122.009**	4.781	**111**	4.781
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	**(12.197)**	(520.657)	**(12.197)**	(520.657)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	**(2.339)**	(28.341)	**(2.339)**	(28.341)
Ingressos de empréstimos com partes relacionadas	**250.587**	2.053.025	**-**	496.654
Pagamentos de empréstimos com partes relacionadas	**-**	(1.258.821)	**-**	(107.905)
Pagamentos de juros sobre empréstimos com partes relacionadas	**(115.548)**	(112.248)	**(52.479)**	(29.009)
Instrumentos derivativos	**-**	1.629	**-**	1.629
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de financiamento	**242.512**	**139.368**	**(66.904)**	**(182.848)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(235.771)**	**114.138**	**(230.349)**	**110.877**
Saldo inicial caixa e equivalentes de caixa	**627.732**	501.515	**345.016**	222.060
Variação cambial - saldo inicial de caixa	**46.357**	12.079	**747**	12.079
Saldo final caixa e equivalentes de caixa	**438.318**	627.732	**115.414**	345.016
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(235.771)**	**114.138**	**(230.349)**	**110.877**

Contagem, 28 de abril de 2021

DIRETORIA

Francisco José Carrara Fava - Diretor

Eduardo de Paula Schwarzbach - Diretor

Responsável Técnico:

Carolina Teixeira Pedra

Contadora - CRC- MG-105542/O

As demonstrações financeiras completas encontram-se disponíveis na sede da Companhia.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 3137-6C32-3050-E74C.

TRANSPARÊNCIA NAS LICITAÇÕES

PELA DERRUBADA DOS VETOS 13.16 E 13.27

A licitação pública deve ser transparente para que o cidadão possa ter acesso às informações nos jornais de sua cidade. A nova Lei de Licitações 14.133/21, que estabelece esse processo, corre sério risco.

O veto presidencial estabelecido irá suspender a obrigatoriedade das publicações nos jornais e encerrar a transparência das informações. E sem dúvida, causará o enfraquecimento da imprensa.

A ampla Publicidade dos avisos evita fraudes, superfaturamentos, direcionamento em contratos e privilégios.

JUNTE-SE A NÓS PELA DERRUBADA DOS VETOS DE NÚMEROS 13.16 E 13.27, LANÇADOS NO PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 54, BEM COMO SOB O § 2º DO ARTIGO 175 DA LEI Nº 14.133/2021.

O BRASIL QUER TRANSPARÊNCIA NAS LICITAÇÕES

ALEGAL – Associação das Agências de Publicidade Legal de MG
ANJ – Associação Nacional de Jornais
Fenapro – Federação Nacional das Agências de Propaganda
abap – 70 anos – Associação Brasileira de Agências de Publicidade
abio – Associação Brasileira de Imprensas Oficiais
ABI – Associação Brasileira de Imprensa
Fenajore – Federação Nacional das Empresas de Jornais e Revistas
adjoriBR – Jornais do Interior
SINDIJORI – Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais
APJ – Associação Paulista de Portais e Jornais
ADI – Associação dos Diários do Interior do RS
AAPUL RJ

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 2388-5355-7724-AA21.